



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCISCA TARCICLÊ PONTES RODRIGUES

A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO CIENTÍFICO
DE PESQUISADORES DA LINGUÍSTICA

FORTALEZA

2017

FRANCISCA TARCICLÊ PONTES RODRIGUES

A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO CIENTÍFICO
DE PESQUISADORES DA LINGUÍSTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R613a Rodrigues, Francisca Tarciclê Pontes.
A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO CIENTÍFICO DE PESQUISADORES DA LINGUÍSTICA /
Francisca Tarciclê Pontes Rodrigues. – 2017.
162 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Linguística, Fortaleza, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

1. Argumentação. 2. Discurso científico. 3. Contrato de comunicação. 4. Linguística. I. Título.

CDD 410

FRANCISCA TARCICLÊ PONTES RODRIGUES

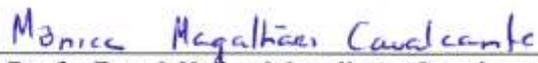
A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO CIENTÍFICO
DE PESQUISADORES DA LINGUÍSTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

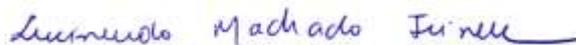
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante.

Aprovada em: ____/____/____

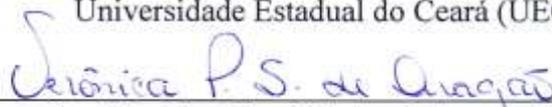
BANCA EXAMINADORA



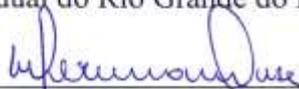
Prof.a. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará



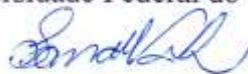
Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu
Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Prof. Dr. Verônica Palmira Salme de Aragão
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)



Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.a. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus,
à minha mãe, Cidiclê,
aos meus filhos, Ícaro e Tales,
e ao meu esposo, Ítalo,
por serem o sentido de tudo!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as providências, hoje plenamente compreensíveis.

À minha mãe, Cidiclê, exemplo e inspiração.

À minha família, pelo apoio incondicional.

Ao meu esposo, Ítalo Lima, pelas experiências e aprendizados.

À minha sogra, Cacilda Lima, pelo apoio com os meus filhos.

À professora doutora Mônica Magalhães, pela indescritível e admirável sabedoria, pelos gestos de paciência e compreensão e pela inspiração para a realização desta pesquisa.

Aos professores do PPGL, pelos esforços evidentes e ocultos em prol do ensino e da ciência no País.

Aos demais profissionais do PPGL, Eduardo Xavier, Vanessa Santiago e Antônia Batista, pelo compromisso e pela disposição na realização de cada atividade.

Às professoras Suelene Oliveira, Hildenize Laurindo, Mariza Brito, Margarete Fernandes, Ana Célia Clementino, Sandra Maia, Mônica Serafim e Cibele Bernardino, pelas doutoras que são – humanas, profissionais, pesquisadoras –, pelos saberes compartilhados durante minha jornada no PPGL.

Ao Protexto, pelos amigos e reuniões, pelas comemorações e pelo aprendizado.

Aos amigos-anjos, em especial, à Sâmia, pelo apoio de todas as horas, e aos demais, que não cito, mas que têm em meu coração toda gratidão, por me ajudarem a acreditar na realização desta pesquisa.

Ao professor doutor Lucineudo Irineu Machado, pela avaliação precisa desta pesquisa durante os Seminários, pelo olhar concentrado sobre a prática científica da Linguística e por sua valiosa participação na minha banca.

À professora doutora Verônica Aragão, por somar com os estudos da Teoria Semiollingüística e por aceitar o convite para avaliar esta pesquisa.

À professora doutora Margarete Fernandes, por se fazer famosa entre nós em razão do zelo com a escrita científica e pela valiosa participação na minha banca.

À professora doutora Sandra Maia, por me acolher no doutorado, pela maturidade profissional e pela importante participação na minha banca.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em nome da professora Mírian Brasil, pela compreensão e pelo compromisso com a formação continuada dos professores.

Ao Araújo Júnior, pela valorosa *expertise* na pesquisa e na realização das atividades acadêmico-científicas, tanto as burocráticas quanto as propriamente científicas.

“A história de uma ciência é um conjunto indefinidamente móvel de escansões, defasagens, coincidências, que se estabelecem e se desfazem.” (Michel Foucault)

RESUMO

Nesta pesquisa, partimos dos pressupostos da Teoria Semiolinguística (TS), do teórico francês Patrick Charaudeau (1998, 2007, 2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b), com o objetivo principal de analisarmos como funciona a argumentação no discurso científico de pesquisadores da área de Linguística. Tratar da argumentação nessa perspectiva impõe considerar que o sujeito pesquisador deve organizar o seu discurso segundo o modo de organização argumentativo. O modo de organização argumentativo compreende uma tripla atividade – problematizar, posicionar-se e provar – tendo em vista a finalidade demonstrativa, que consiste em um querer estabelecer e provar uma verdade. Essa tripla atividade se desenvolve no discurso de acordo com o contrato de comunicação. Por essa razão, procedemos à análise do contrato de comunicação do discurso científico, concentrando-nos na descrição da situação global de comunicação (SGC), realizada a partir da consulta a documentos relacionados à prática científica sob investigação, e na situação específica de comunicação (SEC) da Linguística, concentrando-nos na análise do corpus constituído por textos materializados em 14 artigos científicos publicados na Revista da Associação Brasileira de Linguística, volume XIV, n. 2, de julho-dezembro de 2015 (Abralin, 2015). Com a análise, fundamentada também no pensamento de Foucault (2011) e nos estudos sobre a ciência (COUTINHO, 2014, KÖCHE, 2005; KUHN, 2013; SANTOS, 2008), observamos que a argumentação demonstrativa assume um papel singular no discurso estudado em função, sobretudo, do investimento do sujeito pesquisador na problematização desenvolvida. Trata-se, portanto, de um investimento orientado pelo projeto de influência do pesquisador sobre a agenda de estudos da comunidade científica a que pertence.

Palavras-chave: Argumentação. Discurso científico. Contrato de comunicação. Linguística.

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, nous partons des présupposés de la Théorie de la Semiolinguistique (TS), du théoricien français Patrick Charadeau (1998, 2007, 2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b), avec l'objectif principal de décrire comment l'argumentation fonctionne au discours scientifique de chercheurs du domaine de la Linguistique. Traiter de l'argumentation dans cette perspective impose de considérer que le sujet chercheur doit organiser son discours, selon le mode d'organisation argumentative. Le mode d'organisation argumentative comprend une triple activité – problématiser, se positionner et prouver – en vue de la finalité démonstrative, que se compose d'une volonté d'établir et de prouver une vérité. Cette triple activité se développe dans le discours d'accord avec le contrat de communication. Pour cette raison là, nous nous concentrons à la description de la situation globale de communication (SGC), réalisée à partir de la consulte aux documents liés à la pratique scientifique sous enquête, et à la situation spécifique de communication (SEC) de la Linguistique. Donc, nous avons procédé à l'analyse du corpus composé par 14 articles scientifiques publiés dans le magazine de l'Association brésilienne de linguistique, volume XIV, n. 2, de juillet-décembre (ABRALIN, 2015). L'analyse, basée aussi à la pensée de Foucault (2011) et aux études à propos de la science (COUTINHO, 2014; KÖCHE, 2005; KUHN, 2013; SANTOS, 2008), nous permet de conclure que l'argumentation démonstrative assume une fonction singulier au discours étudié, surtout, à propos d'investissement du sujet chercheur au problème développé. Donc, il s'agit d'un investissement orienté par le projet d'influence du chercheur sur l'agenda d'études de la communauté scientifique à laquelle il fait partie.

Mot-clés: L'argumentation. Le discours scientifique. Le contrat de communication. Linguistique.

ABSTRACT

In this research, we begin from the theoretical postulates of the Semiolinguistics Theory (ST), postulated by the french theorist Patrick Charaudeau ((1998, 2007, 2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b), with the main purpose of describing how the argumentation works in the scientific discourse of researchers in the Linguistics field. Dealing with argumentation in this perspective implies considering that the researcher subject must organize his discourse according to the argumentative organization method. The argumentative organization method comprehends a triple activity – discussing, taking a position and proving – having in mind the demonstrative purpose, that consists in a desire to establish and prove a truth. This triple activity develops itself in the discourse according to the communication contract, that involves the communicative situation and the researcher subject's project of influence towards his interlocutors. For this reason, we proceed to the description of the communication contract of the scientific discourse held in 14 scientific articles published in the Brazilian Association of Linguistics magazines (ABRALIN, 2015). The analysis, also grounded on the thought of Foucault (2011) and in studies on the science (COUTINHO, 2014; KÖCHE, 2005; KUHN, 2013; SANTOS, 2008), allow us to conclude that the demonstrative argumentation takes a singular role in the discourse studied overall in function of the researcher's investment on the developed problematization. Therefore, it is about an investment oriented by the researcher's project of influence on the studies' agenda from the scientific community which the researcher belongs to.

Keywords: Argumentation. Scientific discourse. Communication contract. Linguistics.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|-----|
| Figura 1 | – Ato de Linguagem..... | 36 |
| Figura 2 | – Instâncias da SGC do discurso midiático..... | 59 |
| Figura 3 | – Contrato de comunicação..... | 60 |
| Figura 4 | – Contrato de comunicação em relação à SGC e à SEC..... | 116 |
| Figura 5 | – Contrato de comunicação..... | 117 |
| Figura 6 | – Categorias de análise da SEC em relação com o Espaço de tematização..... | 118 |
| Figura 7 | – Avaliação de Qualis-periódico da revista da Abralín..... | 128 |
| Figura 8 | – Contrato de comunicação científica da Linguística..... | 154 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Passos do método científico indutivo..... | 93 |
| Quadro 2 – Comparação de critérios entre paradigmas | 104 |
| Quadro 3 – Quadro de documentos de referência para a pesquisa científica | 114 |
| Quadro 4 – Artigos da revista da Abralin..... | 115 |
| Quadro 5 – Perfil dos pesquisadores..... | 116 |
| Quadro 6 – Função da problematização na realização do discurso científico da Linguística | 137 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABRALIN | Associação Brasileira de Linguística |
| AD | Análise do Discurso |
| ALED | Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso |
| CA | Comitê de Assessoramento |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CIAD | Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| DOU | Diário Oficial da União |
| FI | Fator de Impacto |
| IFCE | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará |
| MCTIC | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações |
| MEC | Ministério da Educação |
| NAD | Núcleo de Análise do Discurso |
| NED | Núcleo de Estudos Linguísticos |
| PPGL | Programa de Pós-Graduação em Linguística |
| PQ | Produtividade em Pesquisa |
| SEC | Situação Específica de Comunicação |
| SGC | Situação Global de Comunicação |
| STF | Superior Tribunal Federal |
| TS | Teoria Semiolinguística |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| URFRRJ | Universidade Rural do Rio de Janeiro |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA | 26 |
| 2.1 | A problemática da Teoria Semiolingüística | 26 |
| 2.2 | Contrato de comunicação | 41 |
| 2.3 | A argumentação semiolingüística | 61 |
| 3 | A CIÊNCIA E O DISCURSO CIENTÍFICO | 70 |
| 3.1 | A ciência: sobre por que a argumentação lhe convém | 70 |
| 3.2 | A ciência: (entre) um jogo de vontades de verdade | 89 |
| 4 | METODOLOGIA | 110 |
| 4.1 | Procedimentos de escolha da fonte do corpus da “situação global de comunicação” (SGC) científica da linguística | 110 |
| 4.2 | Procedimentos de escolha da fonte do <i>corpus</i> da “situação específica de comunicação” (SEC) da linguística | 111 |
| 4.3 | O <i>corpus</i> da “situação de comunicação global de comunicação” (SGC) científica da Linguística | 112 |
| 4.4 | O <i>corpus</i> da “situação de comunicação específica de comunicação” (SEC) da Linguística | 113 |
| 4.5 | Procedimentos e critérios de constituição do <i>corpus</i> | 113 |
| 4.5.1 | <i>Corpus da SGC científica da Linguística</i> | 113 |
| 4.5.2 | <i>Corpus da SEC da Linguística</i> | 115 |
| 4.6 | <i>Corpus</i> da SGC científica da Linguística: procedimentos de análise dos dados | 116 |
| 4.7 | <i>Corpus</i> da SEC da Linguística: procedimentos de análise dos dados..... | 117 |
| 5 | ANÁLISE DOS DADOS: A ENCENAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO..... | 120 |
| 5.1 | Sobre a SCG científica da Linguística | 120 |
| 5.1.1 | <i>Sobre a finalidade discursiva</i> | 120 |
| 5.1.2 | <i>Sobre a identidade</i> | 124 |
| 5.1.3 | <i>Sobre o propósito</i> | 128 |
| 5.2 | Sobre a SEC dos pesquisadores da Linguística | 135 |
| 5.2.1 | <i>Tipos de temas observados na problematização</i> | 136 |
| 5.2.2 | <i>Tipos de posicionamento na problematização</i> | 140 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 5.2.3 | <i>Tipos de prova</i> | 144 |
| 5.2.4 | <i>Espaço de locução</i> | 146 |
| 5.2.5 | <i>Espaço de relação</i> | 149 |
| 5.2.6 | <i>Interpretação dos dados</i> | 151 |
| 5.2.6.1 | <i>Interpretação dos dados da SGC científica da Linguística</i> | 152 |
| 5.2.6.2 | <i>A SEC científica da Linguística</i> | 153 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 155 |
| | REFERÊNCIAS | 158 |

1 INTRODUÇÃO

Do que especificamente falamos quando usamos o termo argumentação? De que argumentação falamos quando falamos sobre a argumentação na perspectiva da Teoria Semiolinguística (doravante TS), de Patrick Charaudeau? Podemos falar de uma teoria da argumentação na corrente de estudos desse analista do discurso? Questões dessa natureza, levantadas nos encontros do grupo de estudo Protexto¹, nos permitiram constatar que nos faltava clareza sobre o papel da argumentação nos estudos semiolinguísticos.

Constatamos principalmente em relação a essas questões que, para alguns de nós, Charaudeau era considerado um teórico da argumentação. Isso nos fez perceber a necessidade de desenvolvermos um estudo mais acurado sobre a sua Teoria, com a finalidade de entender e de reconhecer como o tema da argumentação é nela abordado.

Com as primeiras leituras, já pudemos corrigir as nossas primeiras impressões. Essas leituras se tornaram bastante desafiadoras, primeiro porque tínhamos de pensar na Teoria como uma corrente da análise do discurso (AD), segundo porque precisávamos considerar sua especificidade quanto à abordagem do tema argumentação.

Aceitos os desafios, constatamos também que os principais² estudos fundamentados na TS têm se concentrado sobre discursos midiáticos, políticos, jornalísticos, jurídicos e literários, inclusive os realizados entre nós, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a exemplo dos conduzidos por Damasceno (2013), que resultaram em uma contribuição relevante alcançada com o estudo da argumentação em uma situação de comunicação mais particular, o processo de extradição de Cesare Battisti, e também por Laurindo (2015), com uma contribuição ímpar em função da abordagem histórico-discursiva do gênero anúncio publicitário à luz da TS.

¹ Protexto é um grupo de estudo do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, coordenado pela professora doutora Mônica Magalhães Cavalcante, que atua na linha de pesquisa Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização e desenvolve também estudos sobre os temas que giram em torno das noções de gênero textual, sequência textual, referenciação e argumentação.

² Consideramos como principais estudos fundamentados na Teoria Semiolinguística aqueles desenvolvidos por pesquisadores membros de Grupos de estudos comprometidos com pesquisas de análise do discurso na perspectiva semiolinguística. No Brasil, identificamos três grupos principais: o Núcleo de Análise do Discurso (NAD), vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (Ciad), vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que congrega pesquisadores também da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Rural do Rio de Janeiro (URFRRJ); e o Grupo de Estudos Semiolinguísticos: análise dos discursos religioso, midiático, jurídico à luz da proposta de Patrick Charaudeau (Núcleo de Estudos Linguísticos – NED), do Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A constatação de que as pesquisas fundamentadas na TS têm se concentrado sobre esses discursos e não sobre outros, como é o caso do discurso científico, foi objeto de reflexão nas aulas de Linguística Textual de nossa orientadora e isso nos influenciou quanto à definição da nossa pesquisa.

Reflexões acerca do tema “argumentação” vêm constituindo os estudos do Protexoto, orientados pelo interesse de situar como o fenômeno é definido e descrito nas diferentes perspectivas³, com vistas ao reconhecimento das possíveis contribuições teórico-metodológicas para a Linguística Textual, dentre elas a TS.

Na TS, conforme a leitura de Machado (2015), a abordagem do tema “argumentação” passou pelo que interpretamos como uma espécie de redimensionamento, que se realizou em três fases.

Para Machado (2016, p. 111), há o que ela prefere chamar de “ampliação” do leque argumentativo na TS, fato que pode ser observado pela “notável conexão com a argumentação, não apenas a lógica – clássica e mais seletiva – mas também com outros tipos de argumentação e retórica que levam em consideração os afetos e emoções do ser que se narra ao mostrar o trabalho de outros”.

Conforme a interpretação desta pesquisadora, a TS operou, de início, com a noção de argumentação como uma das “ordens de organização” do discurso, também chamadas de “aparelhos que organizam o discurso”. Assim, considerando a primeira fase da TS quanto à abordagem da argumentação, podemos pensar o fenômeno em termos de possível organização discursiva cuja realização no discurso depende de um sujeito-falante que visa convencer um outro a partir de um quadro de raciocínio.

Nesta primeira fase, figuram as ordens enunciativa, narrativa e argumentativa como ordens de organização do discurso.

Sobre a segunda fase, Machado (2016) destaca que Charaudeau refaz a concepção de “ordens de organização” ou “aparelhos que organizam o discurso” e passa a denominá-los de “modos de organização do discurso”, em razão de que são desenvolvidas as noções de modos de organização enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

Quanto ao modo discursivo de argumentação, afirma Machado (2016, p. 106) que “...a questão da argumentação na AD irá se concentrar nas formas lógicas do raciocínio”.

³ A edição especial *Argumentação: perspectivas teórico-metodológicas* da *ReVEL*, v. 14, n. 12, 2016 [<http://www.revel.inf.br/files/48be3cafa8aeaf96db8b54d829616c51.pdf>] materializa a finalidade do Grupo Protexoto de disponibilizar para a comunidade científica uma obra que contemplasse diferentes perspectivas teóricas da argumentação. O reconhecimento da necessidade de uma obra com essa temática se deu nos estudos que mencionamos.

A argumentação, nesta segunda fase, é concebida como um modo de organizar os discursos de “visadas persuasivas”, que são aqueles com os quais os sujeitos-argumentadores visam levar seus interlocutores a chegar a uma determinada conclusão. Trata-se, nas palavras de Machado (2016), de uma “argumentação lógica” ou que se pretende lógica.

A terceira e mais recente fase da abordagem da argumentação na TS corresponde a uma espécie de ampliação da concepção de argumentação para além de uma “argumentação racional” (MACHADO, 2016). Disso devemos apreender que a noção de argumentação, desenvolvida considerando-se uma explícita visada argumentativa, baseada em fundamentos lógicos, é ampliada em favor da incorporação da sedução e da emoção.

Charaudeau e Maingueneau (2008) apresentam o fenômeno da argumentação considerando duas definições distintas, mas não incompatíveis. De maneira aqui simplificada, a argumentação é definida como “a expressão de um ponto de vista” e como um “modo específico de organização de uma constelação de enunciados”.

Essas definições representam para nós uma possível explicação sobre por que Charaudeau amplia a sua concepção de argumentação, antes limitada à composição racional, lógica dos enunciados, para uma concepção de argumentação considerada como uma atividade verbal e social.

Essa é a ampliação constatada por Machado (2016, p. 111) com o estudo das fases da abordagem da argumentação na TS. Tal constatação é o resultado de seu objetivo de apresentar “um possível interpretativo acerca da presença constante da argumentação sempre atrelada à Análise Semi linguística do discurso...”.

Para nós, estas considerações de Machado (2016) bem como os esforços teóricos empreendidos por Charaudeau (1998; 2005; 2007; 2008a; 2012), evidenciam o avanço epistemológico quanto ao estudo da argumentação na TS.

Considerando, portanto, essa constatação e, em especial, a singularidade que parece ser evocada na TS acerca da abordagem epistemológica da argumentação, desenvolvemos a presente tese com o objetivo de analisar o funcionamento da argumentação segundo a perspectiva semi linguística no discurso científico de pesquisadores da Linguística.

Nesta perspectiva, Charaudeau (1998) relaciona a argumentação à atitude “impositiva” do sujeito que impõe ao outro o seu modo de raciocínio e seus argumentos, conforme as situações e as expectativas de comunicação. Com isso, chama atenção para a finalidade comunicacional da argumentação, mas enfatiza que a noção de argumentação deve ser considerada em um quadro de análise do discurso em que são definidas as condições semi linguísticas de comunicação.

Em outras palavras, Charaudeau (1998) concebe a argumentação como uma prática social cuja realização depende das chamadas “condições enunciativas da atividade argumentativa”. Além disso, a argumentação deve ser pensada em termos de validade, ou seja, uma argumentação só pode ser considerada válida em um quadro de validação produzido em cada situação contratual, o que requer considerar a argumentação em função das restrições da situação de comunicação.

Segundo os pressupostos da TS, toda situação de comunicação é definida segundo uma certa “finalidade de dizer” em termos de visada (CHARAUDEAU, 2007). Além disso, a TS é uma corrente de análise do discurso situada em uma “problemática de influência” (CHARAUDEAU, 2008a). Disso especificamente devemos entender que, pela linguagem, os homens estabelecem vínculos psicológicos e sociais (CHARAUDEAU, 2012) que envolvem as relações de forças que se instauram nos diversos domínios de atividade humana (CHARAUDEAU, 2008a).

Dito de outro modo, Charaudeau (2008a), ao inserir a sua análise do discurso em uma problemática de influência, pressupõe que os homens tentam regular socialmente as relações de forças instauradas nas incontáveis situações de comunicação de que participam e que, nessa tentativa, operam com jogos de realização da verdade como “crer” e “fazer crer”. Em razão disso, caracteriza a análise do discurso semiolinguística como a análise cujo objeto é a descoberta destes jogos.

Importa esclarecer que, para a TS, todo discurso tem os seus jogos de realização da verdade definidos por um contrato de comunicação, no qual a finalidade da situação de comunicação é determinante.

No caso do discurso científico, Charaudeau (2008a) defende que a situação de comunicação em que esse discurso se realiza tem uma finalidade demonstrativa, o que significa dizer que o discurso científico se realiza em função do estabelecimento de uma verdade que precisa ser demonstrada.

Essa demonstração que se realiza no discurso científico é, para Charaudeau (2008a), uma das três seguintes ordens argumentativas: persuasiva, explicativa e demonstrativa.

Pelo que expusemos, podemos então afirmar que o sujeito falante pode se encontrar em situações de comunicação em que é instado a argumentar segundo uma ordem persuasiva, explicativa ou demonstrativa. Tal ordem é definida pela finalidade da situação de comunicação.

Tendo em mente a argumentação demonstrativa do discurso científico bem como os papéis previstos para uma demonstração – provar, desenvolver os conhecimentos e convencer – (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008c, p. 149), julgamos ser necessário pensar esse discurso considerando as relações de forças envolvidas na prática científica.

Em razão disso, chamamos a atenção para o fato de que um dado discurso científico não estabelece a verdade, mas apresenta uma verdade que pode ou não ser considerada válida segundo o paradigma da comunidade científica (KUNH, 2013). Em outras palavras, as comunidades científicas orientam as suas investigações com base em teorias recorrentes e quase padronizadas quanto às suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação do objeto, mas, ainda assim, os posicionamentos teóricos são prova de que a prática científica se realiza conforme formações e experiências específicas.

Podemos até não problematizar esse aspecto, mas o discurso científico se realiza em meio a relações de força ou relações de poder. Maria José R. F. Coracini (1991), por exemplo, em sua tese, a qual consideramos uma referência na análise do discurso sobre o tema, problematiza exatamente a questão da subjetividade no discurso científico.

Publicada em forma de livro, em cujo prefácio lemos “Coracini discute uma questão de suma importância para todos que lidam com a linguagem, ou melhor, simplesmente para *todos*”. (RAJAGOPALAN, 1991, p.11, grifo do original), esta tese se concentra sobre o que o linguista destaca como o discurso que é produzido por profissionais que exercem uma enorme influência no dia-a-dia do cidadão comum. Ao que acrescenta “A ciência é hoje a religião do homem moderno, que se considera ‘iluminado’” (1991, p. 12).

Com essas palavras, Rajagopalan (1991) se refere ao valor de destaque e distinção comumente atribuído à ciência, talvez em razão da concepção de ciência do positivismo para o qual a cientificidade é alcançada através da anulação dos valores humanos.

Concepção desconstruída pela tese de Coracini (1991) ao demonstrar que a ciência que nos chega por intermédio das notícias⁴ de popularização, divulgação, midiatização científica omite que “Por detrás da fachada do consenso, da opinião paciente e cautelosamente formada, das conclusões e certezas confiantemente divulgadas [...] descobre-se uma luta sem trégua [...]” (RAJAGOPALAN, 1991, p. 11).

É o que diz Rajagopalan (1991) para reforçar a tese de Coracini de que a ciência é uma atividade humana e social e, em função disso, uma atividade discursiva subjetiva.

⁴ Os estudos dos fenômenos designados como popularização, vulgarização, divulgação e midiatização da ciência fazem parte da agenda de estudos linguísticos do País.

Somam-se à tese de Coracini (1991) duas outras que, sob uma visão bastante peculiar, veem a prática científica como possibilidade de problematização no âmbito dos estudos linguísticos. A tese de Da Rosa (2013) problematiza a influência do discurso⁵ universitário-científico contemporâneo sobre a constituição da identidade do pesquisador em formação.

A pesquisadora se concentra sobre o que ela metaforicamente denomina como os bastidores do discurso da ciência e assim cria um espaço para as discussões sobre a formação e a preparação para a pesquisa no/sobre o ensino superior no Brasil. Isso resulta de sua constatação a respeito de uma nova ordem científica, que se caracteriza pelo funcionamento diferenciado da ciência em virtude do momento sócio-histórico-cultural em que vivemos e que está propiciando outros olhares sobre a prática científica.

Como conclusão, a pesquisadora (2013) ressalta que a identidade dos pesquisadores em formação se constitui na tensão, no embate (aproximação-afastamento) com uma imagem ideal de pesquisador, certamente sob a influência das representações que têm da chamada ciência moderna (SANTOS, 2008).

Há outras considerações conclusivas e igualmente importantes na tese de Da Rosa (2013), mas a conclusão de que o pesquisador em formação tem uma identidade em construção, marcada pela tensão entre sentir-se, reconhecer-se pesquisador e perceber-se como um pesquisador incompleto vem ao encontro da nossa principal reflexão. Para nós, a prática científica, incluindo-se o próprio discurso científico, seja em função de um paradigma epistemológico, seja em função das contingências sociais, econômicas, políticas, seja em função desse conjunto de coisas, exerce uma influência determinante sobre o seu fortalecimento ou seu redimensionamento que, em termos discursivos, se dá com a argumentação demonstrativa.

Assim como destacou Rajagopalan (1991), afirmamos que a prática científica se dá entre lutas. Afirmamos também que, dentre essas lutas, há aquelas que se dão pelo fortalecimento, pelo redimensionamento ou pela mudança de uma dada prática científica. Essas lutas se realizam, sobretudo, por meio dos discursos científicos em que a argumentação demonstrativa deve ter uma função determinante.

Por pensarmos assim, apresentamos a nossa hipótese de que a argumentação funciona no discurso científico como a atividade pela qual os sujeitos pesquisadores podem

⁵ A prática científica no Brasil é desenvolvida principalmente nas Universidades, o que influencia no reconhecimento de que as Universidades são o *locus* por excelência de nossa produção científica (KÖCHE, 2005).

influenciar a comunidade científica quanto aos paradigmas que orientam ou devem orientar as suas pesquisas.

Segundo a concepção de ciência de Kuhn (2013), os paradigmas podem ser compreendidos como exemplos aceitos na prática científica real (exemplos de lei, teoria, aplicação e instrumentação), que proporcionam modelos e, assim, constituem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica.

Com base nisso, entendemos que as práticas científicas são desenvolvidas segundo os paradigmas que as fundamentam e as orientam, ou seja, segundo as mesmas regras e padrões de pesquisa adotados por determinada comunidade científica.

Mas convém acrescentar que novos fatos ou novos problemas podem exigir novos fundamentos, novas regras para a investigação científica e disso podem resultar novos paradigmas.

Kuhn (2013) defende que a mudança de paradigmas pode levar às chamadas “revoluções científicas”, no entanto, esclarece que esse processo não se dá de um dia para o outro, ocorre como um processo complexo e não isolado. Este processo passa antes pelo que chamamos aqui de fortalecimento ou redimensionamento de paradigmas.

Por “fortalecimento” entendemos a manutenção das práticas de pesquisa segundo as mesmas teorias, os mesmos tipos de problemas levantados, os mesmos tipos de conhecimentos produzidos. A ideia de “redimensionamento” deve ser entendida como o redirecionamento daquilo que deve ser relevante para as investigações da comunidade científica quanto às teorias adotadas, aos problemas propostos, aos conhecimentos visados.

Defendemos, então, que a argumentação no discurso científico reflete as lutas que constituem as práticas científicas em relação aos paradigmas, mas consideramos apropriado acrescentar que há outras formas de lutas presentes no meio acadêmico.

Essas outras formas foram problematizadas na tese de Da Silva (2015) com o estudo dos processos de subjetivação que ocorrem no campo acadêmico contemporâneo. Sob as lentes teóricas de Foucault e os estudos de Gregolin, este pesquisador concluiu que as práticas discursivas acadêmicas contemporâneas preveem determinados procedimentos de controle que atuam sobre os processos de subjetivação do indivíduo acadêmico.

O que é preciso fazer para ocupar as diferentes posições de sujeito no meio acadêmico contemporâneo? Com essa questão, Da Silva (2015) problematiza as relações de forças que há na academia e conclui que a prática científica se norteia, dentre outros fatores, pela partilha de títulos, os quais atuam como importantes instrumentos de poder determinantes para a construção de subjetividades.

Da Silva (2015) destaca que é preciso ser para poder dizer, é necessária a conquista de determinados títulos para que o sujeito possa ser legitimado a ingressar na ordem do discurso acadêmico e científico, possa fazê-lo de acordo com a autoridade de quem aproxima o seu discurso da vontade de verdade.

Com a expressão “vontade de verdade”, Da Silva (2015) se refere à expressão de Foucault para designar uma das formas de controle que se dá sobre e com os discursos.

O discurso científico, por exemplo, precisa ser realizado da forma mais próxima possível das vontades de verdade que dominam o meio acadêmico e científico para que seja reconhecido e legitimado como tal.

Trata-se, neste caso, do controle do discurso e, conseqüentemente, da prática científica de que o discurso faz parte. Certamente, este controle visa à qualidade da produção científica e, por isso, é importante.

Quanto à qualidade da produção científica, Alves (2016), por exemplo, realizou um estudo sobre as práticas de avaliação da produção científica brasileira. O seu estudo se concentrou sobre a avaliação da qualidade da produção científica da área de Letras, por isso ela investigou a respeito do impacto desta produção sobre a própria área, levantou a questão sobre se os artigos científicos publicados nos periódicos especializados são lidos, questionados, se têm impactado na área como referências para a formação de novos pesquisadores, se têm contribuído efetivamente para a definição de novas investigações.

Alves (2016) concluiu que, na prática científica dos acadêmicos de sua área, a referência a periódicos é muito pequena, destacou a existência de muitos periódicos e, daí, sugeriu parâmetros de avaliação dos periódicos, como forma de se alcançar a qualidade da produção científica.

Este estudo de Alves (2016) é importante para a nossa pesquisa por duas razões.

A primeira razão é porque pode ser relacionado com as teses aqui já mencionadas quanto à problematização de aspectos da prática científica, seja com o olhar concentrado sobre o discurso científico (CORACINI, 1991), seja com a atenção voltada para a identidade dos pesquisadores em formação (DA ROSA, 2013), seja com a expectativa de evidenciar as relações de poder acadêmicas e científicas atuantes no processo de subjetivação dos sujeitos acadêmicos (Da SILVA, 2015).

A relação entre os estudos supracitados nos permite pensar, como o faz Da Rosa (2013), em um objeto considerado em frente e em verso. Esse objeto é o discurso científico, que traz em sua realização uma rede complexa de aspectos. Aspectos “externos” à

materialidade textual-discursiva, relacionados à prática social de pesquisa científica, e aspectos “internos, relacionados ao dizer, à materialidade textual-discursiva.

Quanto aos chamados aspectos externos, o estudo de Alves (2016) nos é importante por uma segunda razão. Sua investigação se refere ao papel dos periódicos científicos, os quais são meios de circulação dos artigos científicos, ou seja, do discurso científico. Isso porque, conhecendo-nos como pesquisadores em formação, temos em mente que os periódicos podem ser referência como meios de visibilidade dos pesquisadores, de seus discursos e, sobretudo, de suas pesquisas. Acreditamos que os periódicos podem ser as referências sobre para a agenda de estudos das comunidades científicas.

Além disso, como bem salientou Da Silva (2015), os periódicos são relacionados também à valorização da produtividade científica no meio acadêmico brasileiro como exigência feita aos pesquisadores para que possam se legitimar neste meio.

Além de viabilizar o alcance da produtividade, os periódicos representam um compromisso com a qualidade da produção científica. Nos discursos científicos realizados nos artigos científicos há, além da atividade argumentativa, uma atividade cognitiva, científica e uma relação de poderes.

Isso impõe pensarmos nos sujeitos pesquisadores, por essa razão, a análise da argumentação no discurso científico pela perspectiva da TS é pertinente. Sob essa perspectiva, devemos refletir acerca do “para quê” do discurso científico, devemos então considerar os aspectos externos e internos à materialidade textual-discursiva do discurso, bem como a intencionalidade do sujeito falante.

Ressaltamos que, na TS, faz-se uma importante distinção entre “linguística da língua” e “linguística do discurso”. A linguística do discurso é a proposta da TS, porque esta consiste em considerar a descrição dos usos e das significações sociais apreendidos de um discurso produzido por um sujeito intencional, operador de categorias “sócio-discursivas” e operador de um imaginário social.

Isso tem relação com a singularidade da TS quanto à posição adotada na análise do discurso que realiza, uma posição *semi-linguística*⁶ que se caracteriza pela inserção do discurso em uma problemática que relaciona os fatos de linguagem a outros fenômenos psicológicos e sociais: a *ação* e a *influência* (CHARAUDEAU, 2010).

Em outras palavras, a análise do discurso proposta por Charaudeau parte da questão sobre como se dá a construção psico-sócio-lingueira do sentido, a qual se realiza

⁶ Os textos de Charaudeau geralmente apresentam os termos teóricos destacados em itálico, por isso mantivemos esse mesmo tipo de destaque em nosso texto.

mediante a intervenção de um sujeito igualmente psico-sócio-linguageiro. Sob essa perspectiva, temos a evidência de que a TS opera com uma noção de sujeito intencional que constrói sentido por intermédio das línguas naturais, com um projeto de influência social, em um determinado quadro de ação.

Essa noção de sujeito tem fundamento em um postulado assumido pela TS, o *postulado de intencionalidade*⁷, que é o fundamento do *ato de linguagem*. Isso significa, resumidamente, que o sujeito falante tem uma intenção em relação ao outro em termos de efeitos de sentido, ou seja, sobre os sentidos que tem para si e que deseja que sejam interpretados pelo outro e que, em função dessa interpretação, o outro seja de algum modo influenciado.

No caso do discurso científico, quais são os efeitos de sentido visados pelo sujeito pesquisador considerando-se, necessariamente, a finalidade da situação de comunicação científica cuja finalidade é demonstrativa (CHARAUDEAU, 2008a)? Trata-se de questionar sobre o que caracteriza a argumentação demonstrativa à luz da TS, e, assim, de alcançar o objetivo principal de analisarmos como funciona a argumentação no discurso científico de pesquisadores da área de Linguística.

O estudo da argumentação no discurso científico implica considerar a situação de comunicação científica, a global e a específica, que implica um contrato de comunicação, bem com as condições de realização da argumentação.

À luz dessa perspectiva da TS e, conforme as considerações que fizemos acerca dos estudos realizados sobre a prática científica, definimos na nossa tese os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar o contrato de comunicação do discurso científico sob estudo;
- b) analisar como se desenvolvem as condições de realização da argumentação: problematização, posicionamento e prova.

Em razão disso, definimos como corpus de nossa pesquisa 14 artigos científicos escritos em português do Brasil e publicados na Revista da Associação Brasileira de Linguística, no volume XIV, n. 2 (ABRALIN, 2015).

Uma vez realizados os estudos, organizamos a presente tese em seis capítulos, dos quais o primeiro é esta introdução, que contempla a contextualização da problemática que norteia a sua concretização e a forma de sua apresentação.

⁷ Tal como costuma fazer Charaudeau, damos destaque em itálico aos termos fundamentais à problematização que fazemos nesta pesquisa.

No segundo capítulo tratamos da argumentação na perspectiva semiolinguística, descrevendo as particularidades teóricas no tratamento do fenômeno da argumentação e explicando os aspectos da argumentação em sua relação com os nossos objetivos de pesquisa.

No terceiro capítulo apresentamos o resultado do nosso investimento argumentativo de demonstrar que o discurso científico é constitutivamente argumentativo. Para isso, partimos da hipótese de Foucault a respeito dos procedimentos de controle, que fazem do discurso uma atividade produzida em e como uma relação de poder, de saber e de vontades de verdade.

Nesse sentido, apresentamos uma retrospectiva da ciência quanto aos paradigmas epistemológicos que influenciam as práticas científicas.

No quarto capítulo descrevemos a metodologia de pesquisa, retomando as noções apresentadas no primeiro capítulo e utilizando as nossas considerações feitas no segundo capítulo como complementares.

No quinto capítulo procedemos à análise dos dados. Como estratégia para a descrição desse capítulo, nos limitamos à apresentação de exemplos recortados da materialidade textual-discursiva dos artigos científicos a fim de demonstrarmos a análise das categorias pertinentes.

No sexto capítulo retomamos o nosso principal objetivo de pesquisa a fim de apresentarmos as nossas considerações conclusivas sobre como a nossa análise respondeu à questão de pesquisa.

2 A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Neste capítulo, explicamos o que é a argumentação na perspectiva da Teoria Semioliolinguística de análise do discurso, do teórico francês Patrick Charaudeau. Antes, porém, julgamos necessário fazer uma apresentação dos aspectos que caracterizam a Teoria em questão, uma teoria psico-sócio-comunicativa (chamada de “semiodiscursiva” ou de “semioliolinguística”) de análise do discurso, tal como o teórico (2004) o propõe.

Sobre a questão terminológica, constatamos que se trata de uma teoria conhecida como Teoria Semioliolinguística e também como Análise Semioliolinguística do Discurso. Como primeiro nos orientamos pelo livro *Linguagem e Discurso: modos de organização* (CHARAUDEAU, 2012), no qual a Teoria é denominada como Teoria Semioliolinguística, daremos preferência ao uso dessa denominação.

Para alcançarmos nosso objetivo, consideramos mais adequado organizarmos este capítulo em seções, nas quais apresentamos uma sequência de explicações que, a nosso ver, pode ajudar na compreensão de como o fenômeno *argumentação* é considerado na TS.

2.1 A problemática da Teoria Semioliolinguística

Nesta seção, explicamos os pressupostos da Teoria Semioliolinguística como uma maneira de deixar claras as especificidades dessa teoria no campo da análise do discurso.⁸

Nosso objetivo quanto a isso se justifica no fato de reconhecermos as questões pertinentes à dificuldade de definir “discurso” bem como à de delimitar o espaço de pesquisa consagrado ao discurso. São questões que compreendem desde os pressupostos teóricos definidos como referência para teorizá-lo e estudá-lo até as relacionadas à nomeação dos espaços nos quais o discurso é teorizado e estudado.

Sobre isso, Maingueneau (2015, p. 47) afirma que o discurso é teorizado e estudado em sua relação fundamental com os fatos da língua na disciplina “análise do discurso”. No entanto, enfatiza que é a maneira como o discurso é considerado em dada disciplina que pode especificá-la ou não como a tradicionalmente conhecida “análise do

⁸ Maingueneau (2015, p. 24) esclarece que a instabilidade do campo da análise do discurso tem relação com a própria noção de discurso. As acepções de “discurso” ancoradas nas ciências da linguagem interagiram com certo número de ideias provenientes de outras correntes teóricas que formam o conjunto das ciências humanas e sociais, todas comprometidas com a teorização de algum fenômeno relacionado à “heteróclita e multifacetada” linguagem. Os pressupostos dessas correntes, uma vez tomados em relação à linguagem, contribuíram para originar não exatamente a noção, mas um conjunto de “ideias-força” para definir “discurso”. Além disso, é fundamental ter em mente a distinção entre “teoria do discurso” e “análise do discurso”.

discurso”, cujo objeto de estudo é o elo entre os funcionamentos textuais e a situação de comunicação formado mediante um dispositivo de enunciação resultante do verbal e do institucional.

Maingueneau (2015) assim deixa claro que há diversas disciplinas do discurso (sociolinguística, retórica, análise da conversação, análise do discurso, etc.), mas é a análise do discurso que problematiza o discurso em sua relação simultânea com o social e com o linguístico. Fundamental também é considerar que no espaço de pesquisa da análise do discurso, os pesquisadores não fundamentam a sua racionalidade na disciplina, mas o fazem segundo problemáticas específicas que dão origem a correntes de estudo.

A relação entre disciplina e correntes de estudo é igualmente complexa em termos de delimitação, porque no interior de uma mesma disciplina há correntes e teorias diversas, cada uma concentrada em uma problematização específica, inclusive podendo ser situada entre cruzamentos disciplinares.

Conforme Charaudeau (2010), uma disciplina que se ocupe do estudo do discurso tem de enfrentar três tipos de problemas: (1) o da delimitação de seu campo de estudo em função de seus objetivos de análise; (2) a relação que podemos denominar de interior e exterior da linguagem, entre o ato de linguagem e um “fora da linguagem”; (3) o problema da interpretação, ou seja, do sentido que é dado aos resultados da análise realizada, ou melhor, com que prática interpretativa e com que teorização possível o sujeito analisante pode contar.

O enfrentamento dos três problemas citados é orientado pela problemática geral levantada sobre como abordar o discurso, o que necessariamente tem a ver com os pressupostos teóricos assumidos.

Charaudeau (2010) esclarece que problemática não é uma teoria, “mas um lugar de questionamento geral que se assemelha a um conjunto de proposições dadas como provisoriamente (ou hipoteticamente) verdadeiras, segundo certos parâmetros”. É a problemática adotada que define a corrente ou a teoria que se inscreve na análise do discurso, que delimita o posicionamento epistemológico⁹ no interior da disciplina.

A problemática que orienta a análise do discurso da TS é a comunicacional e descritiva, a partir da qual é proposto um modelo sociocomunicacional do discurso. Isso significa que o discurso é abordado segundo uma perspectiva que visa relacionar os fatos de linguagem a outros fenômenos psicológicos e sociais: a *ação* e a *influência*. Essa

⁹ No artigo *Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização*, Charaudeau (2010) apresenta três problemáticas desenvolvidas no campo de estudo da análise do discurso e explica por que se concentra sobre a problemática comunicacional e descritiva que orienta a Teoria Semiolinguística.

problemática pretende tratar do fenômeno da construção psico-sócio-lingueira do sentido, a qual é realizada mediante intervenção de um sujeito, que é também psico-social-lingueiro.

Em razão disso, julgamos ser importante tratar da questão sobre a concepção de linguagem da TS, sobretudo porque acreditamos que tal concepção está diretamente ligada à relação pressuposta entre os fatos de linguagem e os fenômenos psicológicos e sociais: a *ação* e a *influência*. O que significa essa relação e quais as suas implicações teórico-metodológicas?

Uma problemática dita comunicacional consiste em considerar que os fatos de linguagem são essencialmente fatos de comunicação que possuem uma dupla dimensão (CHARAUDEAU, 2002).

Uma dimensão que pode ser chamada de “externa”, em que os sujeitos falantes¹⁰ são identificados por atributos psicológicos e sociais, a priori independentes de seus comportamentos linguageiros (linguísticos). Trata-se da dimensão que, geralmente, costumamos chamar de “extralinguística”, porque está relacionada aos seres de fala (sujeito), às pessoas dotadas de intenção e situadas social e historicamente. Isso explica por que na TS se opera com as noções de *identidade* social (quem são os sujeitos enquanto seres sociais) e de *finalidade* (que finalidade comunicativa a situação de comunicação impõe). Essa dimensão da comunicação tem a ver com o que o sujeito é e com suas ações, independentemente da linguagem, é justificada pelo fato de se reconhecer que os sujeitos agem orientados por uma finalidade e pela experiência que têm sobre a sequência, o encadeamento de fatos e dos acontecimentos do mundo que os insere em uma lógica das ações (determinação de uma *busca*, procura de *resultados*, *avaliação* positiva ou negativa das *consequências*).

A outra dimensão pode ser chamada de “interna” e tem uma implicação direta da linguagem. Nessa dimensão, os sujeitos falantes devem ser considerados pelos seus atributos propriamente linguageiros, que podem remeter a aspectos psicológicos e sociais deles enquanto “seres de linguagem”. Por essa razão, neste caso, trata-se da *identidade discursiva* do sujeito falante e da intenção de influência dele sobre o outro, as quais são construídas mediante as escolhas linguísticas desse sujeito. Com o discurso e pelo discurso, o sujeito falante constrói para si uma identidade discursiva e pode exercer influência sobre o outro sujeito com quem se comunica.

¹⁰Por enquanto, usaremos a expressão “sujeitos falantes” para nos referirmos aos sujeitos sociais que tomam a palavra para se comunicarem com o outro. Mas deixamos claro que Charaudeau (2012) usa expressões específicas para se referir aos sujeitos de acordo com a noção definida no quadro teórico. Por exemplo, na terminologia da TS usam-se expressões como “sujeito comunicante”, “sujeito enunciador”, “sujeito interpretante”, “sujeito destinatário”, além de termos como “protagonistas” e “atores sociais”.

Essa problemática comunicacional da TS fundamenta-se, portanto, em uma concepção de linguagem que pressupõe a ação implicada na linguagem. A ação está relacionada à dimensão externa do ato de comunicação e a influência está relacionada à dimensão interna, ao propriamente linguístico. Essa concepção resulta de pressupostos teóricos da pragmática - “[...] a linguagem é, por si própria, ação, já que ela faz ou faz fazer, seja expressando de forma direta (‘Feche a porta’) ou indireta (‘Está fazendo frio’)” - e da perspectiva interacional da linguagem - todo ato de comunicação se realiza a partir de uma finalidade, de uma regulação, como uma troca e uma interação (CHARAUDEAU, 2002).

Esses aspectos devem ficar registrados para que possamos entender o quanto a relação de influência entre sujeito falante e sujeito-alvo, concebidos como sujeitos sociais e psicológicos interagindo em um espaço social de ação e em um espaço linguístico de influência, é um pressuposto fundamental da TS.

Antes de avançarmos nas explicações teóricas de Charaudeau (2002) sobre essa intrínseca relação entre o social – do ponto de vista da ação – e o linguístico – do ponto de vista do projeto de influência do sujeito falante -, entendemos ser necessário apresentar alguns esclarecimentos de Maingueneau (2015).

Maingueneau (2015), certamente por reconhecer a tendência no desenvolvimento de estudos classificados como de “análise do discurso”, concentrou-se sobre questões que refletem a complexidade relacionada à disciplina análise do discurso e ao seu objeto de estudo. Partiu de uma perspectiva histórica para mostrar a confluência de disciplinas e de pressupostos teóricos que contribuíram para dar origem à análise do discurso como disciplina.

A constatação dessa confluência foi-lhe fundamental para destacar a dificuldade de apresentar uma definição de “discurso” e de delimitar o seu espaço de pesquisa. No entanto, essa constatação foi importante para identificar as proposições oriundas de correntes teóricas que fundamentaram os estudos das ciências da linguagem no estudo do discurso.

Essas proposições tratam de fenômenos ou de aspectos que, considerados em relação à linguagem, contribuem para a compreensão e a teorização do objeto “discurso”. São exatamente dessas proposições que surgem as chamadas “ideias-força” que permitem caracterizar “discurso”, seja este entendido como objeto empírico ou como algo que transcende todo ato de comunicação particular.

Maingueneau (2015) apresenta o conjunto das ideias-força que podem caracterizar discurso, mas aqui destacamos somente aquelas que consideramos ser, fundamentalmente, pressupostas na problemática da TS.

“O discurso é uma *forma de ação*” (p. 25) é uma ideia-força que permite caracterizar o discurso pela sua capacidade de constituir um ato que visa modificar uma ação. Assim, um discurso pode, por exemplo, se integrar a gêneros de discurso determinados, reconhecidos como atividades verbais, e relacioná-los com as atividades não verbais.

A compreensão dessa integração pode ficar mais clara se considerarmos outras ideias-força. Por exemplo, “o discurso é *interativo*” (p. 25), logo, o discurso, uma vez integrado aos gêneros do discurso, se dá em uma atividade verbal interativa que envolve dois ou mais parceiros que se influenciam mutuamente em suas enunciações.

Essas influências e enunciações se realizam a partir de um contexto de referência, por isso Maingueneau (2015) destaca que “o discurso é *contextualizado*” (p. 25), ou seja, os parceiros da interação verbal precisam estar situados em um lugar social, em um tempo definido, e serem reconhecidos como sujeitos sociais.

Na interação verbal, os parceiros produzem os discursos a partir de suas posições e perspectivas, logo “o discurso é *assumido por um sujeito*” (p. 25), é relacionado a um EU, “que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) [...]” (p. 25) e indica qual a sua atitude em relação ao sujeito-alvo (mediante o fenômeno da “modalização”). Maingueneau (2015) também destaca que o sujeito assume o discurso, mas, segundo os pressupostos da análise do discurso que ele desenvolve, não pode ser considerado a origem soberana do que fala, porque essa fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual provém.

Pontuamos este aspecto acerca da análise do discurso praticada por Maingueneau, porque a noção de sujeito por ele defendida se diferencia da noção defendida na TS por Charaudeau, tal como será possível perceber posteriormente quando aqui tratarmos especificamente do assunto.

O reconhecimento do papel do sujeito é relevante na TS, mas há outra ideia-força igualmente pontual para os seus pressupostos, a de que “o discurso é *regido por normas*” (p. 25). Essa é fundamental para a compreensão de “discurso” naquilo que se refere ao seu funcionamento. O discurso funciona em situações particulares, mas o faz segundo normas sociais que orientam como deve ser tal funcionamento. Brevemente, pontuamos a esse respeito que a TS opera com uma noção de sujeito intencional, por isso livre e estratégico em relação ao seu dizer, mas também pressupõe um sujeito cujo dizer é orientado por normas.

Ao mesmo tempo livre e orientado por normas sociais e discursivas, segundo a perspectiva da TS, o sujeito produz o seu discurso em relação a outros discursos. A relação entre discursos é apresentada por Maingueneau (2015) com a explicação da ideia-força que é

central na disciplina análise do discurso: “o discurso é assumido no bojo de um *interdiscurso*” (p. 25). Como entender os sentidos do discurso se não o considerarmos em relação a outros discursos? A interdiscursividade é constitutiva dos discursos e como tal é considerada, mesmo que na perspectiva do sujeito falante isso se dê inconscientemente.

A ideia-força que consideramos central para a TS é a de que “o discurso *constrói* socialmente o sentido” (p. 25). Segundo essa ideia, não podemos pensar em um sentido estático e estável presente nos discursos à espera de quem o identifique. O sentido é, na verdade, o resultado de uma construção e reconstrução no interior de práticas sociais determinadas. Os sujeitos constroem os sentidos, mas o fazem segundo as configurações sociais em que estão inseridos.

Tal como salienta Maingueneau (2015), as ideias-força são tomadas como centrais ou secundárias de acordo com a maneira como o discurso é problematizado nas correntes ou teorias da disciplina análise do discurso. Salientamos isso porque o discurso é problematizado na TS segundo o interesse não pelo sentido das palavras, mas pelo efeito social das palavras. Importa para a TS a análise dos efeitos sociais dos atos de linguagem em situação de comunicação.

Para a compreensão dessa singularidade da TS, preferimos simplificar afirmando que o seu interesse principal está em responder à questão acerca da influência pretendida pelo sujeito com certo discurso em determinadas condições.

Isso certamente explica por que Charaudeau (1999) chama a atenção para a chamada “linguística do discurso”, a qual é a base da TS. Por isso, independentemente de que ideia-força seja tomada como central em uma determinada problemática, é relevante salientar a especificidade do que Charaudeau chama de “linguística do discurso”.

Uma linguística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real construído, a *linguagem* como forma-sentido em difração, e um *sujeito* (je/tu) intersubjetivo em situação de interação social. (CHARAUDEAU, 1999, p. 32, grifos do autor)

Assim, podemos entender que as ideias-força, em seu conjunto, constituem os pressupostos da linguística do discurso, embora algumas delas sejam tomadas como centrais para fundamentar o que marca a singularidade da problemática da TS. Chamamos a atenção para esse aspecto porque é necessário ressaltar que a linguística do discurso orienta os estudos da análise do discurso, no entanto, é a problemática definida que singulariza a teoria ou a corrente da análise do discurso.

Quanto a isso, Charaudeau (1999, p. 32) é bastante enfático ao afirmar que “Após avaliarmos o campo do discurso em oposição ao campo da língua, é preciso admitir que há várias maneiras de analisar o discurso”.

A maneira de analisar o discurso na TS é orientada pela necessidade de distinção proposta por Charaudeau (2002) entre a noção de “fim” (*but*), que está ligada à ação, e de “intenção” (*visée*), que está ligada à linguagem.

O fim deve ser entendido como o objeto da busca da ação (o sujeito age socialmente para atingir um determinado fim), como aquilo que se alcança diretamente ou ao final de um percurso. Há um sujeito falante (um ator) que age para alcançar certo fim e, para tal, deve atender a certas condições: i) ter um projeto qualquer, uma busca; ii) ter o poder de iniciar uma modificação física no estado de coisas do mundo; iii) ter aptidão para seguir uma lógica de encadeamento sequencial e linear dos atos (planos de ação), valendo-se de sua experiência e do conhecimento que obteve dessa experiência quanto às regras que devem ser respeitadas cada vez que ele vivencia uma situação similar.

A noção de fim está, assim, relacionada ao que justifica a ação, que se dá de forma *unidirecional*: tem início com o projeto de um sujeito que se torna agente e se completa definitivamente ao término de um plano de ação até que o fim seja atingido. Para se atingir o fim almejado, é necessário definir quem será o agente da ação, qual o instrumento necessário para agir e qual o roteiro previsto para o tipo de situação e de fim considerados.

Fazendo uma exemplificação, podemos pensar sobre o fim a se alcançar com a publicação de um artigo científico em um determinado periódico. Independentemente da linguagem, ou seja, do ato de comunicação, primeiro o sujeito pensa em um fim a ser alcançado e, certamente, nas ações que deverá adotar para alcançá-lo. Trata-se de considerar o como e o que fazer para alcançar o fim pretendido e socialmente já definido e quais as condições, as regras previstas para se alcançar o fim pretendido.

Do ponto de vista comunicacional, para que o fim seja alcançado, o sujeito pode realizar um ato de comunicação, o que, para a exemplificação considerada, supostamente implicaria a realização do discurso científico em um artigo científico conforme as regras que a situação de comunicação prevê para o caso em questão. Isso somente não é suficiente. Para que a ação realizada possa levar ao fim pretendido, é preciso que o outro sobre quem se pretende agir assim o permita, ou seja, o sujeito falante precisa influenciar o sujeito-alvo em seu pensar, em seu crer, em seu agir etc. Por essa razão, o quadro de ação do sujeito precisa implicar a linguagem mediante uma intenção (*visée*) do sujeito falante em relação ao outro sujeito da comunicação.

Enquanto o fim da ação depende do sujeito falante e daquilo que ele sabe sobre o plano da ação, a intenção depende também do outro sujeito da comunicação. A intenção - também chamada finalidade comunicativa (*visée*) - está necessariamente relacionada a um projeto de influência para o qual são exigidos invenção e cálculo permanente sobre o outro, sem que tenha certeza do sucesso. “A intenção, contrariamente ao fim, não é outra coisa senão a intenção de influenciar o outro, de produzir nele um efeito (‘efeito visado’) que o leve a modificar a sua própria intenção.” (CHARAUDEAU, 2002).

Ressaltamos que o fim da ação e a intenção (visada) não são necessariamente interdependentes. Ambos são opostos em seus objetivos e modos de realização, no entanto, pressupõe-se que há uma imbricação entre eles. Charaudeau (2002) defende que as relações humanas e sociais resultam da articulação entre os fins das ações e as intenções (visadas ou finalidades) de comunicação.

Com esses pressupostos, Charaudeau (2002) defende a tese de que todo ato de comunicação é ao mesmo tempo *finalizado* em termos de influência em relação ao outro, *regulado* em termos de intercompreensão e *intersubjetivado* em termos de partilha (ou de imposição) dos saberes, das opiniões e crenças sobre o mundo, ou seja, todo ato de comunicação é uma forma de agir sobre o outro, sobre as representações de mundo do outro, a partir do reconhecimento dos dados situacionais estabelecidos mediante uma certa regulação das trocas sociais, razão pela qual esse agir, feito de finalidades acionais e languageiras, é o que constitui o objeto da análise do discurso.

Retomando a exemplificação que fizemos sobre o fim pretendido com a publicação de um artigo científico, podemos ainda pensar orientados pelas seguintes questões: qual seria o “fim da ação” de fazer ciência, de publicar um artigo científico e qual seria a finalidade, a “intenção” de produzir o discurso científico. Essas seriam as questões centrais de interesse da TS para orientarem uma análise como a que exemplificamos. No caso, seria este agir, finalizado acional e languageiramente, o objeto da análise do discurso que é a TS.

Em síntese, para a TS, uma análise, por exemplo, acerca do objeto de estudo discurso científico, deveria necessariamente concentrar-se sobre a questão acerca do fim da ação que possibilitou a produção do discurso científico e da finalidade que possibilitou a realização deste discurso. Em outras palavras, seria uma análise motivada pela seguinte questão: qual a influência social pretendida com a produção deste discurso?

O estudo do discurso político feito por Charaudeau (2013) nos permite entender essa singularidade da TS porque se trata de uma problemática do discurso político como processo de influência social. Nas palavras do próprio Charaudeau (2013, p. 39), temos que

“A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso”.

Considerando o discurso científico, o que ora dissemos sobre o discurso político equivale a dizer que podemos estudar a prática científica pelo discurso científico.

Pelo que expusemos, fica claro que, em razão da finalidade, ou seja, da intenção (visada) de influência do sujeito falante, o outro é considerado como fundamental na TS. O outro, o qual estamos invariavelmente chamando de sujeito-alvo e de interlocutor, é uma referência para o sujeito falante em termos de influência. Sobre esse ponto, Charaudeau (2011) explica por que convém fazer a distinção entre a “linguística da língua” e a “linguística do discurso”. Segundo ele, a chamada “linguística da língua” é orientada pela descrição dos sistemas intrínsecos a cada língua, com um corpus mais ou menos fechado, que pressupõe um sujeito operador de categorias cognitivo-linguísticas. A “linguística do discurso” é orientada para a descrição dos usos e das significações sociais, com um corpus aberto, que pressupõe um sujeito operador de categorias “sócio-discursivas” e de um imaginário social.

Em resumo, a TS, tal como já mencionamos, se desenvolve segundo os princípios da linguística do discurso, é uma corrente da análise do discurso que orienta as suas análises a partir de uma problemática comunicacional e descritiva, reconhecida como uma problemática de influência.

A razão de assim ser reconhecida deve-se ao pressuposto de que o sujeito falante produz o seu ato de linguagem, que é também um ato comunicativo, com vistas a, ao mesmo tempo, cumprir uma ação, relacionada ao fim da ação, e influenciar o seu interlocutor, relacionada à intenção ou visada.

O saber-agir e o saber-dizer, ou seja, a competência acional e a competência linguageira não são de uma mesma ordem. Charaudeau (2002) salienta que a primeira provém de uma experiência, de um conhecimento e de uma aptidão em aplicar regras de encadeamentos dos atos, sem os quais o fim nunca é atingido. Por exemplo, o fim de se fazer ciência só pode ser alcançado mediante o atendimento a determinadas regras. A segunda provém de um saber-fazer conjuntural, por isso se pressupõe um sujeito que formula hipóteses sobre quem é o outro, sobre o seu saber, sobre qual é o seu saber-fazer e de uma aptidão em produzir efeitos (visados) que produzem resultados.

Essa influência pode se dar em termos de efeitos de sentido, de significação, por meio da interpretação que o sujeito-alvo, o interlocutor faz do discurso que se realiza no ato de comunicação.

Tratamos da questão como possibilidade de influência, em razão dos efeitos de sentido, porque a noção de discurso da TS está relacionada tanto às condições de sua produção quanto às expectativas e aos valores presumidos acerca dos sentidos a serem construídos. Conforme Charaudeau (2011), o discurso é tanto um lugar de estruturação dos usos da linguagem em função das condições de produção nas quais esses usos se manifestam quanto categorizações de sentido relacionadas a sistemas de conhecimento e de crenças aos quais aderem os indivíduos e grupos sociais. Disso podemos entender que no discurso estão implicadas as práticas discursivas dos sujeitos falantes, designadas por Charaudeau (2011) como comportamentos languageiros. As práticas discursivas compreendem os conhecimentos e as crenças que circulam na vida social dos sujeitos falantes mediante suas atividades discursivas.

Com essa explicação, é possível ter mais clareza sobre por que a TS deve ser concebida como uma linguística do discurso. Se seu objeto de estudo é o sentido discursivo como um sentido social em razão da influência que se pode exercer sobre o outro, somente a análise da materialidade linguística não é suficiente, é fundamental a análise das condições de produção e dos fatores contextuais envolvidos.

Por essa razão, o papel da situação de comunicação é tão caro à TS. É isso que orienta o analista do discurso filiado a essa corrente de estudos a planejar a sua pesquisa em função de um conjunto de produções languageiras em situação de uso, em relação a uma dada situação de comunicação e, assim, a constituir o seu corpus de pesquisa.

Conforme Charaudeau (2004), as situações de comunicação são dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e que são definidas por um conjunto de condições (restrições/convenções) psicológicas e sociais de realização, de maneira que os sujeitos se entendam. As comunidades se entendem por partilharem essas condições, tal como podemos pensar em relação à comunidade científica da Linguística.

Como vemos, a situação de comunicação é entendida como uma espécie de bússola que guia os comportamentos languageiros dos sujeitos.

Os sujeitos, a fim de alcançarem seus objetivos de comunicação, têm como referência a situação de comunicação, o seu projeto de dizer e as suas hipóteses em relação aos saberes, posicionamentos, crenças do outro, o seu interlocutor.

É por isso que é recorrente na teorização de Charaudeau o uso da expressão “jogo de expectativas”, cujo sentido pode ser compreendido com a análise da Figura 1 seguinte, que representa a produção do ato de linguagem.

Figura 1 – Ato de Linguagem



Fonte: Charaudeau (2012, p. 52)

Na Figura 1, estão ilustrados quatro tipos de sujeito, dois deles socialmente situados em um domínio de práticas, relacionado ao mundo empírico, no qual realizam as suas atividades gerais, inclusive as comunicativas, e partilham saberes que orientam as suas expectativas e os seus comportamentos.

Os sujeitos sociais são os sujeitos empíricos, designados como EU comunicante (EUc) e TU interpretante (TUi). Como dissemos, esses sujeitos têm seus próprios quadros de referência, que envolvem suas experiências culturais, sua vida social e profissional, seus posicionamentos, saberes e crenças diversos, por isso em uma situação de comunicação dada, atuam em um jogo de expectativas, definem o seu projeto de dizer, consideram a situação de comunicação; com suas condições psicossociais, planejam e realizam discursivamente o seu dizer, segundo o que pressupõem um em relação ao outro e em relação a todas as condições implicadas.

Os sujeitos descritos estão localizados em um espaço social, que é também chamado de espaço do circuito externo, ou seja, a também chamada dimensão externa dos fatos de linguagem. A primeira designação se dá em função dessa figura representativa do ato de linguagem.

O espaço social é ocupado pelos sujeitos sociais, concebidos como os sujeitos produtores de discurso, que teoricamente “jogam para ganhar”. Em outros termos, Charaudeau costuma comparar o ato comunicativo com uma aposta, pois pressupõe que os sujeitos sociais tomam as palavras para se comunicarem e para influenciarem. A influência

pode ser alcançada pela mudança que pode ser provocada no outro, na sua forma de ver o mundo, de se posicionar, de se comportar, de pensar, etc.

O espaço discursivo é o espaço no qual o discurso é realizado. O ato de linguagem pressupõe a materialização textual-discursiva exatamente porque é uma produção que resulta de uma organização linguístico-textual com base nas práticas sociais, nos usos da língua. Por essa razão, no espaço interno do circuito, também entendido como a dimensão interna dos fatos de linguagem, temos um EU enunciador (EUe) e um TU destinatário (TUd).

Quando o EUc, a quem aqui também designamos como sujeito falante, vê-se diante de uma situação que é, ao mesmo tempo, social e discursiva, ele “cria” um outro sujeito, que é o sujeito da enunciação, porque as restrições dessa situação orientam o sujeito comunicante quanto à realização enunciativa de seu discurso.

Lembrando-se do “jogo de expectativas”, as referências que o sujeito comunicante tem sobre o outro são as suas, e embora partilhe das mesmas práticas sociais e discursivas do outro, são as suas referências e o seu projeto de dizer que especificam o seu discurso. Se assim não o fosse, não existiriam falhas, dificuldades de compreensão.

Salientamos isso para considerar que a interpretação feita pelo sujeito interlocutor, o TUi, pode ser completamente distinta do que previu e planejou o sujeito falante, o EUc, porque, depois de produzido quem, o texto e quem o produziu também “falam”. Por essa razão, Charaudeau é enfático na necessária distinção entre efeitos visados e efeitos produzidos. O primeiro está relacionado à intenção (visada) do sujeito falante, enquanto o segundo está relacionado à interpretação que, de fato, será feita pelo outro, o sujeito-alvo, o interlocutor.

O TUd pode ser compreendido como uma espécie de leitor ideal. Essa analogia é interessante, porque, do ponto de vista do analista, a leitura deve ser feita com vistas a tentar ler os significados e a interpretar a significação do discurso.

Em outras palavras e pretendendo pontuar aspectos teóricos relacionados à nossa pesquisa, podemos supor que o sujeito falante, o sujeito pesquisador, realiza todo o seu discurso orientado pelas hipóteses que formula acerca do discurso ideal para influenciar o outro, o seu leitor. Disso podemos entender que o discurso que se realiza em um determinado gênero do discurso é, para o sujeito falante, o que ele presume ser o ideal para corresponder aos comportamentos linguísticos da prática discursiva de que participa, aos sentidos, aos conhecimentos e às crenças do sujeito-alvo, o seu par, o seu leitor.

Por se tratar das expectativas do sujeito falante, a TS opera com a expressão “efeitos visados”. Nessa perspectiva, interpretar impõe reconhecer os efeitos visados pelos sujeitos falantes em relação ao seu interlocutor.

Há outras expressões usadas por Charaudeau para designar o que podemos chamar de categorias de análise e que são, ao nosso ver, também fenômenos semiolinguísticos.

Por exemplo, Charaudeau (2002) nos explica sobre a dimensão externa dos fatos de linguagem e a relaciona ao “fim da ação”. Do mesmo modo, trata de intenção, visada, para se referir à intenção ou finalidade do ato de comunicação, por isso se trata da dimensão propriamente discursiva, a dimensão interna aos fatos da linguagem.

Ao fazer isso, apresenta-nos o termo “visada” cujo sentido precisa ser compreendido porque é usado em referência à finalidade comunicativa (visada) e isso pode gerar dúvidas quanto à distinção ou não entre intenção, visada, finalidade e projeto de dizer do sujeito e ainda finalidade da situação de comunicação. Estamos falando do mesmo fenômeno?

Considerando esse tipo de questão, explicamos que o uso dos termos “intenção”, “finalidade”, “visada” é feito para designar a finalidade do ato de comunicação, o que é ao mesmo tempo a intenção do ato de comunicação, por se tratar da intenção do sujeito falante de produzir um efeito sobre o outro, de influenciar o outro, o que depende necessariamente do outro e das condições da situação de comunicação.

Entre as condições de restrição impostas pela situação de comunicação está a chamada “finalidade da situação de comunicação”, que também pode ser designada como “visada da situação de comunicação”. A finalidade da situação de comunicação, apesar do que sugere a expressão que a designa, não significa a finalidade em si, mas se trata de uma condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo, ou seja, de uma visada.

As visadas são as intencionalidades psicológicas, sociais e discursivas que orientam (determinam) a expectativa do sujeito falante e de sua troca comunicativa.

O sujeito falante tem uma expectativa que pode ser orientada por um pensamento dessa natureza: EUC *penso, ajo, quero* assim, se eu proceder discursivamente da maneira X, então o EUI *quer pensar e agir* assim. As principais visadas estão descritas abaixo:

- a visada de “prescrição”: *eu* quer “mandar fazer”, e ele tem autoridade para sancionar; *tu* se encontra em posição, então, de “dever fazer”;

- a visada de “solicitação”: *eu* quer saber, e ele está, portanto, em relação de inferioridade de saber diante do *tu*, mas legitimado em sua demanda; *tu* está em posição de “dever responder” à solicitação.

- a visada de “incitação”: *eu* quer “mandar fazer”, mas, não estando em posição de autoridade, só pode incitar a fazer, ou seja, “fazer [o *tu*] acreditar” (por persuasão ou sedução) que ele será o beneficiário de seu próprio ato. Logo, o *tu* está em posição de “dever acreditar” que, se ele age, é para o seu bem.

- a visada de “informação”: *eu* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; *tu* se encontra em posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento.

- a visada de “instrução”: *eu* quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra em posição de autoridade de saber fazer e de legitimação para transmitir o saber fazer; *tu* se encontra em posição de “dever saber-fazer”, segundo um modelo que é proposto por *eu*.

- a visada de “demonstração”: *eu* quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas”, segundo uma certa posição de autoridade (cientista, especialista, *expert*); *tu* está em posição de ter de receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo.

- a visada de “*páthos*”: *eu* quer “fazer sentir”, e ele tem os meios para isso; *tu* está em uma posição na qual pode sentir um estado emocional agradável ou desagradável.

É importante ressaltar que as visadas são necessárias para definir as situações de seu emprego. Para definir sua finalidade, cada situação de comunicação seleciona uma ou mais visadas, dentre as quais uma (às vezes duas) é dominante.

Charaudeau (2013b) deixa isso claro ao explicar sobre a situação de comunicação midiática.

Nesse caso do discurso midiático, podem ser convocadas várias visadas: de *instrução* (em suas rubricas de conselho), de *incitação* (em seus títulos dramatizantes), de *demonstração* (quando ela dá a palavra aos *experts*). Mas essas convocações são feitas sob a cobertura da visada dominante de informação, que determina a expectativa do contrato de comunicação. Mais especificamente, a situação midiática convoca diferentes visadas sob uma visada dominante dupla: de *informação*, para atender a uma exigência democrática quanto à necessidade de a opinião pública ser esclarecida sobre os acontecimentos produzidos no espaço público; de *incitação*, para atender à exigência de concorrência comercial, que quer que esse discurso atinja o maior número e, assim, procura captá-lo.

Deve ficar claro que não há uma correspondência biunívoca entre visada discursiva e situação de comunicação, assim, podemos ter uma mesma situação e convocar várias visadas e uma mesma visada atuando em diferentes situações de comunicação.

As visadas são concebidas e consideradas em relação à finalidade da situação de comunicação, portanto a um contrato de comunicação. A relação se dá a partir de uma situação de comunicação que, variavelmente, pode “selecionar” uma ou mais visadas, e isso já é parte constituinte do contrato de comunicação, é uma das partes que compõem o circuito externo de que tratamos ao apresentarmos a noção de ato de linguagem e de jogos de expectativas.

Ainda tratando de “visadas”, importa-nos discorrer sobre a visada demonstrativa, isso porque é nosso objetivo de pesquisa analisar a argumentação no discurso científico. O discurso científico se realiza em uma situação de comunicação em que o ato de comunicação deve ser ordenado segundo uma intenção demonstrativa do sujeito falante, o sujeito pesquisador. Em outros termos, o discurso científico é realizado no ato de comunicação como forma de atender a uma visada demonstrativa, o que requer que o sujeito falante tenha consciência de que a sua intenção de influência sobre o outro deve se dar a partir de sua intenção de demonstrar uma verdade de natureza científica ao outro.

Em uma perspectiva científica, como o afirmam Charaudeau e Maingueneau (2008), nas disciplinas científicas particulares, uma demonstração é um discurso com as seguintes características:

- 1) Baseado em proposições “verdadeiras”. Verdadeiras no sentido de serem apresentadas por hipóteses, como resultados de observações conduzidas por um protocolo válido; ou verdadeiras no sentido de serem apresentadas como resultado de demonstrações precedentes;
- 2) Encadeado de maneira válida, ou melhor, de acordo com procedimentos específicos definidos na disciplina (seguindo, portanto, as leis do cálculo lógico e matemático);
- 3) Condutor de uma proposição nova, estável e referência para “um” avanço no domínio, suscetível de orientar o desenvolvimento ulterior da pesquisa.

Esses analistas do discurso (2008) acrescentam ainda que, conforme se supõe, a demonstração desempenha três papéis: *provar, desenvolver conhecimento e convencer*.

Pelo que observamos, a ciência é de natureza demonstrativa. Koche (2011), ao contrapor o conhecimento não-científico ao científico, ressalta como distinção a necessidade

do acúmulo de provas de demonstração de sua veracidade. Assim, entendemos que a necessidade de se realizar por meio da demonstração é uma marca determinante da ciência.

Certamente, essa marca influenciou na compreensão da ciência como uma atividade transmissora de verdades inquestionáveis, o que é hoje objeto de problematização em algumas áreas, mas essa é uma outra questão sobre a qual não vamos nos deter aqui.

Interessa-nos dessa exposição considerar que a prática científica está orientada por uma natureza demonstrativa e que, em razão disso, o seu discurso também o é.

Além disso, importa ressaltar o que remete à explicação de Charaudeau e Maingueneau (2008) acerca do que especifica um discurso demonstrativo, ou seja, o discurso científico.

Trata-se, assim, de considerar em que condições pode se realizar o discurso científico, condições estas que, necessariamente, constituem um contrato de comunicação, sobre o qual discorreremos na seção seguinte.

2.2 Contrato de comunicação

Na seção anterior, discorreremos sobre alguns aspectos que particularizam a TS como uma corrente de análise do discurso orientada por uma problemática de influência. Explicamos a relação entre os sujeitos da comunicação, a produção do ato de linguagem e as visadas que são definidas como finalidades da situação de comunicação.

Nesta seção, damos destaque à categoria contrato de comunicação, descrito em uma perspectiva geral. Assim nos referimos, porque o contrato exerce papel sobredeterminante em todo discurso, logo, pensando em tipologias de discurso (discurso científico, político, jornalístico, só para mencionar alguns), podemos dizer que todos têm o seu funcionamento determinado por um contrato específico de comunicação.

Sem dúvida, essa categoria teórico-analítica é a mais relevante da TS. Podemos afirmar isso porque o contrato de comunicação é a condição de *validade* do sentido de um ato de linguagem. Se para a TS um ato de linguagem tem sua razão de ser em uma intencionalidade do sujeito orientada para o exercício da influência sobre o outro, então, é imprescindível ter em mente que o contrato de comunicação é determinante sobre a significação e sobre os efeitos de sentido de um discurso.

Conforme Charaudeau e Maingueneau (2008), contrato de comunicação é um conceito central da TS, definido como o conjunto das condições em que se realiza qualquer ato de linguagem. Ao considerarem alguns posicionamentos teóricos que estão na origem da

noção de contrato de comunicação, eles ressaltam a definição contratual do ato de linguagem que implica:

a existência de dois sujeitos em *relação de intersubjetividade*, a existência de *convenções*, de *normas* e de *acordos* que regulamentam as trocas linguageiras, a existência de *saberes comuns* que permitem que se estabeleça uma intercompreensão, o todo em uma certa situação de comunicação. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 131)

Com isso, constatamos o quanto as trocas linguageiras são orientadas por um contrato de comunicação determinante para as diversas situações de comunicação. Charaudeau (2013a) define “contrato de comunicação” como o resultado da intersecção na construção do discurso entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (Bordieu) e um campo de enunciação, o lugar de encenação da linguagem.

Por essa razão, para que o sujeito falante realize a influência pretendida sobre o outro, é preciso que ambos reconheçam reciprocamente as restrições da situação de comunicação, condições externas, relacionadas ao campo de ação, e condições internas, relacionadas ao campo enunciativo.

Essas condições externas e internas constituem o contrato de comunicação. Charaudeau (2013b) esclarece que os dados, as condições externas, são aqueles constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que realizam as suas trocas no campo de uma prática social determinada e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período. Trata-se de constantes que também foram confirmadas por discursos de representação, os quais lhes atribuem valores e determinam o quadro convencional em que os atos de linguagem fazem sentido.

Ao tratar da noção de situação de comunicação, Charaudeau (2013b) faz referência aos “discursos de representação”, que devem ser entendidos como os discursos produzidos para justificar as práticas sociais a fim de valorizá-las. Os discursos de representação importam para o processo de construção das convenções e normas dos comportamentos sociais e linguageiros.

Na comunicação entre os indivíduos, certamente, são considerados os discursos de representação e, sobretudo, os dados externos da situação de comunicação, os quais são dados ou condições não linguageiros, mas semiotizados, uma vez que correspondem a índices que representam uma convergência, uma constante dos comportamentos sociais.

Os discursos de representação contribuem com o reconhecimento dos dados externos, os quais são reagrupados em quatro categorias e cada uma corresponde a uma condição de enunciação da produção linguageira.

Com essa explicação, tem-se que é pressuposto da TS que, para a realização de qualquer discurso em um ato de linguagem que se pretenda bem-sucedido do ponto de vista da influência sobre o outro, é preciso interrogar-se sobre quem pode falar, falar para quê, falar sobre o quê, falar de que modo, falar para quem, ou seja, importa considerar as condições do contrato de comunicação.

As condições do contrato de comunicação compõem tanto o espaço (ou a dimensão) externo quanto o espaço interno do ato de linguagem.

O espaço externo do contrato de comunicação compreende as seguintes condições: a condição de *finalidade*, a condição de *identidade*, a condição de *propósito* e a condição de *dispositivo*.

A condição *finalidade* requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo. Essa condição se baseia na expectativa de sentido (significação, efeito de comunicação almejado) que orienta a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?”

A condição *identidade* requer que todo ato de linguagem dependa dos sujeitos que se acham inscritos na troca linguageira. Conforme Charaudeau (2013b, p. 69), essa condição se define pela resposta às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala a quem?” ou “quem se dirige a quem?”, em termos de natureza social e psicológica, mediante uma convergência de traços psicológicos de idade, sexo, etnia, etc., de traços que sinalizam o status social, econômico e cultural e que indicam a natureza ou estado afetivo dos parceiros. No entanto, para efeitos de análise, só podem ser considerados os traços que estiverem em uma relação de pertinência no tocante ao ato de linguagem.

Outra condição é o *propósito*, que requer que todo ato de linguagem se construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em “universos de discursos tematizados”. O propósito é definido mediante a resposta à pergunta: “Do que se trata?” É uma espécie de macrotema.

A condição *dispositivo* requer que o ato de linguagem se construa de uma maneira particular, de acordo com as circunstâncias materiais nas quais o ato se realiza. Essa condição é definida pela resposta às perguntas: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” Já destacamos que o dispositivo estrutura a situação de comunicação, por isso pode ser

entendido como uma montagem cênica pensada de maneira estratégica para definir lugares a serem ocupados pelos parceiros (como em um debate nas mídias televisivas, por exemplo).

Nas palavras de Charaudeau (2013a, p. 54):

O dispositivo é, portanto, aquilo que garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado. Ele desempenha o papel de fiador do contrato de comunicação ao registrar como é organizado e regulado o campo de enunciação de acordo com as normas de comportamento e com um conjunto de discursos potencialmente disponíveis aos quais os parceiros poderão se referir.

Ao tratar do discurso político, por exemplo, Charaudeau (2013a) apresenta as instâncias do dispositivo para se referir aos parceiros da troca não como pessoas de carne e osso, mas como entidades humanas, cada uma sendo o lugar de uma intencionalidade, categorizadas em função do papel que lhes é destinado. São categorias abstratas, definidas pela posição que ocupam no dispositivo e às quais os indivíduos são remetidos. Por essa razão, é relevante o conhecimento das instâncias, levando em conta a sua natureza.

Para nós, esse é um aspecto da TS que requer muita atenção, porque nos remete, em uma análise, digamos, mais intuitiva, à tarefa de identificar os papéis que talvez consideremos ser os mais esperados para os parceiros ocuparem na troca. No caso do discurso político, inadvertidamente, pensamos somente nas instâncias política e cidadã. Entretanto, tratar de instâncias significa considerar os lugares de fabricação do discurso, por isso que, para o discurso político, Charaudeau identifica três instâncias: a *política* (lugar de governança) e seu duplo antagonista, que é a instância *adversária*; a instância *cidadã* (lugar de opinião) e a instância *mediática* (lugar de mediação). Mesmo considerando as diferentes situações de comunicação em que se realizam os discursos, podemos ter em mente um parceiro principal. Como exemplo, a instância cidadã é o parceiro principal da instância política. Nesse caso, a instância principal – ou o parceiro principal – é definida pela relação recíproca de influência que mantém com o outro parceiro da comunicação.

Ressaltamos que Charaudeau trata de dispositivo como uma categoria somente conceitual. O dispositivo não pode ser reconhecido previamente, apenas considerado conceitualmente, porque é com o conhecimento da estruturação da situação de comunicação que é possível descrevê-lo.

Sobre o dispositivo, convém uma explicação. Charaudeau (2013a) prevê uma relação de encaixamento entre dispositivos, o que nos leva a considerar uma relação de encaixamento entre o que poderíamos chamar de uma noção prévia do dispositivo e o dispositivo material ou específico quando se tem uma situação de comunicação específica.

Pensamos nessas designações somente para fins de esclarecimento acerca do que Charaudeau (2013a) trata como macrodispositivo conceitual e microdispositivo material. Pelo primeiro devemos entender aquilo que estrutura cada situação de troca social. Considerando o discurso científico, poderíamos então tratar de um macrodispositivo científico. Pelo segundo tipo de dispositivo, o microdispositivo, devemos entender aquele que especifica a situação de comunicação enquanto uma variante. Se pensarmos no caso do discurso científico, podemos considerar o microdispositivo relacionando-o às trocas sociais científicas mais específicas e concretas realizadas através de palestra, de seminário, mesa-redonda, artigo científico etc, ou seja, segundo as condições específicas de comunicação.

Tal como aqui exemplificamos com o discurso científico, Charaudeau (2013a) exemplificou com o discurso midiático. Para esse caso, há o macrodispositivo conceitual da situação de informação e os microdispositivos correspondentes à televisão, ao rádio, à imprensa escrita, no interior dos quais para cada um também há outros microdispositivos que correspondem a gêneros (o telejornal, a reportagem, o documentário, o debate etc.).

Interessante ressaltar, considerando esse exemplo, que uma mesma situação de comunicação pode apresentar mais de uma visada das quais uma será dominante em razão das especificidades da realização do discurso.

Salientamos isso porque na TS se propõe uma relação interdependente entre a visada da situação de comunicação e o modo de organização do discurso. Por exemplo, quando Charaudeau (ano) trata da argumentação, ele defende que os artigos científicos, os quais se realizam em uma situação de comunicação científica, realizam o modo de organização argumentativo como dominante.

Além disso, ele defende que o modo de organização argumentativo pode se realizar sob três diferentes ordens – a persuasiva, a demonstrativa e a explicativa. Essas ordens são definidas pelas visadas das situações de comunicação e não pelos gêneros discursivos.

Chamamos a atenção para o necessário cuidado de não considerarmos como relação determinante e interdependente a relação entre os modos de organização do discurso e os gêneros do discurso. Se pensarmos, por exemplo, no gênero científico resumo, não deve ser o gênero em si que determinará o seu modo de organização do discurso nele dominante, mas sim a visada da situação de comunicação na qual o gênero se realiza.

Com isso, entendemos a importância de pensarmos a realização de gêneros discursivos e de modos de organização do discurso em função da visada da situação de comunicação.

Em uma seção posterior, ainda nesse capítulo, concentramo-nos sobre a abordagem do modo de organização argumentativo bem como sobre as questões relacionadas a esse tema.

Introduzimos esse tema somente como forma de já mencionar algumas dessas questões que, ao nosso ver, são pertinentes para entendermos a noção de contrato de comunicação e das condições que o constituem.

A respeito dessas condições, julgamos relevante tratar com mais atenção da condição *finalidade*, porque é essa condição que, pelo viés das visadas, determina uma certa escolha dos modos de organização do discurso, chamados também de *modos enoncivos*. A finalidade da situação determina como a informação, no caso do discurso midiático; os valores, no caso do discurso político; a verdade racional, no caso do discurso científico), serão significados de acordo com certos *modos de organização do discurso* em que se realizam e de acordo *dispositivos* em que os discursos se realizam.

Dizendo com outras palavras, afirmamos que o discurso é organizado em função da finalidade que o determina, razão pela qual Charaudeau pressupõe que o discurso científico é realizado segundo o modo de organização argumentativo de ordem demonstrativa.

Disso entendemos que o sujeito falante, encontrando-se em uma situação de comunicação científica, presumidamente, parte de uma finalidade comunicativa argumentativa específica, a argumentativa demonstrativa. Isso é válido para as situações de comunicação científica em geral, ou seja, para um macrodispositivo científico. Ao considerarmos a relação de encaixamento entre dispositivos, devemos então pressupor as especificidades que são definidas com os microdispositivos, o que nos autoriza a admitir também as especificidades de uma argumentação demonstrativa, especificidades essas que dependem do contrato de comunicação igualmente específico.

Como isso, damos ênfase à possibilidade de se realizarem argumentações demonstrativas específicas em função do contrato de comunicação.

Ao discorrerem sobre a oposição entre demonstração e argumentação, Charaudeau e Maingueneau (2008) a remetem à oposição discursivo e cognitivo para pontuarem que tal oposição se sustenta na ideia de uma demonstração lógica elementar, a qual seria, de certa forma, o inacessível ideal da argumentação. Em linhas gerais, trata-se de pontuar uma suposta fragilidade da argumentação em relação à demonstração em virtude da suposta possibilidade de somente a demonstração ser capaz de produzir o verdadeiro.

Pelo que enfatizamos, uma oposição entre demonstração e argumentação, tal como apresentam Charaudeau e Maingueneau (2008), não convém, haja vista que é possível a realização discursiva de uma argumentação demonstrativa.

Ressaltamos que Charaudeau e Maingueneau (2008) discorrem sobre a oposição entre a argumentação e a demonstração pontuando os aspectos que destacamos, mas eles chamam a atenção para três importantes observações a serem consideradas a esse respeito:

- (1) O caráter demonstrativo de um discurso científico pode sempre ser questionado por um remanejamento de dados, por intervenção de novos instrumentos de cálculos, ou por um questionamento geral da metodologia.
- (2) As argumentações comuns podem partir de proposições absolutamente certas (Há cheiro de gás mesmo quando o fogão está desligado, o vazamento encontra-se, pois, na ligação do encanamento do gás ao fogão”). Quando um discurso emprega um método e princípios racionais, a diferença argumentação/demonstração torna-se inteiramente não conceitual e uma simples *questão de uso*.
- (3) Os *corpora argumentativos autênticos* apresentam frequentemente afirmações certas e prováveis, modos de encadeamento assegurados e convencionais, relacionados a diversas disciplinas (para determinar se é possível aprofundar um rio, combinam-se dados ecológicos, políticos, econômicos, geológicos, geográficos, etc.). (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 150)

Apresentamos aqui essas observações a fim de destacar como a proposta de Charaudeau sobre a existência de um modo de organização argumentativo de ordem demonstrativa faz sentido.

Em uma situação de comunicação científica, pressupõe-se a realização de uma argumentação específica, cujos aspectos constituintes são os aspectos de uma demonstração, por isso a proposta da TS de uma argumentação demonstrativa se justifica. Trata-se, portanto, de considerar esse caso como um caso em que argumentação e demonstração devem ser concebidas como o mesmo fenômeno.

Ao se posicionar em favor da concepção de argumentação como uma atividade situada em uma problemática de influência, Charaudeau nos apresenta o que parece ser o diferencial do seu posicionamento teórico sobre o fenômeno. Trata-se de um posicionamento segundo o qual é preciso considerar a argumentação para além das situações jurídica, deliberativa e lógico-matemática, é preciso pensá-la segundo o seu papel no discurso que se realiza em situações de comunicação com finalidades específicas de argumentação.

Charaudeau (2008a) ressalta que são diversos os domínios de atividade em que os indivíduos tentam regular socialmente as relações de forças. Com essa observação, acrescenta que os projetos ou modelos retóricos que se realizam nas situações de comunicação política, jurídica e científica teorizados, respectivamente, por Aristóteles, Perelman e Platão, não são

os únicos, porque as relações de força também se dão em outros domínios em que esses modelos podem se realizar.

Isso significa que é preciso pensar a realização da argumentação para outras situações de comunicação cujos contratos de comunicação podem colocar em evidência modelos retóricos demonstrativos, persuasivos e explicativos, os quais, conforme já antecipamos, são apresentados por Charaudeau (2008a) como as três grandes ordens argumentativas que a retórica tradicional tem dificuldade para distinguir.

Assim, devemos entender que Charaudeau (2008a) avança em seu posicionamento teórico quando se concentra sobre a relação entre a situação de comunicação e a argumentação, do que resulta o necessário entendimento de que a argumentação se realiza conforme as especificidades de um dado contrato de comunicação, não, podendo, pois, ser previamente definida quanto ao seu funcionamento no discurso.

Com esse posicionamento também está relacionado o posicionamento teórico charaudiano de que as relações sociais, que são relações de força, dão-se orientadas por jogos discursivos de realização da verdade. Trata-se de considerar como os discursos constroem o que pode ser interpretado e validado como verdade e não da verdade em si.

Com esse posicionamento acerca dos jogos discursivos, Charaudeau (2008a) advoga em defesa de uma análise do discurso concentrada sobre a descoberta dos jogos de realização da verdade, ou seja, sobre como os discursos se realizam no processo de “crer” e de “fazer crer”. É esse processo que deve ser compreendido como uma problemática de influência.

Por esse posicionamento teórico, fica claro que, para a TS, uma oposição rigorosa entre argumentação e demonstração não convém, porque até mesmo a demonstração realiza-se como jogos de verdade. Disso entendemos por que razão Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 150) defendem que “A análise do discurso argumentativo deve descrever essa *heterogeneidade* de modos demonstrativos, não se limitando ao que se relaciona ao provável e levando em conta aquilo que é certo”. Eles estão assumindo o pressuposto da realização de argumentações demonstrativas cujas especificidades são definidas em função da situação de comunicação e do contrato de comunicação a partir dela presumido.

É o que explica também o posicionamento de Köche (2005) para quem os critérios de cientificidade devem ser, nas devidas proporções, situados. O que justifica defender que os cursos de metodologia científica não devem ser orientados por abordagens gerais, como se a ciência fosse desenvolvida de forma homogênea e padronizada para e em todas as áreas do conhecimento humano.

Trata-se de reconhecer as práticas científicas em suas especificidades conforme as áreas de estudo, trata-se de reconhecer a argumentação demonstrativa em suas especificidades. São, pois, tais especificidades, que podem explicar como, por que e para que se faz ciência em determinadas áreas do conhecimento humano.

Com essa explicação justificamos por que é fundamental considerar as condições externas (dados externos) do contrato de comunicação na análise da argumentação demonstrativa, tal como propomos nessa tese. Além disso importa considerar uma categoria conceitual da TS, a situação global de comunicação (SGC), sobre a qual explicaremos posteriormente nessa seção.

Além disso, para tratarmos do propriamente discursivo, devemos considerar as características discursivas que formam os chamados *dados internos* ou condições internas do contrato de comunicação, razão pela qual as relacionamos com uma das categorias conceituais da TS chamada situação específica de comunicação (SEC). Esses dados ou condições internas são aqueles propriamente discursivos, os quais permitem responder à pergunta do “como dizer”.

Identificar os dados internos consiste em saber como se realizam os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis languageiros que assumem, as formas verbais (icônicas) que empregam em função das instruções contidas nas restrições situacionais. Trata-se das restrições discursivas de todo ato de linguagem, consistentes no conjunto de comportamentos languageiros esperados quando as condições externas da situação de comunicação são percebidas, reconhecidas.

Esses dados são compostos pelos espaços de comportamentos languageiros: o espaço de *locução*, o espaço de *relação*, o espaço de *tematização*.

O espaço de *locução* é aquele no qual o sujeito falante deve resolver o problema da “tomada da palavra”. Para isso, deve justificar porque tomou a palavra (em nome de quê), impor-se como sujeito falante, e identificar ao mesmo tempo o interlocutor (ou o destinatário) ao qual se dirige.

O espaço de *relação* é aquele em que o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor.

O espaço de *tematização* é aquele no qual é tratado ou organizado o domínio (ou domínios) do saber, o tema da troca, sejam eles predeterminados por instruções contidas nas restrições comunicacionais ou introduzidos pelos próprios participantes da troca.

Em função das instruções contidas nas restrições situacionais, o sujeito falante deve tomar posição com relação ao tema imposto pelo contrato (aceitando-o, rejeitando-o, deslocando-o, propondo um outro), escolhendo um *modo de intervenção* (diretivo, de retomada, de continuidade, etc.), mas também um *modo de organização discursivo* particular (descritivo, narrativo, argumentativo).

Como vemos, os dados externos e os dados internos constituem o contrato de comunicação que sobredetermina o sujeito falante em seu dizer, no entanto, “contrato de comunicação e projeto de fala se completam, trazendo um, seu quadro de restrições situacionais e discursivas, outro, desdobrando-se num espaço de estratégias” (CHARAUDEAU, 2013b, p. 71).

Dito isso, convém destacar que a noção de contrato de comunicação pode levar a crer que o sujeito falante tem o seu ato de comunicação totalmente predeterminado. No entanto, apesar de a TS prever um quadro contratual que orienta o dizer do sujeito falante, é importante considerar o pressuposto das estratégias discursivas.

Com esse pressuposto, a TS prever que o sujeito falante, orientado por um quadro contratual, investe em estratégias para compor a encenação do seu ato de linguagem.

Charaudeau e Maingueneau (2008), em referência aos pressupostos da TS, explicam que as estratégias discursivas constituem um dos dois espaços do ato de linguagem. Um espaço é o chamado espaço de coerções, o qual é sobredeterminante do ponto de vista da validade do ato de linguagem e um outro que é o espaço de estratégias.

Pelo dito, deve ficar claro que todo ato de linguagem comporta dois espaços: o de coerções e o de estratégias. O espaço de coerções está relacionado ao espaço que poderíamos mais tradicionalmente chamar de extralinguístico, enquanto o espaço das estratégias está relacionado ao espaço que poderíamos chamar de intralinguístico.

Temos o cuidado de pontuar que na TS o pressuposto de que o contrato de comunicação valida o discurso deve ser lembrado para que se entenda que toda encenação do discurso se dá sob a influência do que, de modo restrito e simplificado, poderíamos chamar de extralinguístico. Por isso, pelos pressupostos teóricos da TS, o intralinguístico se realiza sob a orientação dos dados externos do contrato de comunicação.

A liberdade do sujeito falante para proceder a estratégias sobre como encenar seu ato de linguagem não é plena, haja vista que as estratégias usadas são definidas em relação ao quadro contratual. Isso, porém, não impossibilita o sujeito falante de “jogar” seja com os dados do contrato, seja com o que constitui esses dados.

Por exemplo, podem existir situações de comunicação com finalidades já estabelecidas e bastante conhecidas em que os sujeitos falantes, mesmo reconhecendo que identidade lhes convém para a produção do ato de linguagem, podem proceder de modo diferente, podem encenar o seu discurso sem necessitar investir discursivamente em uma apresentação explícita de sua identidade. O contrário também é possível, pois pode haver situações de comunicação em que evidenciar identidade seja importante e, por isso, talvez possa ser necessário um investimento discursivo nesse sentido, mas o sujeito falante pode estrategicamente decidir não fazê-lo.

Nas situações de comunicação científica, por exemplo, há aquelas em que a apresentação das credenciais do pesquisador é fundamental e pode, inclusive, influenciar na aceitação ou não de seu discurso.

Então, com a possibilidade da realização das estratégias discursivas, a TS pressupõe “uma margem de manobra” na encenação do discurso a qual, apesar de possível, tem como referência o contrato que assegura a estabilidade e a previsibilidade dos comportamentos linguageiros (CHARAUDEAU e MANGUENEAU, 2008).

Charaudeau e Maingueneau (2008) preveem três etapas de desenvolvimento das estratégias na encenação do discurso: uma etapa de legitimação, uma etapa de credibilidade e uma etapa de captação.

As estratégias de legitimação visam a determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito a tomar a palavra. A posição de autoridade pode resultar de um processo que passa por dois tipos de construção: (a) a de *autoridade institucional*, que se origina no estatuto do sujeito que lhe confere autoridade de saber (perito, erudito, especialista), ou de poder de decisão (responsável por uma organização); (b) a de *autoridade pessoal*, que se origina na atividade de persuasão e de sedução do sujeito que lhe dá uma autoridade de fato, que pode se sobrepor à autoridade institucional.

Charaudeau e Maingueneau (2008) lembram que a noção de legitimação pode ser entendida como uma etapa natural de realização do discurso em que o sujeito falante entra em um processo de discurso porque reconhece que tem direito à palavra e legitimação para dizer o que diz. Essa legitimação pode resultar tanto de uma situação de fato, o que tem a ver com a identidade social, quanto de um lugar que lhe é dado por uma instituição. Mas há também situações em que o sujeito precisa construir uma posição de legitimação diante de seu interlocutor.

Para essa última possibilidade, prevemos as situações em que o sujeito falante precisa investir discursivamente na sua própria legitimação, o que pode permitir o

reconhecimento da estratégia de legitimação através de certas marcas linguísticas que se observam na realização do discurso.

Embora os atos de linguagem comportem as estratégias discursivas, o fato de a estratégia de legitimação ser relacionada ao direito de dizer do sujeito falante nos faz refletir sobre como o analista do discurso ou até mesmo o interlocutor pode reconhecer a realização dessa estratégia.

O que estamos considerando é se a estratégia de legitimação deve ser entendida como uma condição prévia para a realização de um dado discurso ou como um investimento na encenação do discurso seja em favor de uma legitimação pessoal ou institucional.

Sobre a questão, entendemos que a situação de comunicação define como a estratégia de legitimação pode se realizar, pois, certamente, há situações em que os sujeitos falantes podem “tomar a palavra” por se julgarem legitimados para tal, mas ainda assim podem sentir a necessidade de reforçarem essa legitimação, o que poderá levá-los a investir não em uma estratégia de legitimação, mas é um ethos, ou seja, na construção de uma imagem legitimada.

Essa questão está, portanto, relacionada com o ethos, que é outro tema abordado na TS. Sobre esse tema, devemos chamar a atenção para o que Charaudeau (2013a) designa como categorias de *ethos*, às quais ele relaciona ethos de credibilidade e identificação quando trata do discurso político.

Embora sejam temas inter-relacionados, queremos pontuar que Charaudeau (2008a, 2013a) trata de maneira específica o que são as estratégias discursivas – legitimação, credibilidade, captção – e o que são os *ethé* de identificação e de credibilidade.

Como observamos, o termo “credibilidade” é usado na TS como uma estratégia discursiva e como um tipo de ethos. Charaudeau (2013a) defende que a credibilidade pode resultar da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de maneira tal que o sujeito pode ser julgado digno de crédito.

Assim, temos que o investimento discursivo na estratégia de credibilidade pode resultar no ethos de um sujeito crível. Dessa forma, a credibilidade quanto ao dizer e ao ser estão inter-relacionadas.

Charaudeau (2013a) nos faz pensar sobre a questão da credibilidade no discurso científico. Se considerarmos a finalidade da situação de comunicação científica, é possível pensar que a necessidade de se investir na credibilidade não se aplica, porque se trata de uma situação para a qual se prevê a demonstração de uma verdade o que levaria a pensar que a credibilidade seria pressuposta.

No entanto, esse teórico ressalta que a credibilidade pode ser alcançada pela capacidade de os pesquisadores poderem mostrar ou apresentar as provas de que podem fazer o que propõem, ou seja, podem mostrar a verdade por meio de provas.

Como isso chamamos a atenção para a importância de considerar o desafio apresentado pelas situações de comunicação quanto às estratégias discursivas em que convém investir.

Uma vez apresentados os aspectos da estratégia de legitimação bem como algumas particularidades em relação à abordagem dessa e das demais estratégias discursivas, tratamos então da estratégia de credibilidade, a qual é descrita por Charaudeau (2013b) como o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante de maneira tal que seja considerado digno de fé pelos interlocutores.

As estratégias de credibilidade consistem no investimento discursivo em busca de um julgamento positivo do interlocutor quanto ao caráter de veracidade dos propósitos de uma pessoa (sobre se o que ele diz é verdadeiro) ou de uma situação (sobre se a situação é confiável). Trata-se, pois, de encenar o discurso de modo que se alcance um julgamento favorável à aptidão do sujeito falante de *dizer o verdadeiro*, é, pois, uma estratégia relacionada aos efeitos de verdade do discurso.

A estratégia de credibilidade pode ser aplicada como um estado ou como um processo e pode ser interpretada pelo interlocutor pela posição de verdade determinada pelo sujeito falante.

Por essa razão, Charaudeau e Maingueneau (2008) explicam que o sujeito pode recorrer a três tipos de posicionamento para que possa ser levado a sério.

O sujeito pode colocar-se em posição enunciativa de *neutralidade* a respeito da opinião que exprime. Entendemos que a noção que se possa ter de neutralidade pode levar a questionamentos acerca da impossibilidade de se produzirem discursos neutros.

Mas é preciso reforçar que se trata de estratégia, a qual pode ser percebida pela posição que leva o sujeito falante a apagar em seu discurso qualquer traço de julgamento e de avaliação pessoal.

Com a estratégia de credibilidade, o sujeito falante pode também se colocar em posição enunciativa de *engajamento*, o que certamente levará o sujeito a optar (conscientemente ou não) por adotar uma tomada de posição na escolha dos argumentos ou na escolha das palavras ou por modalizações avaliativas relacionadas ao seu discurso.

Quanto à estratégia de credibilidade, esta pode ser aplicada como um estado ou como um processo e pode ser interpretada pelo interlocutor pela posição de verdade determinada pelo sujeito falante.

Por essa razão, Charaudeau e Maingueneau (2008) explicam que o sujeito pode recorrer a três tipos de posicionamento para que possa ser levado a sério.

O sujeito pode colocar-se em posição enunciativa de *neutralidade* a respeito da opinião que exprime. Entendemos que a noção que se possa ter de neutralidade pode levar a questionamentos acerca da impossibilidade de se produzirem discursos neutros.

Mas é preciso reforçar que se trata de estratégia, a qual pode ser percebida pela posição que leva o sujeito falante a apagar em seu discurso qualquer traço de julgamento e de avaliação pessoal.

Com a estratégia de credibilidade, o sujeito falante pode também se colocar em posição enunciativa de *engajamento*, o que certamente levará o sujeito a optar (conscientemente ou não) por adotar uma tomada de posição na escolha dos argumentos ou na escolha das palavras ou por modalizações avaliativas relacionadas ao seu discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008).

Charaudeau e Maingueneau (2008) destacam também a terceira possibilidade de posição enunciativa que é a de *distanciamento*. Trata da posição com a qual o sujeito constrói discursivamente o seu objeto, mas o faz tal qual um especialista, tenta fazê-lo o mais objetivamente possível, como faria um *expert*.

A terceira etapa de estratégias discursivas é chamada de *captção*, na qual são trabalhadas estratégias que visam seduzir ou persuadir o parceiro da troca comunicativa, de maneira que ele entre no universo do pensamento que é o ato de comunicação e partilhe, então, a intencionalidade, os valores e as emoções de que o ato é portador.

Charaudeau e Maingueneau (2008) apresentam ainda as duas possíveis atitudes que podem ser adotadas pelo sujeito falante como estratégias de *captação* para persuadir o interlocutor. Trata-se da *polêmica* e da *dramatização*. Com a primeira atitude, o sujeito falante pode questionar certos valores defendidas pelo interlocutor. Com a segunda atitude, o sujeito falante pode colocar em prática uma atividade discursiva feita de analogias, de comparações, de metáforas e pode fazê-lo com base mais em crenças do que em conhecimentos para forçar o interlocutor a experimentar certas emoções.

Na TS, essas estratégias são previstas para a realização do discurso e também são consideradas em sua relação com a argumentação. Sobre essa relação, Charaudeau (2008) faz

a distinção entre as estratégias discursivas ou estratégias de influência, anteriormente descritas, e as estratégias argumentativas em particular.

Charaudeau (2008) explica que as estratégias argumentativas podem ser realizadas no desenvolvimento das condições cognitivas de argumentação, que são a “problematização”, o “posicionamento” e as “provas”. Ele ressalta também um aspecto importante referente ao papel das estratégias argumentativas na realização das estratégias discursivas.

Em outras palavras, devemos considerar a possibilidade do uso de estratégias argumentativas de problematização, de posicionamento e de provas e considerar também que tais estratégias podem contribuir para que se realizem as estratégias discursivas de legitimação, de credibilidade e de captação.

Um exemplo dessa possibilidade é o uso da estratégia argumentativa de problematização chamada de “enquadramento”, a qual pode ser usada como forma de alcançar legitimação, credibilidade ou de proceder à captação.

Conforme já ressaltamos antes, essas explicações são relevantes do ponto de vista teórico, sobretudo como forma ressaltar que, na TS, ocorre o uso dos mesmos termos para designar noções distintas, como é o caso do uso da palavra “estratégia”.

Entretanto, considerando-se do ponto de vista da análise definida para esta tese, salientamos que algumas dessas noções são aqui apresentadas somente como forma de explicar a TS.

Ressaltamos isso porque o nosso foco nessa seção é a abordagem do tema contrato de comunicação e das questões pertinentes a este tema.

Sobre este tema, uma vez explicado em que consiste a margem de liberdade que os sujeitos falantes têm ao realizarem o seu discurso, importa retomar a explicação sobre os dados internos do contrato de comunicação.

Em relação à realização do discurso, as restrições internas podem ser observadas pela forma como os espaços de *locução*, *de relação* e *de tematização* são ocupados.

Esses espaços são as condições ou os dados internos do contrato de comunicação e a maneira como são ocupados podem nos revelar aspectos da prática linguageira que é objeto de estudo.

No nosso caso, observar como estes espaços são ocupados pode nos revelar aspectos sobre como a prática científica se desenvolve e como isso influencia na realização da argumentação.

Interessa-nos retomar a abordagem sobre os espaços do discurso, os espaços internos porque entendemos que é possível reconhecer como se dá a sua realização no

discurso pela análise dos procedimentos enunciativos (CHARAUDEAU, 2013a), tidos como aqueles que permitem o reconhecimento de como o sujeito falante enuncia.

São três tipos de procedimentos enunciativos apresentados por Charaudeau (2013a).

O primeiro tem relação com a fala do sujeito falante que se coloca em cena, ou seja, que marca o seu dizer no discurso pelo uso da enunciação elocutiva. Essa enunciação é expressa por meio de pronomes pessoais de primeira pessoa acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualificativos que revelam a implicação de quem fala e descrevem o seu ponto de vista pessoal: “*Eu contesto*”, “*Eu estou certo de que juntos venceremos*”.

O segundo tipo está relacionado com a enunciação alocutiva, que é também observada no dizer do sujeito falante, mas no intuito de reconhecer como esse sujeito implica o seu interlocutor, se o marca em seu dizer por meio de procedimentos expressos também por pronomes pessoais de segunda pessoa, também acompanhados de verbos modais, de qualificativos e de diferentes verbos modais, de qualificativos e de diversas denominações que revelam, ao mesmo tempo, o lugar que o sujeito falante lhe designa e a relação que estabelece com ele: “*O senhor deve saber que...*”, “*Esteja certo que...*”.

O terceiro tipo permite reconhecer a enunciação delocutiva, com a qual o sujeito falante toma a palavra no seu discurso, mas o faz como se as palavras não fossem dele, quem *diz* é o próprio discurso, de forma que o sujeito falante demonstra não ter responsabilidade sobre o seu dizer, o interlocutor não é mencionado e o discurso pode ser interpretado segundo o ponto de vista de um terceiro, como um discurso que é a voz da verdade. Essa enunciação faz os sujeitos interlocutores entrarem em um mundo da evidência, apresenta-se pelo uso da impessoalidade, de frases definicionais, afirmativas, nominalizadas.

A análise tanto das condições externas quanto dos espaços internos só é possível se pensarmos na categoria “contrato de comunicação” que os compreende.

Acontece que esse contrato pode estar submetido a outros, tal como ocorre no domínio das nossas práticas sociais e discursivas.

O sujeito, ao produzir o seu discurso, considera um conjunto de restrições sociais e discursivas que o orientam sobre o como dizer.

Se pensarmos em uma hierarquia, a escrita de uma carta primeiramente deve ser feita com base em uma condição mais imediata, chamada de situação específica de comunicação, pela qual o sujeito falante deve se orientar para decidir como deve falar em termos de formalidade, em termos de enunciação, como deve abordar o assunto, quem ele é considerado social e profissionalmente, qual dessas identidades convém considerar para a sua

escrita, a identidade que pressupõe para o seu interlocutor e, sobretudo, o que pretende atingir com a escrita dessa carta.

Colocando nesses termos, toda a produção de sentidos da carta apresentada como exemplo parece ser de responsabilidade e de controle do sujeito falante, mas não é assim que funciona. Além desse sujeito falante, há o outro, o sujeito interlocutor, cujas condições de leitura são outras.

Ambos os sujeitos, falante e interlocutor, estão submetidos a uma situação de comunicação mais ampla que também orienta a situação de comunicação específica, por isso refletimos aqui sob um ponto de vista que considera uma relação hierárquica entre as situações de comunicação e, conseqüentemente, sobre os contratos de comunicação.

Já salientamos que na vida social os sujeitos se encontram no “domínio das práticas” (CHARAUDEAU, 2010), que são os lugares sociais de produção das interações sociais organizadas em setores de atividade social definidas por um conjunto de práticas finalizadas. Esses lugares sociais, em função das relações de força existentes na prática social, organizam-se segundo práticas concentradas em determinados grupos, em determinadas atividades, como são os espaços jurídico, político, midiático, etc.

Tendo em vista que esses lugares são concebidos como lugares empíricos, não podem ser ainda relacionados com a trocas comunicativas entre os sujeitos.

Mas a “situação global de comunicação” (SGC) sim, porque se trata do primeiro lugar de construção do domínio das práticas sociais em domínio de troca comunicacional, ou seja, a SGC é a situação de comunicação em que podem se realizar os discursos. Essa situação remete à ideia de hierarquia de que tratamos anteriormente. Hierarquia no sentido de encaixamento de situações, por exemplo, há a situação global de comunicação do discurso político que subordina, pelas condições externas de seu contrato de comunicação, a outra situação de comunicação que é a específica, o discurso político, o debate político, por exemplo. Em termos de realização do discurso, há o que convém a um discurso político em um sentido mais amplo e o que convém a uma realização específica desse discurso.

Do mesmo modo, há o que supomos ser próprio do discurso científico em geral, o que pode ser relacionado à SGC, e o que, de fato, se realiza quando consideramos uma situação específica de comunicação científica que pode se dá por meio de um artigo científico, de uma defesa de tese, de uma mesa-redonda etc.

A situação global que os sujeitos falantes devem ter como referência traz os parâmetros que orientam as situações específicas de comunicação, mas a situação específica é definida pelas condições a respeito de quem fala, para quem, de suas identidades, dos temas

de que precisam falar e das circunstâncias materiais em que se efetivam as trocas comunicativas.

Para reconhecemos a SGC de um dado discurso, importa considerar as instâncias de produção, concebidas como possibilidades de comunicação presentes, sua legitimação, as relações que instauram, a finalidade discursiva em termos de visadas, o domínio macrotemático. Observamos que esse conjunto que forma a SGC já define o que caracteriza a comunicação dos lugares socialmente organizados. Falamos sobre as práticas de comunicação já reconhecidas, como a situação global do discurso político, do jurídico, etc.

Charaudeau (2010) dá o exemplo com o discurso político, cuja SGC assim se caracteriza: quatro instâncias - a *política*, a *adversária*, a *do cidadão* e a *midiática*; a finalidade discursiva que é a de “incitação” a partilhar um projeto de ideias e de ação social e o domínio temático que trata de uma “idealidade social”.

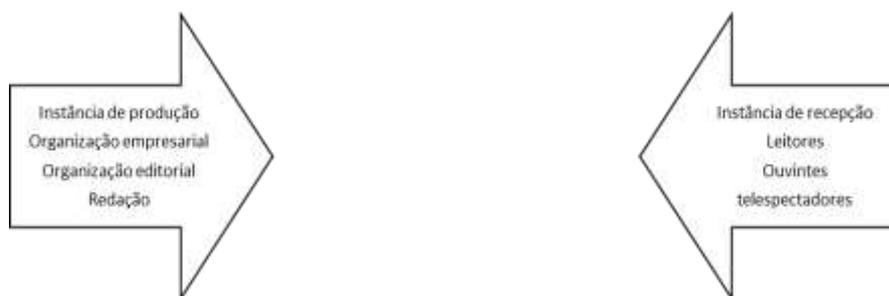
A noção de instância é fundamental para se considerar na abordagem sobre a SGC. Fundamental, sobretudo, para os interesses de nosso estudo, porque é preciso compreender o papel que as instâncias têm na maneira particular de se realizar determinado discurso.

Por exemplo, sem o devido aprofundamento na questão, fomos inclinados a supor que as instâncias que compõem a SGC do discurso político seriam duas – a política e a cidadã -, porque inicialmente pensamos no ato de linguagem em si, sem considerar a sua relação com uma situação de comunicação mais ampla, pensamos somente na relação de comunicação entre sujeito falante e interlocutores.

No entanto, Charaudeau (2013a) adverte para o que, ao nosso ver, faz de sua teoria uma teoria discursiva. Ele adverte sobre a necessidade de concebermos os parceiros da comunicação não como pessoas de carne e osso, mas como entidades humanas, cada uma sendo o lugar de uma intencionalidade, categorizadas em função dos papéis que lhes são destinados.

Com essa observação em mente, apresentamos como exemplo a figura 2 a seguir, a qual ilustra as instâncias que constituem a SGC do discurso midiático (CHARAUDEAU, 2013b, p. 86):

Figura 2 – Instâncias da SGC do discurso midiático



Fonte: Elaborada pela Autora

A SGC então envolve instâncias devidamente legitimadas, finalidade de comunicação, domínio temático e dispositivo.

Charaudeau (2013b) destaca que o discurso midiático se realiza em função de uma finalidade caracterizada por uma dupla visada – informação e captação -, sendo produzido em uma situação que envolve interesse econômico, por isso as instâncias de produção envolvem o empresarial, o editorial e a redação em uma relação interdependente e as de recepção envolvem uma instância-público, visada do ponto de vista econômico do consumo e uma instância-alvo, visada do ponto de vista discursivo, por isso voltada para os interlocutores. Sobre o domínio temático, as informações são construções da realidade sobre coisas que acontecem no mundo, sobre os eventos que ocorrem no espaço público.

Como vemos, a SGC não é ainda o lugar onde a comunicação concreta se realiza, mas é um lugar de referência para o ato de linguagem dos sujeitos.

Se pensarmos no discurso científico, a SGC já é outra, porque o campo de prática também é outro.

Isso também vale para a situação específica de comunicação (SEC), o segundo lugar de estruturação do domínio de prática onde são determinantes as condições físicas da situação de linguagem. É nesse espaço que temos como reconhecer o dispositivo que é considerado apenas conceitualmente na SGC, pois, só nessa situação, os sujeitos, de fato, produzem os seus discursos e, por isso, são reconhecidos por sua identidade social e pelos papéis sociais que desempenham na troca linguageira.

Como se trata da situação concreta de comunicação, nesse espaço é possível especificar a finalidade da situação de comunicação, o domínio temático e as circunstâncias materiais que correspondem ao dispositivo material.

A SEC é fundamental para a análise do ato de linguagem em sua materialidade textual-discursiva, ou seja, é essa situação, com suas restrições, que define o funcionamento

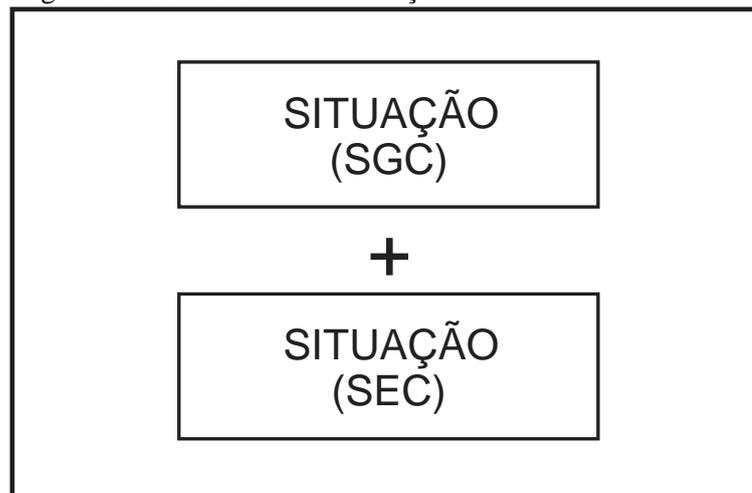
do discurso. Do mesmo modo, é a SEC que é referência para o sujeito organizar o seu dizer segundo o modo de organização pertinente.

Importante também frisar que a SGC se concretiza na SEC. Enquanto na SGC temos as instâncias de comunicação, na SEC, temos um sujeito com uma identidade social e profissional definida que produz o seu discurso orientado por uma finalidade de comunicação e por um projeto de dizer, razão pela qual escolhe uma tematização para desenvolver em seu discurso organizado sob um dos modos de organização discursivo.

SGC e SEC constituem o ambiente que sobredetermina os sujeitos comunicante e interpretante. Esse ambiente é constituído por um conjunto de restrições que se impõem ao sujeito falante, dando-lhe *instruções discursivas* que deve considerar para realizar o seu discurso.

O conjunto de restrições forma então o contrato de comunicação, conforme ilustramos na figura a seguir:

Figura 3 – Contrato de comunicação



Fonte: Elaborada pela Autora

Quando falamos de restrições da SGC e da SEC, podemos considerar o circuito externo e o circuito interno do ato de linguagem.

Charaudeau (2013a, p. 52) explica que o “contrato de comunicação” de um discurso é o resultado da intercessão entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (Bourdieu), e um campo de enunciação, lugar de mecanismos de encenação da linguagem. O contrato de comunicação é o que resulta do encontro entre uma prática social (SGC) e a prática discursiva (SEC).

Todo discurso, portanto, traz uma certa estabilidade do ponto de vista das possibilidades de comportamentos enunciativos de que dispõe o sujeito falante, mas, ao

mesmo tempo, dependendo dos jogos linguageiros de que pode participar esse sujeito, o discurso pode apresentar singularidades.

Podemos nos perguntar acerca do caráter estável do discurso científico bem como acerca de suas singularidades, a fim de conhecermos os possíveis efeitos desse discurso. Consideramos que entre essas singularidades está o modo de organização do discurso argumentativo, o qual tanto é usado em razão da situação de comunicação quanto pode nos revelar aspectos dessa situação, de acordo com os sujeitos falantes com suas especificidades psicológicas, sociais e discursivas.

Assim como o discurso político, o discurso científico tem suas significações e efeitos resultantes de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos de saberes e de crenças que são construídos e reconstruídos por outros, conforme o lugar ocupado no contrato e de acordo com os posicionamentos dos indivíduos que ocupam essas posições.

Segundo o que destacamos anteriormente, Charaudeau (2013b) explica que o contrato resulta das características próprias da situação de comunicação, os *dados externos*, definidos a seguir, e das características discursivas decorrentes, os *dados internos*.

Os dados externos são aqueles que, no campo de uma prática social determinada, são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e permaneceram estáveis por um determinado período; além disso, essas constantes e essas regularidades são confirmadas por discursos de representação que lhes atribuem valores e determinam assim o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido. (CHARAUDEAU, 2013b, p. 68).

Essa explicação nos ajuda a entender o que expusemos até aqui a respeito, principalmente, de como a TS concebe o sujeito falante e o seu dizer em relação a uma SGC e a uma SEC que, juntas, originam o contrato de comunicação.

Importa destacar essa explicação, porque a nossa proposta de estudo consiste em considerar o fenômeno argumentação como fundamental à realização do discurso científico, razão pela qual passamos a tratar desse tema na seção seguinte à luz da TS.

2.3 A argumentação semiolinguística

O início desta pesquisa foi marcado por uma inquietação a respeito de como a argumentação é concebida na TS. Antes de nos concentrarmos sobre os aspectos teóricos relacionados a esse fenômeno, foi preciso considerarmos as especificidades da TS como uma corrente da AD.

Em vista disso, já descrevemos o que julgamos pertinente sobre essas especificidades e, nesta seção, tratamos da argumentação à luz da TS.

Nas palavras de Charaudeau (2012), há diferentes possibilidades de abordar a argumentação. Posicionando-se em relação aos outros estudos sobre a argumentação, ele desenvolve a sua teoria a partir da problemática comunicativa, a qual é explicada a seguir.

Por exemplo, os estudos sobre a argumentação pertencem a uma problemática categorizante quando eles focalizam a mecânica argumentativa em si mesma. Entretanto, eles participam de uma problemática comunicativa quando buscam esclarecer as estratégias argumentativas de um tipo de um sujeito em uma dada situação (Platin, Bonnafous), bem como de uma problemática representacional, como é o caso quando eles tentam interpretar essas estratégias em termos ideológicos (o discurso populista). (CHARAUDEAU, 1999, p. 39).

Essa problemática, porém, passa por um processo de redimensionamento¹¹ conforme acontecem avançam os estudos fundamentados na TS. Podemos dizer que, em vez de uma explicação mais geral de argumentação, Charaudeau vem refinando sua concepção à medida que considera o estudo desse fenômeno no interior da problemática que caracteriza a TS.

Segundo já destacamos, é uma problemática da influência, então, qualquer discurso, antes de qualquer classificação em termos de argumentação, está pensado conforme essa problemática, devendo, dessa forma, ser entendido como um discurso produzido *para* desempenhar uma influência de cunho social e discursivo sobre o outro.

Isso, portanto, não pode ser confundido com argumentação. Em determinadas situações de comunicação, a argumentação pode se realizar e, nesses casos, pode ter um papel determinante no processo de influência psico-socio-linguística que é da natureza do discurso. Como a realização do discurso está submetida a um contrato de comunicação, o discurso deve ser produzido segundo esse contrato e deve realizar o tema e o modo de organização do discurso previsto pelo contrato.

Importa ressaltar que a TS opera com os termos argumentação e modo de organização do discurso argumentativo tal como também o fazemos nesta tese. Em razão disso, esclarecemos, com base em Charaudeau (2012), que a argumentação é concebida como uma atividade da linguagem cuja realização compreende tanto uma lógica estabelecida pela linguagem quanto outros aspectos da comunicação que intervêm no processo de persuasão.

¹¹Machado (2016), por exemplo, ao fazer uma revisão das três fases de estudo da argumentação na TS, reconhece que Charaudeau procedeu a um redimensionamento em sua perspectiva sobre o tema e isso, talvez, se deve ao contato que teve com os estudos empreendidos no Brasil, tal como os realizados no âmbito do grupo de estudo Fale/UFMG do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Para a compreensão de como se deu a inserção da TS nos estudos da Fale/UFMG, sugerimos conferir Machado e Mendes (2013).

Essa concepção semiolinguística revela a imbricação dos dados externos e dos dados internos mencionados quando tratamos de contrato de comunicação. Trata-se de uma concepção em que a argumentação é pensada segundo a sua intrínseca relação com a situação de comunicação em que pode se realizar.

Em função dessa relação, Charaudeau (2012) propõe os modos de organização do discurso, os quais constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante.

Trata-se mesmo de conceber um sujeito falante estrategista que, teoricamente, joga para ganhar, o que pode justificar a possibilidade desse sujeito reconhecer as condições do contrato de comunicação e, assim, proceder à organização discursiva conforme o tema previsto e segundo as quatro possibilidades que são os modos de organização propostos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

O tema de que falamos constitui a realização da condição externa que é o *propósito*. É por essa condição que o sujeito falante é instado a falar sobre um tema previsto no contrato de comunicação, e é também por ela que precisa organizar o seu discurso segundo o modo de organização concebido, na perspectiva da TS, como uma condição cognitiva que se materializa textualmente mediante certas categorias da língua.

Os espaços de locução e de relação, constituintes dos dados internos do contrato de comunicação, são parte do modo de organização enunciativo, o qual se realiza em todos os discursos, tendo em vista tratar-se do modo pelo qual apreendemos o ponto de vista do sujeito falante, ou seja, o modo ele se como se coloca no discurso, como revela a sua relação com o seu interlocutor, como se esquia de marcar a sua enunciação. Por essa razão, entendemos que a análise do contrato de comunicação, em função da análise dos espaços de locução e de relação, possibilita o reconhecimento do que constitui o modo de organização do discurso.

O segundo modo é o narrativo, igualmente concebido na TS em relação à perspectiva discursiva do sujeito falante. A perspectiva que, certamente, parte do projeto de dizer do sujeito falante, da situação de comunicação e do que ele apreende dessa situação, que é determinante para ele optar ou não, reconhecer ou não a necessidade de organizar o seu discurso nesse e/ou em outros modos de organização.

Observamos assim que em um mesmo discurso podem ser realizados dois ou mais modos de organização do discurso. Do mesmo modo, é possível que um dado discurso realize um modo de organização discursivo dominante.

O terceiro modo de organização é o descritivo que, assim como os demais, deve ser compreendido quanto à necessidade de seu uso na constituição de um discurso de acordo

com a situação de comunicação, com o contrato de comunicação bem como com o projeto de dizer do falante e com o gênero discursivo que o realiza.

Charaudeau (2012) chama a atenção para o que observamos como um problema histórico que ocorre nas práticas de ensino de produção textual relacionado à confusão no entendimento do que seja narrativo, argumentativo, descritivo, geralmente, tratados como tipologias textuais homogêneas.

Em razão disso, há na TS a ênfase sobre a intrínseca relação entre o modo de organização do discurso, que não podem ser confundidos com tipologias textuais, e a finalidade da situação de comunicação quanto à visada que a define.

O quarto modo, o qual nos interessa, é o modo de organização argumentativo que, conforme já antecipamos, é o que constitui a argumentação na sua realização textual-discursiva. É fundamental ter a noção de “modo de organização do discurso” em mente, porque nisso consiste a particularidade da TS na teorização sobre a argumentação.

Conforme Charaudeau (2008a), as relações sociais se apoiam hoje no mundo do “parecer verdade” (mais do que no mundo do “ser verdade”), da “força de adesão” (mais do que na força lógica dos argumentos), na “validade circunstancial” (mais do que na “prova absoluta”), no entanto, nas sociedades modernas se instaura um jogo de máscaras entre a verdade absoluta e a verdade relativa, o que impõe que a análise do discurso tome como objeto de estudo a descoberta dos jogos de realização da verdade e não a descoberta da Verdade. Fazer isso significa considerar o que na TS constitui a problemática da influência.

Por considerar a argumentação nessa problemática da influência, Charaudeau (2008a) coloca em questão a retórica argumentativa na descoberta da verdade restrita a determinadas situações de comunicação.

Segundo ele, Aristóteles, por exemplo, tinha a preocupação com o que deveria parecer verdadeiro para convencer o outro, daí operava com uma retórica argumentativa com fins persuasivos; do mesmo modo, Charaudeau (2008a) destaca que Perelman operava com uma retórica argumentativa com vistas não a determinar uma verdade, mas a determinar o que permite tomar uma decisão racional (sobre a sanção em termos de culpabilidade), ponderando os argumentos em um eixo do provável; ele problematiza também a filiação platoniana, a qual é descrita como um modelo lógico-matemático de retórica argumentativa que busca demonstrar a verdade. Dessa forma, Charaudeau vê nessas três perspectivas uma limitação da retórica argumentativa a apenas três situações de comunicação, o que lhe revela uma limitação teórica quanto à forma de conceber o alcance que a argumentação pode ter.

A crítica de Charaudeau (2008a), então, reside no fato de que as situações de comunicação consideradas por Aristóteles, Perelman e pela filiação platônica não são as únicas em que se podem instaurar as relações de força, as quais os indivíduos tentam regular nas suas interações nos diferentes domínios de atividade. Por isso, o modelo de como operar a retórica argumentativa relacionada a uma cultura sobre verdade, o modelo de deliberação do foro ateniense (Aristóteles), o modelo de deliberação jurídica (Perelman) e o modelo de demonstração científica (filiação platônica) não podem ser considerados os únicos, não são dominantes.

Eles [os modelos] continuam a existir, mas participam de um conjunto das mais vastas situações, as quais impõem contratos interacionais diversos que colocam em evidência, às vezes, a demonstração, às vezes, a persuasão, às vezes, a explicação, as três grandes ordens argumentativas que a retórica tradicional tem, aliás, problema para distinguir. (CHARAUDEAU, 2008a).

Ao problematizar essa questão, Charaudeau (2008a) introduz o que nos parece ser a sua contribuição para o avanço epistemológico da TS acerca do estudo da argumentação.

Ele propõe considerar a argumentação em uma problemática de influência, o que impõe concebê-la segundo a sua relação interdependente com a situação de comunicação e, portanto, com a finalidade dessa situação de comunicação, ou seja, com uma das condições do contrato de comunicação.

Lembramos que Charaudeau (2008a) condiciona a realização da argumentação à situação de comunicação que dela prescindir. Nesse sentido, não podemos pensar que a argumentação constitui todos os discursos.

Esse aspecto da argumentação na TS é fundamental, porque “considerar que é a situação de comunicação que dá força de validade ao ato argumentativo é o que permite definir três grandes ordens argumentativas: a demonstração, a explicação, a persuasão” (CHARAUDEAU, 2008a).

Dito isso, devemos também considerar como o teórico pressupõe a correspondência entre a situação de comunicação e a ordem argumentativa que pode dominar nessa situação. As situações de comunicação cuja finalidade consiste em estabelecer uma verdade correspondem à ordem da demonstração (um artigo científico); as situações de comunicação cuja finalidade consiste em fazer saber uma verdade já estabelecida correspondem à ordem da explicação (um livro escolar de física); as situações de comunicação cuja finalidade é a de fazer crer correspondem à ordem da persuasão (uma publicidade, uma declaração política). Em síntese, deve ficar claro que a argumentação

semiologia será validada pela situação de comunicação, portanto, pelo contrato de comunicação.

A TS propõe determinadas condições de realização discursiva da argumentação que são previstas pela situação de comunicação. O sujeito argumentante, levando em conta as instruções da situação de comunicação na qual se encontra, deve se engajar em uma tripla atividade discursiva de realização da argumentação. Deve fazer que o outro saiba (interlocutor único ou auditório): 1- de que se trata (problematizar); 2- qual a posição que ele adota (se posicionar); 3- qual é a força de sua argumentação (provar). Essas três condições estão diretamente relacionadas aos elementos que constituem o denominado dispositivo argumentativo.

Problematizar é uma atividade discursiva que consiste em propor a alguém não só aquilo de que se trata, mas também aquilo que é preciso pensar dela: fazer o interlocutor saber do que se trata e dizer a questão que se faz a respeito do domínio temático proposto.

A problematização só é possível se lhe cabe um questionamento. Assim, uma asserção “O primeiro-ministro renuncia” só pode ser objeto de uma problematização se for confrontada com uma asserção oposta “o primeiro-ministro não renuncia”. Problematizar é, portanto, impor um domínio temático (o propósito no dispositivo argumentativo) e um quadro de questionamento (a proposição no dispositivo argumentativo) que consiste em colocar em questão as asserções acerca das quais o sujeito destinatário é levado a se interrogar sobre o que permite fazer essa asserção.

Posicionar-se é a condição que exige que o sujeito argumentante diga qual termo da oposição ele quer defender. Para isso, ele se engaja em uma tomada de posição ao defender uma das duas asserções, o que o levará, ao mesmo tempo, a se opor à outra asserção. Posicionar-se não significa somente colocar-se em posição de concordância ou de discordância, o sujeito argumentante pode tomar uma posição de neutralidade, que consiste em ponderar um ponto de vista por outro e examinar os diferentes posicionamentos.

Provar é a atividade discursiva que serve para justificar a escolha do posicionamento. Com isso, o sujeito argumentante pode assegurar a validade de sua tomada de posição e dar ao interlocutor os meios para julgá-lo. A prova pode permitir que o interlocutor seja capaz de aderir à tomada de posição ou rejeitá-la. Para proceder à realização da prova na atividade argumentativa, o sujeito argumentante se submete a dois tipos de operação:

- operações de raciocínio: que consistem em estabelecer *relações* de causalidade (causa/consequência) entre duas ou mais asserções e em garantir a força da ligação entre elas (de possibilidade, de probabilidade, de necessidade ou de inelutabilidade);

Essas operações são localizadas na realização textual mediante asserções como: Se X, então Y; Y, porque X.

- escolhas entre *argumentos de valor*: que consistem nas escolhas dos argumentos que parecerão ao sujeito falante os melhores para validar o seu raciocínio e influenciar o sujeito interlocutor quanto à validade de sua argumentação. Essas escolhas são o que Charaudeau (2007) define como as que especificam o tipo de raciocínio empregado. Segundo ele, um raciocínio só pode ser julgado no teor da *prova*.

A primeira dessas operações constitui a busca da racionalidade que é própria da atividade argumentativa, já a segunda delas é a parte da busca de influência que também é da natureza da atividade argumentativa. Com isso, lembramos que a condição argumentativa da prova ou do argumento compreende tanto o aspecto racional quanto o discursivo da argumentação.

Ressaltamos ainda que Charaudeau (2008a) não faz distinção entre os termos prova e argumento, portanto, usa esses termos com sentido equivalente.

Além disso, importa ressaltar que a abordagem do tema “modos de organização do discurso” nos chega com o livro de Charaudeau (2012), uma obra adaptada e traduzida para o português. Nesse livro, observamos que a explicação sobre o tema se dá de modo bastante esquematizado cuja terminologia usada para a designação de determinadas noções e categorias de análise é bastante ampla.

Ressaltamos isso porque encontramos certa dificuldade sobre o que era possível reconhecer na realização do discurso como provas (argumentos). Em Charaudeau (2012), há a referência aos chamados componentes e procedimentos da encenação argumentativa. Em Charaudeau (2008a), há a referência às chamadas operações que são realizadas pelo sujeito falante para proceder à realização das provas.

Tratando-se dos procedimentos da encenação argumentativa, Charaudeau (2012) elenca os procedimentos que têm a função essencial de *validar* uma argumentação, isto é, de contribuir para produzir o que tende a provar a validade de uma argumentação.

Esses procedimentos são os chamados procedimentos semânticos, os quais consistem em utilizar um argumento que se fundamenta em um consenso social em torno dos valores que são compartilhados pelos membros de um grupo sociocultural. Isso significa que a escolha de determinados argumentos cujos valores podem ser comuns entre o sujeito falante

e o sujeito interlocutor tende a contribuir para que a argumentação seja aceita como válida. É esse procedimento que Charaudeau (2008a) designa como a operação de escolha entre argumentos de valor.

Charaudeau (2012) apresenta de forma muito detalhada a categorização desses argumentos de valor segundo os valores relativos ao que é considerado como verdadeiro, como ético, como pragmático, como estético. Essa categorização é simplificada por ele (CHARAUDEAU, 2008a) com a proposta de classificação que se resume a dois tipos de saberes: saberes de “conhecimento” e saberes de “crença”.

Com essa proposta, Charaudeau (2008a) simplifica a questão sobre os possíveis valores que podem ser apreendidos de um argumento.

Dessa forma, a análise do valor do argumento pode ser concentrada apenas nos tipos de saberes em que repousam os valores.

Charaudeau (2008a) nos dá o exemplo de uma possível discussão sobre a clonagem. Ele nos esclarece que, mediante a proposta de distinção entre “clonagem reprodutiva” e “clonagem terapêutica”, em que a primeira seria explicada em função do uso de embrião e a segunda em função do uso de células-tronco, a explicação dada por um especialista em biologia molecular acerca da indiferença entre o que é embrião e o que é célula-tronco se caracterizaria como um argumento com valor de verdade, de maneira que esse argumento teria esse valor fundamento em um saber de conhecimento e, por isso, seria um argumento com melhores condições de validade.

Além dessas possibilidades de meios de prova, Charaudeau (2008a) defende a modalização enunciativa, a qual intervém na forma que é dada aos argumentos. A modalização enunciativa é o que Charaudeau (2012) chama de procedimentos discursivos, um dos três tipos de procedimentos da enunciação argumentativa propostos.

Esses procedimentos são descritos como aqueles adotados pelo sujeito falante ao utilizar ocasional ou sistematicamente certas categorias de língua ou os procedimentos de outros *modos de organização do discurso*, para produzir certos efeitos de persuasão na realização discursiva da argumentação.

Charaudeau (2012) apresenta como exemplos dessa modalização enunciativa os seguintes procedimentos discursivos: a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa, a reiteração e o questionamento.

Em síntese, podemos destacar, conforme proposta de Charaudeau (2008a), que as provas podem se realizar por meio: *dos modos de raciocínio* (dedução, raciocínio por analogia, raciocínio por oposição, raciocínio por cálculo etc.), *dos tipos de saberes* (saberes de

“conhecimento” e saberes de “crença”) e *da maneira de modalizar a enunciação* procedimentos discursivos).

Essa síntese consiste em apresentar um dos muitos aspectos que caracterizam a teorização acerca da argumentação na TS.

Trata-se de uma teorização cujo ponto de partida é a problemática que lhe dá origem: a problemática de influência, que é definida por Charaudeau (2005) também como uma problemática comunicativa e descritiva.

Orientada por esses pressupostos, a TS nos apresenta o que consideramos ser um avanço epistemológico no âmbito dos estudos sobre a argumentação, em especial no que concerne à proposição de que a sua realização está necessariamente condicionada à situação de comunicação e, portanto, a um contrato de comunicação.

Em razão desses pressupostos, concentramo-nos nesse capítulo na apresentação dos aspectos que singularizam a TS como uma corrente da disciplina Análise do Discurso bem como dos aspectos que especificam tanto essa teoria quanto a sua abordagem da argumentação.

Como um desses aspectos diz respeito ao objeto de estudo da TS, que são os jogos de verdade encenados discursivamente, jogos que compreendem as relações de forças próprias das interações humanas, passamos a tratar no capítulo seguinte do discurso científico com o objetivo de trazer à luz os fundamentos que nos autorizam considerar esse discurso uma encenação de verdades.

3 A CIÊNCIA E O DISCURSO CIENTÍFICO

Neste capítulo, apresentamos aspectos relacionados à ciência, às formas de concebê-la e de influenciar a sua prática. Pretendemos com isso apresentar uma definição e uma caracterização do que podemos entender como discurso científico.

É importante ressaltarmos que partimos da compreensão de que a prática científica não é neutra, já que é orientada por razões sociais, históricas, políticas, econômicas e pessoais. Desenvolvida, portanto, a partir dessas influências, a ciência, definida segundo a sua prática e os discursos que dela se originam, dá-se em uma relação de poder.

Essa observação advém de nossa experiência acadêmica, em que a ciência como prática se realiza de acordo com determinadas regras. Uma dessas regras diz respeito a quem está autorizado a fazer afirmações reconhecidamente com valor científico (DA SILVA, 2015), por isso pretendemos recorrer aos estudiosos, pensadores, teóricos autorizados a afirmar que a ciência, sua prática e seu discurso ocorrem em uma relação de poderes e abrangem posicionamentos, disputas, pensamentos distintos e específicos. Recorrer à voz dessas autoridades nos permite respaldar o posicionamento que orienta a nossa tese, o de que a argumentação constitui o discurso científico de forma específica, ou seja, de acordo com a situação em que se realiza.

3.1 A ciência: sobre por que a argumentação lhe convém

Iniciamos esta seção com a certeza de que desenvolver pesquisa científica significa atender a uma série de condições, que compreendem desde questões socioeconômicas e políticas até linguístico-textuais e discursivas.

Assim, com o objetivo de pontuar como essas condições podem se impor sobre a ciência e como podem determiná-la, exercendo também influência sobre a realização do discurso científico, passamos a tratar de discurso a fim de apresentarmos uma concepção coerente com a discussão teórica que pretendemos desenvolver.

Partimos do pressuposto de que a argumentação, considerada aqui em uma perspectiva semiolinguística (CHARAUDEAU, 1998, 2007, 2008a), conforme explicamos no primeiro capítulo, constitui o discurso científico.

Dessa forma, queremos enfatizar aspectos relacionados à ciência, à sua prática, para aqui apresentarmos uma concepção de discurso científico que nos permita compreender e evidenciar por que a argumentação o constitui. Esse é também um pressuposto de Charaudeau

(2008a), conforme já explicamos, mas que foi apresentado em tese e não demonstrado mediante, por exemplo, uma descrição da natureza, do funcionamento da ciência e, conseqüentemente, de seu discurso.

Nesse intuito, definimos um percurso de leitura partindo de autores que tratam da ciência, da epistemologia da ciência, da sociologia da ciência, dos manuais de metodologia científica, no entanto, constatamos que essa não foi a escolha mais viável para nos ajudar a colocar em palavras aquilo que sentíamos e vivenciávamos em relação a fazer ciência e a produzir discurso científico.

Nossa experiência ao lermos trabalhos científicos (artigos científicos, teses, etc.) nos levava a constatar que o discurso científico é realizado como um discurso argumentativo, desenvolvido o tempo todo como se realizasse o esforço de provar algo. Isso os manuais de metodologia científica, por exemplo, não abordavam. Por isso, esse caminho, com algumas exceções, nos mostrou mais o aspecto normativo da ciência, que não deixa de refletir as questões de poder que subjazem ao fazer científico, mas não as evidencia diretamente.

Em *A ordem do discurso* de Foucault (2011), no entanto, encontramos aquilo que explica por que alguns fazeres e alguns dizeres são possíveis e outros não, especialmente quando se realizam sob restrições sociais e institucionais.

Com isso em mente, convocamos o pensador francês¹² com sua hipótese de que a produção do discurso em toda sociedade é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos.

Quando Foucault trata da questão sobre o conflito entre o desejo do indivíduo¹³ de se esquivar de entrar na ordem do discurso e a sua convicção de se submeter à instituição naquilo que ela tem de controle sobre e com o discurso, ele já introduz a proposição de que o discurso é tanto possibilidade quanto restrição.

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como destroço feliz”. E a instituição lhe responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo

¹² Acreditávamos ser coerente identificar Foucault como um analista do discurso. No entanto, posicionamentos de estudiosos, representantes da Análise do discurso de linha francesa, tal como Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin (Unesp) e Claudemir Alves Fernandes (UFU), destacam que sua obra não se inscreve em um campo disciplinar específico, trata-se de um conjunto de problematizações históricas e heterogêneas, por isso o pensamento dele pode ser mobilizado em vários campos do saber (História, Filosofia, Direito, Antropologia, etc.).

¹³ Em alguns momentos, damos preferência ao uso do termo *indivíduo* pelo fato de reconhecermos as questões de sentido que envolvem o uso do termo *sujeito*.

se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorrer ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele advém. (FOUCAULT, 2011, p. 7).

Essa proposição de Foucault é abordada e interpretada como respostas a uma mesma inquietação – inquietação sobre o que é o discurso em sua materialidade de coisa pronunciada ou escrita; sobre a sua existência transitória; sobre os poderes e perigos, lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões existentes sob os discursos que nos chegam aparentemente naturalizados em sua realização textual¹⁴.

Mesmo de forma ilustrativa, a proposição de Foucault já nos revela que os discursos se realizam sob determinadas formas de controle e sob condições, também nos revela que os discursos se realizam conforme determinadas práticas de produção e de uso e, portanto, não resultam de produções livremente criativas.

Os discursos podem até chegarem a nós aparentemente naturalizados, sem que nos demos conta de tudo que compreende a sua produção, mas precisamos nos interrogar sobre: em que se justifica¹⁵ o “desejo de inserção” na ordem do discurso e o desejo de “controle” dessa ordem?

Em relação ao tema, Foucault (2011) se refere aos procedimentos de *exclusão* adotados na sociedade, entre os quais destaca a *interdição*, considerada a mais evidente e familiar forma de exclusão, por meio da qual há controle sobre o direito de dizer, do que dizer e em que circunstância dizer. Trata-se do que ele denomina como “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2011, p.9) e do que constitui o jogo dos três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa em constante processo de modificação. A esse procedimento de exclusão que atinge o discurso Foucault dá o nome de “a palavra proibida”.

¹⁴Afirmamos isso porque consideramos as explicações de Maingueneau (2015) acerca da relação texto e discurso e, assim, entendemos que os discursos constituem os textos, mas talvez, dependendo da compreensão textual que se realize, as relações de poderes, de saberes e todo o processo envolvido na produção de discursos, não sejam pensados como fundamentais para a construção dos sentidos do texto. Os discursos estão nos textos, mas, dependendo do tipo de leitura, é como se não estivessem.

¹⁵O pensamento de Foucault se desenvolve em torno da questão da constituição histórica da subjetividade (GREGOLIN, 2004a). Gregolin (2004b) trata do tema da subjetivação, que é em parte objeto de estudo de teses realizadas com a sua orientação, ao explicar que Foucault, em diálogo conflituoso com a História, põe as Ciências Humanas no centro de seus debates e, assim, discute acerca das condições epistemológicas que propiciaram o aparecimento desse campo do saber no qual o homem é sujeito e objeto. Com essa discussão, Foucault aposta na ideia de ruptura da visão humanista de “homem” que passa a ser vislumbrado por um novo campo do saber (as “ciências humanas”), ao mesmo tempo, como objeto e sujeito de discurso. Entretanto, nossa discussão não está direcionada para esse tema, porque nosso interesse se concentra naquilo que o discurso implica, que são as relações de poder e de saber que, por sua vez nos fazem pressupor a implicação da argumentação.

O termo “grade” guarda relação com a ideia de exclusão, de interdição e de controle – meios pelos quais o discurso é controlado continuamente, influenciando no que deve e pode estar na sua ordem. A ordem do discurso corresponde, então, ao que está sob controle quanto ao objeto do dizer, ao como e a por quem convém ser dito em dado momento histórico, consistindo, pois, no poder e no controle exercidos sobre os discursos.

Contextualizando em seu tempo, Foucault (2011) destaca as regiões da sexualidade e da política¹⁶ como aquelas nas quais as interdições exercem maior poder e, assim, ressalta que o discurso é, além daquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, o próprio objeto de desejo, é o poder pelo qual se luta. Isso equivale a dizer que o discurso é o próprio poder, portanto, quem domina o discurso pode realizar aquilo a que se propõe por meio dele¹⁷.

Da Silva (2015) traz para a ordem do discurso uma interessante discussão, que pode nos dar um exemplo de como se dão essas interdições. Em sua tese a respeito das práticas de subjetivação no meio acadêmico atual, são apresentadas duas práticas pelas quais se fazem interdições sobre o sujeito acadêmico: as partilhas de títulos e os assentos curriculares (os registros da vida acadêmica).

Para exemplificar como o social, o institucional e o legal estabelecem as regras do jogo do saber/poder acerca de quem pode ou não participar de determinadas práticas sociais e discursivas da vida acadêmica e científica, Da Silva (2015) analisou os discursos realizados nos editais de concurso, nas opiniões de pessoas externas ao campo acadêmico, nas leis de regulamentação da docência no ensino superior para, assim, demonstrar como se fazem as

¹⁶É importante dizer que Foucault desenvolveu o seu pensamento concentrado sobre a história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura, por essa razão, procedeu à “arqueologia do saber”, que consistiu em uma espécie de escavação dos modos de investigação científica que resultassem na objetivação do sujeito. Por isso Gregolin (2016, p.) afirma que, no primeiro momento desse pensamento, Foucault empreendeu o “método arqueológico para escavar e revolver a história desses saberes”, os saberes que estão na base da cultura ocidental.

¹⁷Vivendo o momento de transformação da sociedade reconhecido como Sociedade da Informação e do Conhecimento, constatamos que as instituições mais tradicionais como as jurídicas e as científicas têm encontrado dificuldades para manterem um rígido controle com os discursos e sobre os discursos. Discursos jurídicos e científicos, por exemplo, sob os quais a luta de poder tendia a ser velada, antes valorizados como representações de leis absolutas, atualmente nos chegam como representações questionáveis. Tomamos como exemplo os textos e os discursos do jurista e professor brasileiro Lenio Luiz Streck, que, em sua página da rede social Facebook, tem se dedicado a escrever sobre questões polêmicas envolvendo as decisões do Superior Tribunal Federal (STF). Nos textos do jurista, essas decisões são problematizadas e as explicações sobre os fundamentos que deveriam justificá-las são dadas à luz do Direito. Sob o ponto de vista epistêmico, Lenio Streck conclui que “Com todas as vênias cabíveis a espécie, tenho o dever cívico-acadêmico-epistêmico de apontar as contradições dos discursos jurídicos, presentes fortemente nos tribunais superiores e nas instâncias judiciárias do país.” (2016). O discurso do jurista problematiza aspectos do discurso jurídico dos ministros do STF e, assim, seu discurso é um exemplo de como o discurso funciona como luta de e por poderes.

interdições no sentido de definir quem *pode ser* doutor, quem pode ser professor de ensino superior, pesquisador-bolsista.

Também constituem procedimento de exclusão apresentado por Foucault a separação e a rejeição com as quais determinados discursos, como o dos loucos, ou são rejeitados ou são compreendidos/dominados apenas por um grupo seletivo e especializado.

Sobre esse segundo procedimento, o pensador toma o exemplo do discurso do louco como um caso em que se realizam a separação e a rejeição de modo particular, conforme o momento histórico. Em determinados momentos da história, esses discursos foram ignorados, foram parcialmente considerados, foram científica e profissionalmente tratados, o que prova como de algum modo foram interditados.

Foucault (2011) considera que há um terceiro procedimento de exclusão também na oposição entre o verdadeiro e o falso. No entanto, ele o faz sob o ponto de vista de nossos próprios discursos, no sentido daquilo que revelam sobre nossa vontade de verdade, sobre como separamos aquilo que valorizamos como verdade conforme o momento histórico. Por exemplo, acredita que as grandes mutações científicas podem ser lidas, às vezes, como consequência de uma descoberta, mas também como a aparição de novas formas na vontade de verdade.

A determinação histórica sobre a vontade de verdade é, assim, prevista. Gregolin (2016) resume afirmando que, nesse viés, a verdade é concebida como uma configuração histórica, assim, não há uma verdade, mas *vontades de verdade* que se transformam de acordo com as contingências históricas. Essa vontade de verdade se apoia sobre um suporte institucional porque é reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas. É reforçada no sentido de que as instituições definem, valorizam, excluem, evidenciam a vontade de verdade em determinada época e é reconduzida pelos saberes que dela se originam e são aplicados em sociedade. Nesses termos, a vontade de verdade implica relações de poder e de saber correlacionadas na produção de discursos pelos quais também se produzem as verdades.

Nesse sentido, é importante chamar atenção para o que significa *vontade de verdade* no pensamento foucaultiano. Trata-se de considerar a possibilidade de existência de uma verdade entre verdades, ou seja, de uma verdade que, por razões de controle, pode se sobressair em relação a outras possíveis verdades. Chamamos a atenção para essa questão, porque observamos em alguns manuais de metodologia científica uma certa tendência positivista que nos leva a conceber a verdade, ou seja, a presumir a existência de uma única e absoluta verdade que seria aquela que somente a ciência pode produzir.

Essa tendência certamente encobre o que é problematizado por Foucault acerca das *vontades de verdade* que também estão envolvidas na prática científica. Neste sentido, devemos pensar a verdade como uma produção histórica e institucionalmente controlada, conforme frisa Gregolin (2016).

Reconhecemos no pensamento de Foucault acerca da vontade de verdade a explicação que julgamos relevante para problematizar a ciência, a sua prática e o seu discurso. Por exemplo, a ciência resulta de situações com a finalidade de produção de conhecimento científico, o qual só pode ser validado como tal segundo uma vontade de verdade que depende da comunidade científica, do momento histórico e de outras variáveis. Em outras palavras, tratar de “conhecimento científico” implica considerar sob que concepção, no espaço de que campo de saber, no âmbito de que disciplina, sob qual paradigma (KUHN, 2013) e em que momento histórico-social este é reconhecido e valorado como tal.

Santos (2004, p. 18) afirma que, desde o século XVII, as sociedades ocidentais têm privilegiado epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento produzida pela ciência que ele designa como ciência moderna. Isso nos permite especificar sob que *vontade de verdade* científica, supostamente, estamos vivendo.

Os estudos de Santos (2008) estão inscritos na chamada sociologia da ciência e podem nos ajudar a esclarecer sobre a questão principal que orienta a nossa tese. O autor, ao tratar das ciências, propõe-se a descrever a crise de paradigmas científicos, faz uma discussão sobre o paradigma dominante – referindo-se à ciência moderna – e apresenta traços do que ele chama de paradigma emergente – referindo-se à ciência pós-moderna. Ele põe essa discussão em prática a partir de uma posição antipositivista, considerando certos debates realizados na física e na matemática. Com essa posição, põe em causa a vontade de verdade de certos paradigmas científicos e de certos campos científicos, e disso resulta “uma nova guerra científica”, conhecida como *Sokal affair*¹⁸.

Essa “guerra” exemplifica, na prática e pelo discurso, que a ciência compreende *vontades de verdade* e que a luta para a definição de qual verdade deve prevalecer é uma luta de e por poder. Qual paradigma científico é o mais coerente, o da ciência moderna ou o da

¹⁸Santos (2013) se refere aos debates entre cientistas e outros estudiosos – filósofos, teólogos, artistas, etc. – e, posteriormente, somente entre cientistas. Esses debates evoluíram à medida que aumentou significativamente a produção científica, proliferaram as comunidades científicas, aumentou extraordinariamente a eficácia tecnológica propiciada pela ciência e originou-se a ciência como mercado. *Sokal affair* é uma das formas mais polêmicas desses debates que resultou de um ensaio publicado pelo físico teórico Alan Sokal. Este ensaio se apresenta como exemplar estudo baseado no paradigma antipositivista, o paradigma pós-moderno, com o objetivo verdadeiro de desacreditá-lo e deslegitimá-lo, por isso representa um fato importante na disputa polêmica sobre o que deve ou não ser reconhecido com valor científico. É, pois, um fato marcante que realiza e exemplifica as vontades de verdade em torno da prática e dos discursos científicos.

pós-moderna, qual a melhor corrente epistemológica, a positivista ou a antipositivista? Esses são exemplos de questões que refletem as vontades de verdade em jogo no campo científico.

São vontades de verdade subjacentes aos discursos de hoje que certamente estão orientando as práticas sociais e discursivas da ciência. Assim, considerarmos as questões relacionadas às vontades de verdade é importante, porque confirmam a nossa compreensão de que as mudanças históricas também se dão influenciando a ciência e vice-versa.

Com essa consideração, queremos pontuar o poder que as instituições e todo o aparato que lhes dá condições de funcionamento e de fortalecimento têm sobre a prática social e a prática discursiva. Trata-se de um poder que pode ser exercido também pela forma de controle que é a vontade de verdade.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, com as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2011, p. 17).

Quanto ao que ora lemos, a nossa ênfase é sobre a relação entre a vontade de verdade e os meios de afirmá-la e reforçá-la, ou seja, os meios como o saber é *atribuído*¹⁹. Disso devemos entender que há interdições sobre o que pode e deve ser valorizado como saber.

O caso do *Sokal affair* nos prova isso: por meio de diferentes procedimentos de controle, atribui-se a dado saber o estatuto de o verdadeiro saber sobre o que é aceitável como saber científico.

Com o exemplo de como acontece com as disciplinas no interior das quais existem regras acerca do que lhes é ou do que lhes convém quanto aos objetos, aos métodos e ao horizonte teórico, Foucault (2011) nos mostra como os discursos operam no e pelo controle da verdade no sentido de que a verdade deve ser considerada “no verdadeiro” de dada disciplina, ou seja, naquilo que se estabeleceu como verdade em e para dada disciplina.

¹⁹No ano de 2016, por exemplo, por influência da Medida Provisória nº 746, que promove alterações na estrutura do ensino médio ofertado no sistema educacional brasileiro, muitos debates entraram na ordem do discurso para tratar da educação no Brasil, sobretudo debates a respeito da baixa qualidade da educação pública, da necessidade de se rever a formação dos professores, da importância das tecnologias para a educação. Com isso, temos a sensação de que se multiplicaram os anúncios publicitários ofertando os mais variados cursos na rede privada de educação, cujos discursos tendem a destacá-los como diferenciados e compatíveis com as exigências mais recentes da sociedade. São discursos que, para alguns, podem ter surgido ao acaso, mas que foram engendrados, possivelmente, como parte de uma dada ordem discursiva e em oposição a outra. Reputamos isso como vontades de verdade em disputa e como formas diversas de fazer valerem as vontades de verdade que cada grupo social defende.

Segundo as palavras do próprio Foucault (2011, p. 35), é possível dizer o verdadeiro fora dos limites convencionais de uma dada disciplina, “mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva a que devemos obedecer na realização de cada um de nossos discursos”. Assim, nos é apresentado o papel coercitivo da produção do discurso, observado mesmo quando, do interior das disciplinas, se produzam outros discursos, porque estes podem ganhar uma identidade que terá forma de uma reatualização das regras. Isso significa dizer que, em maior ou menor proporção, as regras disciplinares, por exemplo, estão orientando a produção dos discursos.

Essa abordagem feita até aqui sobre discurso no pensamento foucaultiano deve cumprir a função de fundamentar o posicionamento de que há sob os discursos uma vontade de verdade histórica e institucional que reflete uma relação de poder e de saber. Se assim o é, e se operamos com uma concepção de argumentação, segundo a concepção que assumimos, então podemos defender a inscrição da argumentação no discurso.

Se a argumentação é concebida na TS como uma atividade de linguagem cuja função é cooperar para que os discursos cumpram o seu papel de exercer influência social e psicológica e se os discursos são em sua natureza o resultado de uma disputa entre vontades de verdade, então, a argumentação desempenha uma função primordial nessa disputa.

Entendemos que é preciso deixar claro de que concepção de discurso e de argumentação estamos falando. Acreditamos que o raciocínio anteriormente apresentado esclarece a questão sobre a concepção de discurso e as considerações feitas no primeiro capítulo especificam a concepção de argumentação que assumimos.

Ainda assim, cremos ser produtivo dialogar com Gregolin (2016), a qual sintetiza bem o pensamento de Foucault acerca do discurso e esclarece que uma teoria do discurso atravessou toda a trajetória de estudos dele, inclusive, que o seu conceito de discurso tem em sua base a ideia de que a “verdade” é construída por toda uma trama de discursos que circulam em um momento histórico-social.

Nesse sentido, podemos reconhecer no discurso os poderes que o constituem e que por ele atuam no processo histórico e institucional de produção de verdades. Em outras palavras, as instituições convivem formando um sistema estratégico em que se travam lutas e relações de poder cujas armas são também os discursos pelos quais as vontades de verdade são produzidas e compartilhadas.

Por isso Foucault (2011) também destaca que as vontades²⁰ de verdade, apoiadas sobre um suporte e uma distribuição institucional, tendem a exercer uma espécie de pressão e de coerção sobre outros discursos, o que nos faz pensar sobre a influência que o discurso científico, por exemplo, exerce sobre outros discursos. Com quantos outros discursos o discurso científico disputa e ocupa espaço?

Essa pergunta é pertinente, porque o próprio Foucault (2011) reconhece a ênfase que dá ao procedimento de exclusão da “vontade de verdade”. Ênfase que ele justifica em razão do papel, do poder que a vontade de verdade exerce sobre os outros dois procedimentos. É a vontade de verdade que atua modificando o procedimento da palavra proibida e o procedimento da segregação da loucura, tornando-se assim o procedimento mais profundo e incontornável.

Soma-se a esse aspecto o fato de que o discurso verdadeiro não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa, ao mesmo tempo, a vontade de verdade, que se impõe há tempos sobre nós é tal que a verdade que essa vontade de verdade quer deve mascarar-la (FOUCAULT, 2011). A verdade por trás da vontade de verdade é que as tentativas de controle se dão pelo poder. Nesse e com esse jogo, os discursos podem chegar até nós mais ou menos naturalizados sem nos deixarem perceber o que os controla e em nome de que são controlados. Sob os discursos há poderes e controles anônimos, senão qual seria a importância de uma análise do discurso?

Em *A microfísica do poder* (1993, p. 8), Foucault fala da repressão como uma forma de controle, como uma forma de exercício do poder, mas a toma de forma muito específica, por isso, esclarece e exemplifica como vamos naturalizando as coisas com a ação dos discursos. Há, sim, uma repressão em sua forma mais conhecida, pelo uso da força, legitimada pelo poder das leis, mas há, atuando de forma muito mais forte, uma forma de repressão que é poder e que nos atinge também pelo discurso.

O poder com o qual se exerce a repressão atravessa os discursos e é usado no controle por trás da produção dos discursos, tal como podemos apreender da citação a seguir.

²⁰ Foucault (2011) usa a expressão “vontade de verdade” assim, no singular, para designar a vontade de verdade quanto à sua constituição histórica e institucional. Nós preferimos aqui utilizá-la no plural, porque queremos marcar que, exatamente por essa constituição, há uma luta, há um conflito para fazer estabelecer uma dessas *vontades de verdade*, o que representa as *vontades de verdade* em concorrência. Por exemplo, no Brasil, em 2016, testemunhamos na ordem do discurso inúmeras discussões, diferentes estudos e posições acerca de propostas polêmicas para alterar as regras da Previdência e da Seguridade Social (PEC da Previdência/PEC nº 287), para alterar as regras do regime fiscal (PEC do Teto dos Gastos ou PEC da Morte - PEC nº 55), as quais têm provocado diversas reações do povo brasileiro, ainda que sejam mais observadas em suas opiniões expressas em redes sociais. Se, no futuro, tivermos acesso a essas possíveis leis, talvez as vontades de verdade envolvidas nem sejam presumidas.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Nesse sentido, Foucault (1993, p. 10) reforça o pressuposto de que “a verdade não existe fora do poder ou sem o poder”, chamando atenção para o fato de que cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem diferenciar os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Ao tratar da distinção entre intelectual universal e intelectual específico, Foucault (1993) explica a sua concepção de verdade, a qual deve ser entendida como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”, não devendo então ser compreendida como “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”. Trata-se, portanto, daquilo ao qual subjaz um controle para que essa verdade alcance o estatuto de verdade, isso porque a verdade está ligada a sistemas de poder, que a produzem, a apoiam; está relacionada a efeitos de poder, que ela induz e que a reproduzem, configurando o que Foucault (1993) designa como “regime” da verdade.

Interessante mencionar algo que pode ser uma possível interpretação, talvez equivocada. Quando nos empenhamos em destacar aqui a relação que há, segundo o pensamento foucaultiano, entre instituição, história, poder, vontade de verdade e discurso, pode surgir o entendimento de que se trata de uma relação determinante e que os efeitos de poder dela resultantes são, conseqüentemente, determinantes.

Seria uma interpretação equivocada do ponto de vista do conceito e da natureza do poder, porque no pensamento de Foucault o poder não é tido como central, absoluto, localizável em um ponto específico da estrutura social.

Gregolin (2006) ressalta inclusive que houve um embate de posicionamentos entre Pêcheux e Foucault acerca de como concebiam a natureza do poder. Se o primeiro foi influenciado por uma visão althusseriana de que o poder está relacionado aos aparelhos ideológicos, à centralidade do Estado, à interpelação ideológica, ao assujeitamento, etc., o segundo, com sua teoria da *microfísica do poder* e das resistências, defende que o poder não é unitário e global, mas se constitui de formas heterogêneas em constante transformação. Com

essa visão, Foucault provoca um deslocamento quanto à ideia da relação do poder com o Estado, porque advoga que o poder é uma prática social e, como tal, manifesta-se em uma articulação de poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação (as instituições).

Trata-se dos micropoderes, que são formas de exercício de poder e que não deixam de estar relacionados ao Estado a cuja sustentação são indispensáveis. Por essa razão, Gregolin (2006, p. 43) resume dizendo “Foucault situa sua análise no nível em que o poder intervém materialmente e atinge os indivíduos – na concretude de seus corpos – e penetra seu cotidiano”.

Sem pretendermos aprofundar os desdobramentos de uma e de outra forma de conceber o poder, sua natureza e sua forma de atuação na vida e na estrutura social, citamos o exemplo dos estudos linguísticos que estão hoje concentrados sobre temas da divulgação da ciência, da mediação da ciência, fenômenos problematizados de diferentes maneiras, mas que evidenciam como a ciência pode estar se popularizando, talvez influenciando a vida das pessoas. A questão é refletir sobre que ciência, que resultados da produção científica, que discursos científicos estão sendo objeto centrais dessa prática, porque tudo isso envolve poder.

Questões como essa têm a ver com os procedimentos de controle que Foucault (2011) chama de externos, que se exercem de certo modo do exterior e estão relacionados ao discurso naquilo que põe em jogo o poder e o desejo, mas, quanto a essa questão, devem ser considerados também os chamados procedimentos de controle e de delimitação internos. Essa separação decorre do fato de que os discursos exercem seu próprio controle com procedimentos que funcionam, principalmente, por meio de princípios de classificação, de ordenação e de distribuição, o que, por sua vez, pode influenciar na formulação, na retomada, na mudança, na maior ou na menor valorização do discurso²¹.

Os procedimentos de controle internos do discurso funcionam por intermédio de princípios com função restritiva e coercitiva sobre a criação dos discursos, dos quais se extraem como exemplos o princípio da multiplicidade do comentário, o princípio da fecundidade do autor e o princípio do desenvolvimento de uma disciplina.

O princípio da multiplicidade do comentário diz respeito à diferença entre os discursos que são *ditos*, aqueles que estão na origem de outros, são ditos uma vez e se repetem, permanecem ditos e estão ainda por dizer, e os discursos que *se dizem*, aqueles que

²¹Foucault (2011) considera que esses procedimentos internos ao discurso podem influenciar no controle de outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso. A isso ele relaciona alguns exemplos de discursos ditos uma vez e que se conservam, que estão na origem de outros discursos que os retomam, renascem em cada um de seus pontos e reaparecem novos no acontecimento de sua volta.

repetem, glosam e comentam os discursos “primeiros”, consistindo em discursos novos por serem novos no acontecimento que traz o discurso *dito*.

O princípio da fecundidade do autor tem a ver com os domínios de origem do discurso, pois disso depende a existência ou não de regra para a atribuição de uma autoria. De fato, tem relação com a prática na qual se produz o discurso. Considerada historicamente, essa prática influencia a função do autor, de quem se espera o estabelecimento da unidade de texto, que revele ou sustente o sentido oculto que atravessa os textos e que articule sua vida pessoal com a história da origem dos textos. O autor é considerado no sentido de quem atende ao princípio de agrupamento do discurso, de unidade e origem de suas significações, de foco de sua coerência.

Esse princípio é exemplificado com os casos da literatura e da ciência. Na primeira, a atribuição a um autor é importante; na segunda, a função do autor geralmente é dar nome a um teorema, a um efeito, a uma síndrome.

As disciplinas são outro princípio de limitação pelo qual são restringidos objetos, métodos, corpus de proposições consideradas verdadeiras, definições, técnicas e instrumentos, todos como um conjunto de restrições para se formular proposições novas. No verdadeiro da disciplina há condições que restringem o que lhe é próprio.

O caso de como a teoria de Mendel, considerado o pai da genética, foi ignorada no âmbito dos estudos botânicos e biológicos do século XIX exemplifica a coerção que as disciplinas exercem sobre o fazer e o dizer científico. “Mendel dizia a verdade, mas não estava ‘no verdadeiro’ do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 35).

Além desses procedimentos de controle dos discursos, há também o controle exercido sobre as condições de seu funcionamento, pela imposição de certo número de regras aos indivíduos que os pronunciam, limitando, assim, o acesso de qualquer um a eles. É o caso do controle dos discursos mediante a “rarefação dos sujeitos que falam” (FOUCAULT, 2011), aqueles que, obedecendo às regras previstas, podem participar da ordem do discurso.

Foucault (2011) defende que o que dá força ou garantia a esses procedimentos são os rituais, os quais definem a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, em dada circunstância, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado), definem os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; e determinam, enfim, o que e o como as palavras podem fazê-lo.

Conforme observamos até aqui, guardadas as devidas restrições, podemos afirmar que identificamos uma relação entre os pressupostos assumidos por Charaudeau (2008a, 2012, 2013a, 2013b) acerca do funcionamento do discurso e as proposições de Foucault (2011) acerca dos controles sobre e com os discursos. Quando Charaudeau defende que as restrições da situação de comunicação orientam a realização do discurso, está considerando a existência de procedimentos de controle do discurso, tal como nos mostra o pressuposto de contrato de comunicação.

Mesmo se considerando o pressuposto do contrato de comunicação, importa se referir às especificidades teóricas envolvidas em torno das concepções de sujeito. Ao tratar da concepção de sujeito da análise do discurso de filiação francesa, Machado (1998) o faz exatamente sob o argumento de que a teoria semiolinguística opera com uma noção que toma o sujeito como agindo nem completamente livre nem completamente submisso, isto porque, nos termos foucaultianos, há, por força dos efeitos de poderes e de saberes, um controle sobre os discursos e com os discursos, mas também há a insurreição de saberes e de poderes chamados locais.

Esses saberes e poderes locais representam os saberes e poderes específicos, assim considerados no sentido de sua posição na hierarquia de poderes em que se inscrevem os saberes, na hierarquia em que se inscrevem os discursos. Onde estariam esses saberes e poderes ditos locais, senão nos sujeitos?

Estamos conscientes de que fazemos uma relação indireta e não aprofundada entre uma concepção de sujeito da Semiolinguística e a proposição foucaultiana sobre a relação de saberes e de poderes, considerados em sua realização e em suas possibilidades do ponto de vista hierárquico. Mas acreditamos que essa seja uma relação bastante plausível entre pressupostos foucaultianos e semiolinguísticos.

Considerando-se as correlações possíveis, reconhecemos que, assim como para a TS, também para Foucault, pressupõe-se um poder sobredeterminante da situação de comunicação sobre o sujeito e sobre o seu discurso; pressupõe-se o papel dos micropoderes, os chamados poderes locais, que podem se insurgir contra os poderes estabelecidos na ordem do discurso. É, pois, em razão desses aspectos de cada teoria que nos posicionamos em favor de uma relação entre uma e outra, pela qual reconhecemos a possibilidade e a necessidade da realização da argumentação em determinados discursos.

Com o dito, entendemos que cada um com suas especificidades teóricas, tanto Charaudeau (2008a, 2013a, 2013b) quanto Foucault (2011) reconhecem a possibilidade de

sobredeterminação e, ao mesmo tempo, de liberdade entre uma dada situação de comunicação, o sujeito falante e o seu discurso.

Charaudeau enxerga na liberdade do sujeito falante a possibilidade de ele se insurgir, digamos assim, contra o que lhe é sobredeterminado por intermédio das estratégias discursivas. Já Foucault entende que é no reconhecimento, na explicitação de micropoderes que há a possibilidade de oposição, de luta entre poderes e saberes estabelecidos.

Para Charaudeau, tanto os modos de organização discursiva quanto as estratégias discursivas constituem os discursos, que, no entanto, serão específicos, por serem definidos conforme a situação de comunicação.

Há situações de comunicação em que o modo de organização argumentativo é requerido para que o sujeito exerça a sua influência sobre o outro e para que aquilo que é esperado na situação, segundo os poderes e os saberes que foram se estabelecendo e a definindo, se realize. A argumentação, nesse caso, tem a função de meio, pois, por seu intermédio, o sujeito falante exerce uma influência sobre seu interlocutor, uma forma de poder e de fortalecimento da situação segundo aquilo que lhe é historicamente pertinente e/ou segundo o que lhe convém ser historicamente pertinente.

Como consideramos, a argumentação pode ser uma arma de luta com um duplo papel. Um concernente à situação de comunicação na qual é requerida, o outro concernente ao discurso do interlocutor em relação ao qual o sujeito falante apresenta a sua proposta sobre o mundo, ou seja, apresenta o modo como significa o mundo para si e para o outro.

Para Foucault, a arma é a reativação, a explicitação de saberes e poderes locais menores contra a hierarquização de saberes e de poderes estabelecidos histórica e institucionalmente. Devemos entender que o projeto de Foucault consistiu em evidenciar as formas de controle sobre e com o discurso. E com isso também evidenciar que, na contramão desses controles, os micropoderes constituem meios de batalha contra os efeitos de poder de discursos estabelecidos.

O discurso científico pode ser considerado como um desses discursos estabelecidos, mas em relação a esse há outros discursos possíveis em disputa, os quais por razões diversas, entre elas a questão do controle, podem não ter alcançado o mesmo status. Foucault (1993) explica o papel que o seu estudo genealógico tem na descoberta e na explicitação desse tipo de disputa, com o que é possível expor uma espécie de monopólio que determinados discursos, tal como o discurso científico, detêm em termos de efeitos de poder.

Trata-se portanto [*sic*] não de dar um fundamento teórico contínuo e sólido a todas as genealogias dispersas, nem de impor uma espécie de coroamento teórico que as unificaria, mas de precisar ou evidenciar o problema que está em jogo nesta oposição, nesta luta, nesta insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de poder e de saber do discurso científico. (FOUCAULT, 1993, p. 98).

Como Foucault (1993) procede à sua arqueologia e à sua genealogia a partir de alguns campos do saber, de algumas disciplinas, o discurso científico acaba se tornando objeto de suas considerações. Sobre esse discurso, justifica sua genealogia explicando-a como uma maneira de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica chamada unitária, que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência dominada por alguns.

Colocar luz sobre outros discursos possíveis em concorrência na e pela ordem do discurso faz da genealogia desenvolvida por Foucault o que ele chama de anticiência no sentido de se constituir como uma insurreição de saberes, não tanto contra os conteúdos, os métodos, os conceitos de uma ciência, mas, sobretudo, contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso produzido na sociedade.

Assim, a perspectiva de Foucault, com sua problematização da história e da constituição do sujeito a partir de uma atividade genealógica, representa uma espécie de oposição à ideia de discursos que, hierarquicamente, impõem-se sobre outros em razão de seus efeitos de poder, tal como é o caso dos discursos científicos.

Ao ponderar sobre se o discurso marxista é ou não um discurso científico, Foucault (1993) nos dá uma ideia do que podemos entender como “efeitos de poder”. Os efeitos de poder são os poderes que podem ser alcançados segundo uma ambição de poder. Se entre os marxistas havia uma tendência de se reconhecerem como cientistas, então, conforme sugere Foucault, era preciso se perguntar: qual a ambição de poder que a pretensão de ser ciência traz consigo?

Há uma relação de poderes determinante quando se classifica uma prática e o seu discurso como científicos. Em favor de que saber, em favor ou em detrimento de que sujeito, em favor ou em desfavor de que abordagem teórico-política são definidas as distinções sobre o que é ou não científico?

Ainda com essa questão, Foucault orienta para a problematização de poder – o que é o poder – e, com isso, apresenta sob que concepções o poder é abordado. Em uma concepção jurídica, o poder é um direito; em uma concepção marxista, o poder é um meio

pelo qual se cumpre uma funcionalidade econômica, a de manter relações de produção e de reprodução de uma dominação de classe.

Em uma análise considerada não econômica de poder, Foucault (1993) concebe poder como uma relação de força, portanto, é algo que se exerce; se assim o é, então o poder deve ser entendido como guerra, guerra prolongada por outros meios, regulados pela política.

Com isso quer dizer que:

As relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. No interior desta “paz civil” (possibilitada pela política) as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder, com o poder e pelo poder, as modificações das relações de força em um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuções da guerra, como episódios, fragmentações, deslocamentos da própria guerra. A decisão final só pode vir da guerra, de uma prova de força em que as armas deverão ser os juízes. (FOUCAULT, 1993, p. 100).

Foucault (1993) opera com uma concepção alternativa de poder, o poder político, cuja natureza e cujas formas de exercício podem dar a falsa impressão de inexistência da relação de forças, de ausência de guerra. No entanto, mesmo sob a aparência de uma paz estabelecida, a política atua no controle ou na tentativa de controle mediante a repressão, o que explica a guerra prolongada a que o pensador francês se referiu. Em razão disso, conclui que a intervenção da política não é pelo controle da guerra, mas “para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1993, p. 99).

A discussão feita nesses termos se desenvolveu acerca da relação entre a genealogia e o poder, mas nos é útil porque nos permite reconhecer o poder como meio e como fim, o poder na influência sobre o (des)equilíbrio de forças. Se, para Foucault, é o juiz que pode atuar no controle do poder político, qual seria a arma para atuar no discurso nesse processo permanente de relações de forças?

Talvez não possamos falar da arma, mas das armas, porque há muitas questões envolvidas nas relações de força e, conseqüentemente, nos efeitos de poder do discurso. Dentre elas, as relações de saberes e, a partir de uma relação de poderes, a questão fundamental dos efeitos de sentido do discurso.

Nisso consiste a relação que consideramos existir entre a teoria de Charaudeau e o pensamento de Foucault, as relações de saberes e de poderes que subjazem à produção e ao funcionamento do discurso estão implicadas nas relações de sentido nas e para as quais a argumentação exerce a sua função.

Gregolin (2016) defende que é no momento teórico-metodológico genealógico que Foucault desenvolve mais explicitamente a problemática da argumentação. Isso se dá porque Foucault problematiza as relações entre discurso e poder:

Meu objetivo é examinar as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual funciona. O poder não está, pois, fora do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder. (FOUCAULT, 2003, p. 253 *apud* GREGOLIN, 2016, p. 3217).

Compreendendo, pois, o discurso como uma forma de exercício do poder, considerado em sua relação com o que, digamos, é exterior ao linguístico, em seu papel nas relações sociais pelo processo de subjetivação no qual atua, concentramo-nos naquilo que inscreve esse exterior e que se realiza também no linguístico: a argumentação.

Com isso em mente, fundamentamos a nossa posição no reconhecimento de que há “diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico de poder” (FOUCAULT, 2003, p. 253 *apud* GREGOLIN, 2016, p. 3217) e de que a argumentação tem um papel fundamental nessas diferentes maneiras.

Gregolin (2016, p. 3215) dá destaque ao posicionamento de Foucault sobre o conceito de discurso em sua relação com a noção de “verdade”. Conforme destaca, a ideia que perpassa esse conceito é a de que a “verdade” é construída por uma trama de discursos que estão em circulação em um momento histórico-social”.

Trata-se de uma ideia que remete à TS acerca das condições que possibilitam e sobredeterminam a realização de um discurso e, conseqüentemente, a realização da argumentação. Se pensarmos na condição *propósito*, um dos dados externos do contrato de comunicação, poderemos reconhecer que os sujeitos falantes, para terem êxito na sua comunicação, precisam submeter-se à ordem do discurso, ou seja, precisam falar dos temas pertinentes segundo as regras institucionais, segundo o momento histórico-social.

O êxito comunicativo de que falamos consiste no poder que está implicado no discurso, o que também remete à TS quanto à sua problemática da influência. Foucault (2011) alude ao poder que funciona por meio do discurso, Charaudeau (2008a) alude à influência que o discurso permite exercer na comunicação. Poder e influência, cada um considerado nas especificidades teóricas de que fazem parte, cada um considerado como a razão de ser dos discursos.

Com esse posicionamento, Foucault não problematiza direta e explicitamente o fenômeno da argumentação, seu foco é a relação de poder que a batalha de discursos evidencia. Mas reconhecemos que nessa batalha a argumentação se realiza.

Gregolin (2016, p. 3221) salienta que Foucault expressou preocupação com as práticas discursivas e como isso a abordagem dos temas poder e argumentação é feita no seu trabalho sobre o dossiê do inquérito e julgamento dos crimes cometidos por Pierre Rivière no século XIX. Com a análise dos dizeres presentes no processo penal, Foucault constatou um cruzamento de discursos de natureza e características diversas que formava uma relação de poder, “uma batalha de discursos e através de discursos”.

O fato de o referido trabalho se tratar de um dossiê contribuiu para que Foucault identificasse a disputa entre discursos e, com isso, demonstrasse as relações de poder envolvidas nisso. Razão pela qual Gregolin (2016) pontua a articulação entre discurso e argumentação desenvolvida no pensamento foucaultiano.

Segundo destaca Gregolin (2016), Foucault apontou a ausência da abordagem das práticas discursivas na filosofia em razão do desprezo dos filósofos pelos retóricos, identificados como os sofistas. Nas palavras do próprio Foucault (2002), fica claro o seu posicionamento em favor da conciliação da filosofia com a retórica, para que assim se reconheça o discurso como estratégico. Trata-se de demarcar o que se percebeu como o interesse da filosofia – a realização de discursos para buscar a verdade – e o que se percebeu como prática dos sofistas – o uso estratégico dos discursos para vencer a verdade.

Segundo aponta Foucault, para a filosofia a realização do discurso convinha para dizer a verdade, enquanto para os sofistas convinha para o exercício do poder, por isso a prática deles era orientada pela ideia de ganhar a qualquer preço.

Essa prática dos sofistas foi reconhecida por Foucault como uma prática que prova a realização dos discursos como jogos estratégicos, como jogos de saberes e de poderes em que as formas de sua realização são específicas. A prática de que se fala é a prática da retórica, logo, é pela concepção que se tem da retórica que Foucault confirma a sua hipótese de que os discursos são procedimentos retóricos, maneiras de vencer etc.

Temos clareza de que Foucault se concentrou sobre a formação e sobre os jogos de saber bem como sobre os jogos de discursos que se realizam em relações de poder e de saber (GREGOLIN, 2016). Mas apreendemos dessa reflexão foucaultiana que os discursos, ao se realizarem nas relações de poder, efetivam-se como discursos argumentativos.

Orientado, então, por essa compreensão acerca da relação entre discurso, poder, verdade e subjetividade, Foucault nos apresenta o discurso como exercício do poder.

No fundo a grande oposição entre o retórico e o filosófico – o desprezo que o filósofo, o homem da verdade, o homem do saber sempre teve por aquele que não passava de orador, o retórico, o homem de discurso, de opinião, aquele que procura efeitos, aquele que procura conseguir vitória – esta ruptura entre filosofia e retórica parece caracterizar o tempo de Platão. E o problema de reintroduzir a retórica, o orador, a luta do discurso do interior da análise, não para fazer como os linguistas uma análise sistemática de procedimentos retóricos, mas para estudar o discurso como procedimentos retóricos, como maneiras de vencer, de produzir acontecimentos, de produzir vitórias. Para retorizar a filosofia. (FOUCAULT, 1996, p. 142 *apud* GREGOLIN, 2016, p. 3222).

Observando o discurso por essa perspectiva foucaultiana, podemos considerar que os discursos são compreendidos como procedimentos retóricos, porque eles mesmos são formas de vencer o outro em relações de poder. Isso vai ao encontro da tese de Amossy (2007) para quem a argumentação, seja em função de uma orientação ou de uma dimensão argumentativa, será sempre parte integrante do discurso em situação. A linguista defende que, seja como forma planejada de convencer o outro (orientação argumentativa) ou como forma de influenciar o outro na sua forma de ver o mundo (dimensão argumentativa), a argumentação é parte constitutiva do discurso situado.

A expressão “discurso em situação” usada por Amossy (2007) revela o pressuposto de que a argumentação constitui os discursos e se apresenta conforme a situação em que eles são realizados.

Do ponto de vista do social e da situação de comunicação, os discursos possibilitam que os sujeitos tanto sejam influenciados pela situação quanto influenciem uns aos outros. Isso explica as relações de poder do discurso sobre o sujeito, mas também explica o sujeito como atuante nessas relações.

Desse modo, podemos entender que a argumentação é tratada em Foucault do ponto de vista das relações de poder, as quais historicamente influenciam na constituição de subjetividades, enquanto que, em Charaudeau, é tratada do ponto de vista do sujeito, o qual age discursivamente nessas relações de poder.

Considerando-se, pois, a compreensão foucaultiana de discurso tomada em sua relação com as formas de controle que atuam sobre ele e por ele, tal como acontece com o discurso científico, podemos concluir que os discursos estão implicados em relações de poder e de saber com especificidades definidas histórica e institucionalmente.

Como assumimos a posição de que o discurso científico é constituído por uma argumentação que se realiza de forma específica em cada situação, apresentamos nesta seção os aspectos que, ao mesmo tempo em que caracterizam o discurso, também fazem implicar a argumentação nos termos semiolinguísticos.

Certamente, poderíamos ter dedicado essa seção às explicações acerca do que caracteriza a ciência segundo uma dada ordem do discurso. Isso possivelmente nos levaria a descrever a ciência como uma atividade social desenvolvida a partir de um sujeito do conhecimento que se relaciona objetivamente com um dado objeto a conhecer e que assume uma postura de absoluta neutralidade nessa relação.

No entanto, o pensamento de Foucault (2011) acerca dos discursos cumpriu o papel de evidenciar que as práticas sociais e as práticas discursivas são práticas que se dão em uma trama histórica, sob a qual funciona toda uma rede de instituições, de práticas que nos influenciam ou nos influenciaram na visão de ciência como uma atividade de experiência, de observação e de neutralidade.

Trata-se, pois, de um pensamento que nos permite reconhecer a ciência como uma atividade que se realiza também como um jogo de poderes e de saberes, que nos chega em forma de discurso sob a aparência de uma atividade neutra.

Para nós, esta seção cumpre o papel de esclarecer, a partir de uma fundamentação teórica (FOUCAULT, 2011), aquilo que nos era dado como pressuposto – o discurso científico é argumentativo (CHARAUDEAU, 2008a). Representa o nosso esforço de “ligar os pontos” entre discurso, relação de poder, relação de saber, vontades de verdade, história, instituição e ciência para compreendermos como a argumentação integra o discurso.

Para tal, tivemos de pontuar o que do social, do histórico e institucional pode estar implicado no discurso e, conseqüentemente, na argumentação. Nossas observações e experiências sinalizavam que esses fatores em conjunto também estão implicados na prática científica e, portanto, em seu discurso. Em razão disso, concluímos a primeira parte dessa seção com a noção de discurso científico que deve orientar este estudo.

O discurso científico é um discurso argumentativo que se realiza em uma relação de poderes, de saberes e de vontades de verdade em função do controle histórico e institucional que há sobre ele, sobredeterminando a sua natureza e o seu funcionamento.

O aspecto da ciência referente à relação de vontades de verdade será apresentado e explicado na seção seguinte.

3.2 A ciência: (entre) um jogo de vontades de verdade

Na seção anterior, apresentamos o pensamento de Foucault a respeito de como historicamente se realiza o controle pelos discursos e com os discursos sobre o processo de

constituição de subjetivação dos sujeitos. Uma das formas de fazer isso consiste no uso do procedimento de controle “vontades de verdade”.

Antes de realizarmos a discussão pretendida, chamamos a atenção para uma constatação feita em nossas buscas. Nos sites sobre ciência, evidenciamos que são muitos os estudos que a tomam sob diferentes perspectivas, razão pela qual identificamos estudos centrados sobre *política científica, comunicação científica, linguagem científica, letramento científico e discurso científico*. Isso vem a corroborar a nossa compreensão sobre o alcance da ciência e sobre o seu discurso como uma realização entre relações *de poderes, de saberes e de verdades*.

Certamente essas denominações guardam relação com os pressupostos teóricos dos estudos em questão, mas o que importa salientarmos é que o conjunto delas e dos estudos a elas relacionados nos dá uma ideia mais geral da ciência em sua complexidade e de seu discurso. A ciência, assim, pode ser problematizada sob diferentes e diversas perspectivas.

Os nossos interesses de pesquisa, pela abordagem semiolinguística adotada, nos orientam para um estudo em que tratar da ciência considerada pela perspectiva discursiva é o critério mais importante, mas não podemos fazê-lo sem trazer considerar a dimensão comunicativa e política que a constitui.

Quando falamos da perspectiva discursiva da ciência, estamos nos referindo àquilo que o discurso compreende em termos de construção de sentido, ou seja, as condições de sua produção, os aspectos de sua comunicação e a sua materialização linguístico-textual.

Assim explicado, convocamos Köche²² (2005) para tratarmos dos critérios epistemológicos da pesquisa científica. Em breves palavras, podemos dizer que a epistemologia se ocupa da descrição do que é ciência e de como ela é feita.

²²Köche (2005) apresenta uma relevante contextualização sobre o conceito e o papel da epistemologia segundo a literatura especializada. Em síntese, fica evidente que não é possível fechar a questão sobre o que precisamente designa o termo *epistemologia*, tampouco acerca do objeto de estudo sobre o qual se concentra, ainda assim, é possível, dentro do amplo contexto fatural e histórico em que a epistemologia é considerada e reconhecida, resumir que ela tem como objetivo evidenciar os meios de conhecimento científico, elucidar os objetos a que se aplica e fundamentar validade desse conhecimento, mediante um estudo crítico e descritivo das principais hipóteses, do processo e dos resultados das diversas ciências. Além disso, também é importante salientar que na literatura especializada a metodologia da ciência é tratada como um discurso que se desenvolveu paralelamente ao discurso epistemológico cujo objetivo é descrever e, em alguns casos, prescrever regras que são apresentadas como padrão a ser seguido para o desenvolvimento da ciência. A relação entre uma e outra se dá porque a epistemologia descreve o que é a ciência e como ela é feita e, assim, fornece os fundamentos para uma metodologia que estabelece o que deve ser e como deve ser feita a ciência. É, portanto, o caráter descritivo e normativo da metodologia que permite, por exemplo, abordar as questões pertinentes ao chamado método científico, aos critérios de justificação, da aceitabilidade ou da rejeição de uma hipótese, às questões sobre a pertinência ou não de instrumentos na investigação científica e à interpretação e à utilidade dos dados da observação e dos experimentos.

A partir dessa posição, Köche (2005) problematiza os fundamentos da racionalidade²³ na ciência e o ensino da investigação científica adotando a compreensão de ciência como um processo, para, assim, evitar a limitação da ciência a orientações metodológicas consideradas dogmáticas.

O interessante desse estudo é que a racionalidade da ciência é descrita a partir de uma investigação histórica, de uma retrospectiva sobre as atividades e práticas científicas que, na opinião do pesquisador, mais influência exerceram sobre a nossa compreensão de ciência. Assim, é um estudo que nos permite ter acesso a exemplos de como o fazer científico e o discurso da ciência se realizam em um jogo de poderes, de saberes e de discursos em concorrência na ordem e pela ordem do discurso.

Com essa retrospectiva, a questão das teorias é colocada em discussão. Ao invés de serem consideradas resultados da observação dos fenômenos segundo uma metodologia apriorística, as teorias constituem construções subjetivas e históricas. Do mesmo modo devem ser consideradas as metodologias, como construções que se fazem conforme a evolução histórica das teorias científicas.

A problematização de Köche (2005) é desenvolvida ao tratar da oposição entre a racionalidade²⁴ científica newtoniana adotada na física e a defendida pelo pensador, físico e epistemólogo francês Pierre Duhem, reconhecido como o primeiro a questionar, no início deste século, os fundamentos epistemológicos do positivismo newtoniano.

A tese de Köche (2005) é desenvolvida a partir da compreensão de que o papel da ciência é construir conhecimento científico. Por isso sua atenção se concentra no conceito mais consensual de conhecimento científico, no qual identifica características recorrentemente atribuídas à ciência.

Dessas características, destaca o que geralmente é considerado para distinguir a ciência de outras atividades, os critérios de verificabilidade, pelos quais os enunciados da ciência podem ser confirmados ou verificados pela experiência ou infirmados ou corroborados pela experiência ou por outras teorias.

Essa concepção de que, para ser reconhecido como tal, o conhecimento científico precisa ser validado por intermédio do que se convencionou chamar de critérios de

²³O Racionalismo é uma linha de pensamento para cujo desenvolvimento, historicamente, contribuíram filósofos como Tales de Mileto, Pitágoras, Sócrates, Platão e, mais diretamente, Aristóteles, que é responsável por uma das pedras fundamentais da ciência moderna: a *lógica*. Com uma de suas principais obras, *Organum*, inaugura-se a sistematização máxima da linha de pensamento *Racionalismo*, com a qual se tem reforçada a ideia da primazia da **razão sobre os sentidos**. Para uma leitura da história da ciência, apresentada de forma mais sintética, sugerimos Appolinário (2015).

²⁴Aqui, usamos racionalidade em referência aos critérios racionais para justificar a validade da ciência.

verificabilidade é questionada por Köche (2005), especificamente quanto aos fundamentos epistemológicos de racionalidade que a sustentam.

A questão, em resumo, é: que critérios de racionalidade devem ser seguidos para que se faça ciência e que critérios devem ser seguidos para se realizar a verificabilidade de comprovação do valor científico?

Mediante a retrospectiva da história da ciência²⁵, Köche (2005) apresenta os critérios epistemológicos de cientificidade dos quais discorda. São critérios adotados de acordo com as concepções do fazer científico de Copérnico, de Kepler, de Galileu²⁶, de Bacon²⁷ e de Newton²⁸, as quais foram formando um conjunto de contribuições que vieram a constituir como modelo de acesso à realidade o procedimento científico – o método científico.

Esse é o método que marca a chamada ciência moderna e especifica o seu paradigma, adotado como conjunto de critérios de referência para julgar o acesso à realidade e, assim, validar os conhecimentos científicos produzidos, tais como a descrição fiel e plena da realidade, com explicações quantitativamente exatas de *como* ela funciona e de *como* o

²⁵Com a retrospectiva feita por Köche (2005) acerca da ciência, tem-se que a ciência grega é apresentada como uma ciência do discurso, na qual não se evidenciava o tratamento do problema que desencadeasse a investigação, mas a demonstração racional no plano sintático. Tratava-se de uma visão de ciência sustentada na doutrina aristotélica, muito divulgada como “método aristotélico”, que se manteve até o século XVI, quando começou a chamada ciência moderna. Para um estudo mais abrangente da ciência sob o ponto de vista histórico, para a compreensão do processo e das concepções de construção do saber científico, sugerimos Andery et al. (2014).

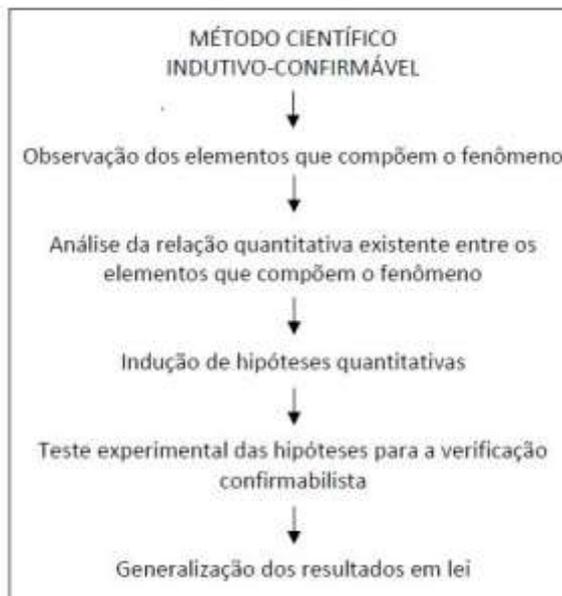
²⁶Galileu (1564-1642) defendeu que as explicações da realidade e dos fenômenos deveriam ser dadas pela natureza e validadas por meio de provas construídas e elaboradas de forma matemática, com as evidências quantitativas dos fatos produzidas pela experimentação. Com essa visão, a verdade só deveria ser reconhecida se as explicações ditas científicas fossem resultado de evidências avaliadas pelo método científico. Isso nos permite entender a importância dada à matemática e à geometria na ciência por intermédio do método quantitativo-experimental. A ordem do método aqui se dava em um processo que partia de um modelo hipotético-quantitativo racionalmente construído para o método quantitativo-experimental, o qual confirmaria ou não as hipóteses matematicamente definidas (KÖCHE, 2005).

²⁷Bacon (1561-1626) contribuiu, juntamente com Galileu, com a modificação radical da compreensão e da concepção teórica de mundo, de teoria científica, de ciência, de verdade, de conhecimento e de método mediante a introdução da experimentação científica. Com isso, defendia que somente a experiência, livre de qualquer hipótese apriorística, poderia confirmar a verdade, proporcionar a verdadeira demonstração do que é verdadeiro ou falso. A ordem do método aqui se dava da experiência para as teorias e leis (conhecimentos científicos). A experiência, nesse caso, deve ser entendida como um processo que ocorria com a observação sistemática e com a experiência dos fenômenos e fatos naturais, por isso é considerável a influência do seu empirismo e do seu indutivismo sobre a vulgarização do pensamento científico moderno (KÖCHE, 2005).

²⁸Newton (1642-1727) defende que o acesso à realidade para se oferecer uma explicação científica deveria se fazer por meio do procedimento de experimento científico – o método científico – com o qual se adotam critérios para julgar se as explicações científicas são ou não verdadeiras. Para serem reconhecidas como verdadeiras, as explicações deveriam ter exatidão quantitativa. Com essa visão, Newton defendeu que o método científico deveria ser indutivista e positivista, livre de hipóteses apriorísticas, de forma que toda teorização/explicação sobre a realidade deveria ser extraída da experiência pela indução, ou seja, toda proposição acerca dos fenômenos deveria ser retirada dos próprios fenômenos com a observação e a generalização por indução. Somente as provas empíricas apresentadas com a adoção do método experimental poderiam conferir status científico a um estudo.

acesso a ela pode ser definido – se é “verdadeiro”, se é parcial ou se fornece uma imagem “falsa”. O Quadro 1 a seguir representa esse método.

Quadro 1 – Passos do método científico indutivo



Fonte: Köche (2005, p. 51)

Como vemos, predomina nesse método a ideia de que a ciência pode produzir conhecimento para explicar com exatidão e fidelidade a realidade, os fenômenos naturais. O que chamamos aqui de conhecimento corresponde às teorias e leis desenvolvidas na física para explicar e/ou descrever a realidade.

Com essa visão de Newton, estabeleceu-se o método ideal, segundo o qual toda proposição da física deveria ser tirada dos fenômenos pela observação e generalizada por indução. Essa é a razão pela qual havia a defesa da inexistência de hipóteses prévias, as quais só poderiam ser aceitas quando extraídas da experiência pela indução. A construção do conhecimento se dava, então, da seguinte ordem: dos experimentos para os resultados, os quais podiam ser generalizados por meio de hipóteses, de teorias.

De acordo com esse método, o sujeito do conhecimento deveria ter a mente limpa, uma postura neutra para que pudesse proceder aos experimentos e formular as hipóteses livre de qualquer interferência. Köche (2005) destaca que esse modelo influenciou, sobretudo no século XIX, o ideal de ciência em todas as outras áreas de conhecimento.

O século XIX, dessa forma, chega ao fim com uma forte tendência positiva e normativa na interpretação da conduta do fazer científico. A concepção de método científico predominante e ideal é a do indutivo newtoniano, com critérios concebidos a partir de uma visão essencialista da racionalidade científica, justificados fora de uma história da ciência, estabelecidos de uma forma apriorística e abstrata e dotados de um caráter prescritivo. (KÖCHE, 2005, p. 55).

Como vemos, Köche (2005) procedeu como se tivesse um microscópio e com ele pudesse ver a relação, digamos, hierárquica que há entre uma dada epistemologia da ciência (uma das vontades de verdade), a prática científica e, conseqüentemente, as orientações de metodologia científica acerca de quais devem ser os procedimentos de pesquisa.

Sua análise se concentra precisamente sobre a base dessa hierarquia, acerca da qual talvez nem pensemos quando estamos diante de um manual de metodologia científica que, geralmente, apresenta as normas gerais sobre como fazer uma pesquisa científica: os fundamentos de racionalidade da epistemologia da ciência.

É importante registrar a crítica de Köche (2005) sobre a influência determinante que esses fundamentos exerceram ou ainda exercem nos programas de ensino de metodologia científica adotados nas universidades, o que repercute sobre o modo de fazer ciência nesse espaço, em que a ciência é tomada como atividade acabada, inquestionável, cujo discurso tem conseqüentemente de refletir esses aspectos.

A crítica de Köche (2005) recai exatamente sobre a tendência de programas de pesquisa priorizarem a ideia positivista de ciência e, assim, determinarem como fazer ciência obedecendo a uma linha indutivista, fundamentada em uma epistemologia empirista que faz reforçar a imagem da ciência como infalível, homogênea, realizada por um sujeito atento e metucioso, capaz, portanto, de retirar a hipótese e a teoria da realidade observada e de buscar provas para justificar a sua veracidade por meio da verificação experimental.

Essa realidade é descrita por Köche (2005) como um problema do ponto de vista da Metodologia Científica que, como disciplina, tende a ser desenvolvida de forma prescritivista, com ênfase nos métodos e nas técnicas de elaboração da pesquisa, bem como nos aspectos formais de apresentação e de escrita dos textos científicos.

Em outras palavras, Köche (2005) constata uma padronização no ensino de metodologia da ciência como se toda investigação científica devesse ser realizada conforme os critérios de cientificidade das ciências naturais e como se a epistemologia que fundamenta esses critérios fosse também definitiva e inquestionável.

Appolinário (2015) destaca que, já ao final do século XIX, se iniciaram cada vez mais as polêmicas divergências sobre a aplicabilidade dos métodos e procedimentos desenvolvidos pelas ciências naturais às pesquisas em ciências sociais. Essas polêmicas se acentuaram mais com alguns movimentos que problematizaram as especificidades das ciências sociais em relação às das ciências naturais. Sobre isso destacamos a distinção entre *explicação* e *compreensão* proposta pelo filósofo Wilhelm Dilthey, para quem a explicação

seria a operação básica adotada pelas ciências naturais e a compreensão seria o procedimento típico das ciências sociais.

A explicação consistiria no estabelecimento preciso de causa e efeito entre os fenômenos observados, enquanto a compreensão seria o processo de interpretação dos fenômenos, não no sentido de explicar as suas causas, mas de compreender o sentido mesmo das ações humanas.

Considerando essa distinção, fazemos uma observação sobre como Charaudeau (2008a) compreende uma das ordens de argumentação tratadas na sua teoria. Para ele, uma delas é a argumentação do discurso científico, a chamada argumentação demonstrativa, que se realiza em discursos produzidos em situações cuja finalidade é a de *demonstrar, estabelecer uma verdade* condicionada a um contrato de comunicação. Conforme já apresentamos, o discurso científico, em sua visão, deve ser organizado de maneira a apresentar uma problematização, um posicionamento e uma prova. Se essa demonstração será feita pela explicação (relação de causalidade) ou pela compreensão dos fenômenos somente a situação de comunicação em que o discurso científico se realiza pode definir.

A situação de comunicação em questão certamente envolve o reconhecimento da especificidade epistemológica que deve orientar a prática científica das ciências sociais e humanas. Alguns teóricos que vieram integrar, na década de 1960, o chamado movimento *Sociologia do conhecimento* destacam que o sucesso das teorias científicas decorre de fatores sociais (prestígio do cientista propositor da teoria, interesses políticos e acadêmicos) e não de suas evidências empíricas. Se isso assim acontece, é por procedimentos de controle de vontades de verdade. Este pode ser um caso em que talvez o modo de organização do discurso científico, o discurso científico em si e o conhecimento científico produzido não sejam os únicos meios para dar validade ao fazer científico.

Outros movimentos igualmente comprometidos com a defesa da especificidade da investigação científica das ciências sociais e humanas se somam a esse primeiro²⁹ para demarcarem o que hoje nos chega como, de um lado, as ciências fortes ou ciências duras, e, de outro, as ciências “fracas” ou ciências moles.

²⁹Appolinário (2015) lista esses movimentos segundo a ordem em que se realizaram e destaca, além do movimento *sociologia do conhecimento*, a Escola de Edimburgo, com a sua ideia de que as observações dos fenômenos eram impregnadas dos pressupostos teóricos do observador e de que as conclusões eram fortemente afetadas pela linguagem e pelas próprias teorias; a Escola de Frankfurt, com o seu conjunto de ideias que constituíram a conhecida *teoria crítica* e com a sua crítica das ideologias que pressupostamente orientavam a ciência; até as ideias de Jürgen Habermas, para quem a lógica objetiva era própria das ciências naturais e a lógica interpretativa era própria das ciências humanas. Com este último se desenvolveu a defesa de que o pensamento crítico deve ser aplicado às ciências sociais, cujos estudos podem compreender o engajamento com as transformações sociais.

A diferença que separa as ciências duras – as ciências naturais – das ciências moles – as ciências sociais e humanas – é apresentada pelos tipos de procedimentos adotados na forma de teorização. Para as ciências duras, pratica-se a explicação; para as ciências moles, a compreensão.

A explicação seria a operação básica presente nas ciências naturais, visando ao estabelecimento preciso de relações de causa e efeito entre os fenômenos observados. Já a compreensão seria o procedimento típico das ciências sociais, nas quais as causas de um fenômeno dificilmente podiam ser explicadas (determinadas), restando apenas a possibilidade da elaboração de um *sentido* ou *interpretação* para os fenômenos humanos. (APPOLINÁRIO, 2015, p. 38).

O reconhecimento dessas práticas distintas que particulariza o fazer científico conforme a área de conhecimento expõe o que tratamos ao longo desse capítulo: a prática científica acontece em um processo que é ao mesmo tempo de interação e de disputa.

Quando fazemos menção ao processo de disputa, retomamos a ideia de discurso como jogo (FOUCAUL, 2011) e o fazemos porque consideramos esse jogo como um jogo de vontades de verdade sobre as noções de ciência, sobre a distinção entre tipos de ciência e sobre o fazer científico de cada tipo. Todos esses disputam espaço na ordem do discurso, mas, segundo a confirmação de Köche (2005), há uma forte tendência em se valorizar a noção empirista, indutivista e positivista de ciência em manuais de metodologia científica, nos programas de ensino de metodologia científica, o que pode contribuir para fortalecer a ideia de que existe uma única forma de fazer pesquisa, por meio de um método científico padrão.

Essa questão em torno da ciência positivista, salvaguardados os contextos em que se deu, faz parte da reflexão de Santos (2008), quando ele problematiza a ciência moderna e a ciência pós-moderna. Para ele, atualmente nos encontramos em uma fase de crise de degenerescência, a qual deve ser entendida como a crise do paradigma. Trata-se de um tipo de crise que atravessa todas as disciplinas, não de forma homogênea, mas em um nível mais profundo. Isso significa que assistimos a uma crise que repercute no questionamento da forma de compreensão e de explicação da realidade proporcionada por um dado paradigma.

A noção de paradigma é proposta por Kuhn (2013) para designar o conjunto de crenças, valores, técnicas e conceitos tomados como referência por uma comunidade científica para definir os modelos de análise de uma dada área de conhecimento. Essa noção é apresentada em sua relação com outras duas noções também propostas por Kuhn (2013): ciência normal e revolução científica.

A ciência normal corresponde à pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas, que se tornam reconhecidas durante algum tempo por alguma

comunidade científica como adequadas para proporcionar os fundamentos para sua prática posterior (KUHN, 2013). Esses tipos de ciência acabam exercendo influência sobre outras realizações científicas porque são relatados pelos manuais científicos, em que são expostos o corpo da teoria aceita, as aplicações bem-sucedidas, as comparações entre essas e as observações e experiências exemplares.

Podemos compreender as noções de paradigma, de ciência normal, de revolução científica fazendo uma correlação com os momentos da história epistemológica da análise do discurso. Para tal, convocamos Gregolin (2006) com a discussão realizada acerca das três heranças e filiações da análise do discurso no Brasil.

Gregolin (2006) apresenta três momentos do desenvolvimento desse campo disciplinar. No primeiro momento, a análise do discurso adotou o discurso político como objeto de estudo, e a Linguística foi considerada uma referência para esses estudos. No segundo momento, a análise do discurso foi influenciada pelo diálogo conflituoso que Pêcheux estabeleceu com Foucault e Bakhtin. No terceiro momento, que se deu a partir de 1976, Pêcheux incorporou as contribuições desses pensadores e, assim, delineou outras perspectivas para a análise do discurso.

São três momentos que se configuram como paradigmas científicos, que, em um processo não precisamente contínuo do ponto de vista cronológico, vão se remodelando para constituir um campo disciplinar cuja pressuposta permanência corresponde ao período da ciência normal. Ao passo que essa fase de suposta estabilidade se mantém, podemos considerar a prática da ciência normal; no entanto, quando as problematizações começam a ser outras e se mudam os objetos de estudo, demandam-se outros aspectos teóricos, repensam-se os paradigmas, o que significa que se tem em desenvolvimento uma revolução científica.

Kuhn (2013) explica como determinadas realizações científicas vão se tornando referência, constituindo paradigmas, para definir implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência. Isso é possível por duas razões: são realizações (práticas) científicas sem igual, por isso podem atrair um grupo duradouro de partidários, e são realizações abertas do ponto de vista das problematizações possíveis. Enquanto se mantêm como referência para a comunidade científica, essas realizações constituem os paradigmas científicos que são as bases para que estudantes se tornem membros de determinada comunidade científica. À medida que se fortalecem as regras e padrões desses paradigmas para a prática científica, também se fortalece a ciência normal.

Essas noções de Kuhn são importantes porque envolvem aspectos relacionados ao funcionamento da ciência, mas a noção de paradigma de Kuhn foi questionada por alguns críticos e é, então, foi substituída. O termo foi substituído pela expressão “matriz disciplinar” porque a ideia que essa expressão representa é a de que as comunidades científicas, no âmbito de determinada disciplina, adotam uma espécie de mapa que orienta sobre os conceitos e pressupostos a serem compartilhados pelos cientistas adeptos a certa matriz disciplinar (APPOLINÁRIO, 2015).

Mesmo com a proposta de substituição do termo, é a palavra *paradigma* que permanece usual entre os especialistas, concentrados sobre o estudo da ciência para designar o conjunto de práticas (pressupostos teóricos, conceitos, modelos de análise) que domina a investigação científica de uma dada disciplina.

A noção de paradigma também traz o reconhecimento de uma ciência como processo, uma vez que a superação de determinados paradigmas pode caracterizar uma revolução científica.

Em meio a um jogo de vontades de verdade, a ciência é um processo em que os conhecimentos produzidos resultam de desacordos, de interpretações distintas, de questionamento e de construção de novos paradigmas.

Talvez só uma pesquisa de cunho histórico possa precisar qual o paradigma vigente em um dado momento em um campo do conhecimento, mas chamamos atenção para dois estudos que nos parecem evidenciar o que é comum na ciência, portanto, aos diversos paradigmas da ciência.

Na tese de Coracini (1991), a demonstração de que o discurso científico é subjetivo e, como tal, constitui um fazer persuasivo, dá-se mediante a comparação com o discurso jurídico. Neste último, realizam-se operações de interpretação, análise dos dados, veredito à luz da interpretação feita. Esses passos são também adotados na pesquisa científica e exemplificam como a subjetividade constitui toda atividade humana, o que justifica a necessidade de se adotarem procedimentos argumentativos.

Assumindo um posicionamento igual ao de Charaudeau (2008a), mas baseada em outros teóricos, Coracini (1991) atribui o caráter argumentativo do discurso científico à situação de comunicação, que deve ser reconhecida como uma situação de conflito e da qual resulta a organização argumentativa do discurso.

Outro estudo que nos faz considerar as noções de paradigma e de revolução científica de Kuhn é o desenvolvido por Santos (2008) ao problematizar a ciência moderna em relação à ciência pós-moderna. Com essa problematização, Santos (2008) propõe que

vivemos uma época de transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna. Referindo-se ao final do século XX e ao início do século XXI, ele sintetiza o que podemos entender como comum a uma e a outra dessas ciências, as quais são por ele designadas também, respectivamente, como *paradigma dominante* e *paradigma emergente*.

Observamos que Santos (2008) emprega o termo paradigma com o mesmo sentido usado por Kuhn (2013). No entanto, a sua reflexão a respeito desse tema se dá sobre a relação ciência e tempo, à qual não atribui avanços significativos se considerada sob o ponto de vista do progresso científico, pois tem a sensação de que a ciência ainda está muito no passado. Considerando o tema sob o ponto de vista da revolução científica, constata que permanecemos seguindo os grandes nomes que estabeleceram e mapearam o campo teórico entre os séculos XVIII e os primeiros 20 anos do século XX. Disso, conclui que, em termos científicos, vivemos ainda no passado.

Essa reflexão é orientada pelo olhar de Santos (2008, p. 1) sobre o que caracteriza o nosso tempo mais recente: um tempo de transição, “síncrono com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita”. Ele acrescenta que, nesse tempo de transição, as condições sociológicas e psicológicas do nosso perguntar são diferentes e muito mais complexas do que eram em um passado mais distante.

Para ele, começa a perder sentido a distinção entre ciências naturais e ciências sociais. Se há que se tomar uma em relação a outra, então a sua hipótese é a de que as ciências sociais sejam a referência. Além disso, defende que as ciências sociais precisam abolir o paradigma empirista, indutivista e positivista de ciência e passar a revalorizar as chamadas humanidades ou os estudos humanísticos. Defende também que, da relação entre ciências sociais e ciências naturais, possam resultar temas convergentes no lugar de objetos teóricos estanques. Tudo isso para que se supere a tradicional distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar.

É por esses posicionamentos que reconhecemos no estudo de Santos (2008) dois aspectos que podem ser importantes para analisarmos o discurso científico que se realiza atualmente. Quando ele caracteriza a ciência moderna e a ciência pós-moderna, vemos nisso uma forma de identificarmos o que pode ser comum ao fazer científico, comum no sentido de geral, mais recorrente. Ao mesmo tempo, vemos a possibilidade de reconhecermos o que pode ser particular no fazer científico das disciplinas ou nos campos de conhecimento.

Sobre a ciência moderna, Santos (2008, p. 11) destaca a distinção feita em seu interior entre o discurso científico e o discurso do senso comum, razão pela qual a ciência é distanciada da vida social, enquanto deveria ser compreendida como prática social de

conhecimento, como uma tarefa “que se vai cumprindo em diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados e revoltados”.

É evidente que Santos (2008) desenvolve a sua problematização concentrando-se sobre a dimensão social da ciência, o que igualmente nos dá provas dos aspectos subjetivos e argumentativos que a constituem, mas que foram desconsiderados pela fundamentação epistemológica que definiu a ciência moderna.

Por exemplo, tratando especificamente da prática científica das ciências sociais, Santos (2008) discute tanto o caráter positivista das ciências naturais que sobre elas exerceu um papel expressivo quanto as críticas que recaíram sobre a possibilidade de sua cientificidade quando esse papel passou a ser bem menor. Com isso, evidencia posicionamentos em disputa sobre o que deve especificar as ciências sociais. Posicionamentos que refletem a subjetividade de quem os assume e que se sobressaem se legitimando sobre os outros pela argumentação desenvolvida em favor deles.

Com essas colocações, chamamos atenção para como foi se desenvolvendo um processo de distinção entre ciências sociais, humanas, de um lado, e naturais, de outro.

Coutinho (2014) trata dos paradigmas que enquadram a investigação em ciências sociais e humanas e destaca a polarização que a caracteriza: quantitativo *versus* qualitativo, interpretativo *versus* qualitativo e paradigma *sociocrítico versus hermenêutico*.

Sobre o paradigma positivista, também denominado como quantitativo, empírico-analítico, racionalista, empiricista, essa autora (COUTINHO, 2014) resume que se trata da busca de adaptação do modelo das ciências naturais para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Considerado o paradigma mais influente sobre as investigações científicas, chegou a ser tomado como “o discurso da ciência”, por ditar como deveria ser feita a investigação científica em geral.

São destaques desse paradigma a objetividade exigida do pesquisador, que deveria permanecer neutro, sem expressar juízos subjetivos; o determinismo, segundo o qual há uma verdade que pode ser descoberta; a racionalidade, com a qual as explicações devem ser coerentes e não contraditórias; a impessoalidade, que trata da valorização da linguagem objetiva; a previsão, que consiste em encontrar generalizações capazes de controlar e prever os fenômenos; a irreflexividade, pela qual se atribui a validade dos resultados científicos a uma correta aplicação dos métodos sem considerações sobre o processo investigativo em si.

Coutinho (2014) salienta, com base na literatura especializada, que essa epistemologia produziu consequências sobre a prática científica das ciências sociais e

humanas em dois aspectos: i) importância atribuída à produção de conhecimentos baseada na descoberta dos fatos e à formulação de teorias visando a generalizações; ii) adoção de uma linguagem, metodologia e técnicas de medidas e quantificação próprias das ciências naturais que passaram a dominar a investigação dessas áreas e se legitimaram como os únicos referenciais válidos e aceitos.

Também esclarece acerca das críticas feitas a essas consequências ao pontuar a contribuição de Kuhn ao modo de conceber a ciência com a sua noção de paradigma. Enquanto uma epistemologia de cunho positivista orienta para uma prática científica universal quanto ao processo investigativo e ao método científico, a epistemologia defendida por Kuhn (2013) concebe a ciência como uma prática situada histórica e socialmente dentro de uma prática científica na qual as concepções de “verdade”, “objetividade” e “método correto” são formuladas e compartilhadas.

Apesar das críticas, Coutinho (2014) registra que ainda é grande o papel que o paradigma positivista e a sua metodologia exercem sobre a investigação das ciências sociais e humanas.

Segundo descreve Coutinho (2014), esse paradigma é revisto em alguns aspectos e, assim, se desenvolve formando o paradigma denominado *pós-positivista*. Orientado pela versão de um *realismo crítico*, o paradigma pós-positivista recusa a ideia de que uma investigação científica dá conta da realidade em sua essência. O paradigma pós-positivista opera com a ideia de que o investigador pode estudar os objetos investindo em uma metodologia múltipla do ponto de vista das fontes (dados, investigadores, teorias, métodos) e, assim, pode proceder a um confronto crítico capaz de garantir a maior objetividade possível aos resultados alcançados.

Como outra alternativa em competição com o paradigma descrito, há o paradigma qualitativo e interpretativo, também conhecido como *hermenêutico, naturalista e construtivista*.

Esse paradigma se desenvolveu em quatro fases ou momentos, atinge a sua fase vigente nos anos 1990 e se caracteriza pela ideia de que a construção das teorias deve se adaptar a problemas/situações bastante específicas. Sobre a questão de como o investigador concebe o objeto de estudo, esse paradigma adota uma posição relativista, a qual deve ser entendida como o reconhecimento de múltiplas realidades existentes sob a forma de construções mentais social e experimentalmente localizadas. Por essa razão, o papel do investigador é valorizado e noções científicas como “compreensão”, “significado” e “ação” são adotadas.

Coutinho (2014) acrescenta que se trata de uma abordagem interpretativista/qualitativa orientada pelo interesse de interpretar e compreender os significados da ação humana em um determinado contexto social, razão que explica a impertinência de métodos que tendem à quantificação e a generalizações. Com base em Gadamer (1975), a pesquisadora resume que esse paradigma permite a construção de um conhecimento “parcial e perspectivado”, por ser relativo a uma forma de ver.

Dois aspectos do paradigma positivista são considerados e singularizados nesse paradigma: a produção cumulativa da ciência e o conhecimento “objetivo”. A produção do conhecimento é considerada circular, não linear, e a interpretação do investigador é influenciada pela tradição de pesquisa a que é vinculado, o que pode fazê-lo mais consciente de seus preconceitos e valores subjetivos e, assim, levá-lo a ser mais lúcido quanto à construção de um conhecimento mais objetivo.

O paradigma sociocrítico é mais um que entra na ordem do discurso constituindo o jogo de vontades de verdade acerca do que deve fundamentar epistemologicamente a pesquisa científica das ciências sociais e humanas. Consiste na confluência de fundamentos filosóficos das críticas de Adorno e Habermas à economia liberal, de Marcuse à alienação consumista das sociedades capitalistas, das críticas pedagógicas de Paulo Freire, com a pedagogia da libertação, do movimento pedagógico de autores como Michael Apple e Henry Giroux nos Estados Unidos.

Mas Coutinho (2014) salienta que é na Teoria Crítica de Habermas que esse paradigma se sustenta conceitualmente. Como resultado da crítica aos dois paradigmas já descritos, evidencia-se que esse paradigma se desenvolve com a ideia de que as ideologias orientam o processo de produção de conhecimento científico. Sob essa perspectiva, temos um paradigma que reconhece nos demais a consecução de interesses sociais. Em outras palavras, são paradigmas definidos nos e para os próprios limites em razão de interesses sociais que os orientam.

Nesse sentido, há paradigmas que se desenvolvem como ciência pela ciência, enquanto outros o fazem como ciência pelo social ou pelo humano. Coutinho (2014) assim esclarece os posicionamentos de Habermas: se a investigação em ciências exatas usa uma metodologia técnico/instrumental, o faz porque o conhecimento produzido sob esse paradigma obedece a um interesse técnico. Do mesmo modo, se o paradigma qualitativo emprega uma metodologia mais prática, é porque objetiva entender a ação humana no seu processo de comunicação.

Como alternativa a isso, o paradigma crítico pressupõe o fazer científico com vistas à produção de um conhecimento emancipatório, no sentido de desmascarar as ideologias que sustentam o status social e de possibilitar o acesso ao conhecimento aos grupos sociais mais oprimidos, permitindo-lhes intervir mais ativamente na modificação dessa situação. Em razão disso, a neutralidade do fazer científico é questionada, pois o investigador é concebido a partir de sua situação social apresentando-se, como tal, defensor dos interesses de dado grupo social, de maneira que o conhecimento científico é sempre uma construção social ligada a um interesse de viés técnico (paradigma positivista) ou a um interesse de comunicação prática (paradigma qualitativo) ou a um interesse crítico emancipatório.

O questionamento da neutralidade na prática científica tem fundamento no reconhecimento de que “todo conhecimento está enraizado na história e na estrutura social” (COUTINHO, 2014, p. 16). Se assim o é, então é possível saber qual o conhecimento melhor. Coutinho (2014) alude a Habermas, para quem o melhor conhecimento é aquele que emerge de um *discurso ideal* em que se busca, além de um “saber ver”, um “saber onde ver” e “procurar” os nós do poder, ocultos geralmente sob as formas mais banais e incondicionalmente aceitas no dia a dia e/ou nos saberes científicos mais tradicionalmente aceitos.

Coutinho (2014) sistematiza as implicações da Teoria Crítica na investigação nas ciências sociais e humanas com base em Carr e Kemmis (1988) e assim as resume:

- A consciência de que o saber é poder e não algo puramente técnico e instrumental;
- A compreensão da subjetividade de cada ator social no processo de ler os fenômenos sob estudo segundo sua própria racionalidade, influenciando, assim, para que noções como “objetividade”, “verdade” e “fato” sejam relativas e assumam novos sentidos;
- A identificação de determinantes macroestruturais que, ainda que não aparentem, condicionam ou dificultam as possibilidades de atuação de qualquer indivíduo; e
- O reconhecimento do significado teórico e da natureza prática seja da teoria seja da prática (consideradas em estatuto idêntico) e o reconhecimento de que qualquer intervenção tem de ser construída como prática em uma trama teórica bem sólida.

Os três paradigmas em competição nas ciências sociais e humanas são sistematizados com a descrição de seus critérios no Quadro 2, a seguir, elaborado por Coutinho (2014):

Quadro 2 – Comparação de critérios entre paradigmas

| | Positivista | Interpretativo | Crítico |
|--|---|---|--|
| Denominações | Empírico-analítico, Objetivista, realista Quantitativo Racionalista | Humanista Naturalista Hermenêutico Qualitativo, Ecológico Fenomenológico Etnográfico | Sociocrítico Orientado à mudança Investigação-ação Emancipatório Ciência Crítica da Educação |
| Fundamento Teórico | Positivismo Pós-Positivismo Empirismo | Fenomenologia Interacionismo simbólico Antropologia | Teoria crítica Praxeologia |
| Natureza da realidade (ontologia) | Única, objetiva Estática, dada Fragmentável Convergente, Externa Observável Sujeita a uma ordem | Múltipla Dinâmica Construída Holística Divergente Interna, Subjetiva | Múltipla; Dinâmica Construída, Holística Divergente, Evolutiva Interativa Compartilhada, Histórica |
| Lógica | Hipotético-dedutiva | Indutiva/descritiva Interpretativa | Indutiva |
| Tipo de Conhecimento | Generalizações Leis nomotéticas Técnico | Explicação ideográfica Hipóteses de trabalho Prático, Indutivo | Explicação ideográfica Emancipador Mudança, Prático |
| Finalidade Investigação | Descrever, Analisar Explicar, Provar Controlar fenômenos Verificar teorias Construir teorias Procurar leis | Comprometer Interpretar Descobrir significados Hipóteses de trabalho | Libertar Emancipar Melhorar Transformar Criticar Identificar mudanças |
| Valores (axiologia) | Excluídos Livre de valores Neutralidade | Incluídos Explícitos Influentes | Integrados Compartilhados |
| Ética | Extrínseca | Intrínseca | Intrínseca |

| | | | |
|--|---|---|---|
| Relação Sujeito/Objeto | Independentes Distanciados Neutralidade Investigador externo | Independência Inter-relacionadas Implicação do investigador | Inter-relação por compromisso Investigador é mais um dos participantes |
| Relação teoria e prática | Independentes Teoria é norma para a prática | Relacionadas, unidas Retroalimentação mútua | Indissociáveis A prática é a teoria em ação Relação dialética |
| Papel da teoria | Construção e verificação de teorias | Construções teóricas emergem da situação | As construções teóricas emergem de forma cooperativa |
| Estilo do investigador | Interventivo | Seletivo | Participativo |
| Desenho do estudo | Determinado | Emergente | Negociado |
| Quadro da investigação | Laboratório | Natural | Circunscrito |
| Condições para a recolha de dados | Controladas | Livres | Em congestão |

Fonte: Coutinho, 2014

Com esse quadro, apresentamos a síntese dos paradigmas que podem caracterizar as pesquisas nas ciências sociais e humanas, porque consideramos necessário precisar essas áreas a partir do que identificamos na discussão de Santos (2008) sobre a preocupação em delimitar as ciências sociais em relação às ciências naturais no jogo entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna.

Coutinho (2014) registra que o debate epistemológico sobre os paradigmas está em processo de superação nos aspectos ontológicos e epistemológicos, porque, segundo opina, convém o entendimento de que os paradigmas podem se complementar e ajudar mutuamente na realização das investigações concretas.

Pelo que já apresentamos, Santos (2008) parece refletir nesse mesmo sentido quando trata da nova ordem científica emergente – a ciência pós-moderna.

Já apresentamos as hipóteses de Santos (2008) para o processo de constituição da ciência pós-moderna. Sem a pretensão de detalhar suas razões para defini-las, destacamos aquilo que demarca a tendência das ciências sociais e, supostamente, das ciências humanas, segundo ele. A tendência é que, com a superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais, os estudos humanísticos sejam revalorizados, para o que é necessário que as humanidades também sejam profundamente transformadas.

Santos (2008) acredita que dois eventos contribuem para isso: a resistência à separação sujeito/objeto e a preferência pela compreensão do mundo e não pela manipulação do mundo³⁰. Com isso, aposta que a concepção humanística das ciências sociais, além de contribuir para a fusão das ciências naturais e sociais, contribui para colocar a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, superando, então, o entendimento de que é a natureza que está no centro da pessoa. Com essa ideia, Santos está delineando o que fica para trás com o paradigma moderno e o que vem a ser com o paradigma pós-moderno.

Sua segunda hipótese sobre o paradigma pós-moderno reside na ideia de que “todo conhecimento é local e total” (SANTOS, 2008, p. 73). No lugar de um conhecimento disciplinar e disciplinado, especializado em relação aos objetos do conhecimento, a tendência é que o conhecimento seja produzido como resultado da soma de disciplinas com interesses sobre temas adotados por grupos sociais concretos em um dado momento de vida. Assim, o conhecimento produzido não é determinístico nem descritivista, mas um conhecimento sobre as condições de possibilidades projetadas no mundo a partir de um espaço-tempo-local (SANTOS, 2008, p. 18). Com a visão de que os conhecimentos vão sendo produzidos como em uma espécie de pesquisa-ação, os conceitos não são transpostos como se traduzidos de uma disciplina para a outra, antes resultam, juntamente com as teorias, da operacionalização, para só então serem generalizados por meio da quantidade e da uniformização. Isso pode ser possível em virtude da pluralidade metodológica.

Sobre o aspecto metodológico, Santos (2008) destaca que, na ciência pós-moderna, há um estilo padronizado, unidimensional, consistente em uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista.

Isso já sinaliza para uma espécie de personalização do trabalho científico, observada pela superação da dicotomia sujeito pesquisador/objeto de investigação. Trata-se do

³⁰Devemos mencionar as críticas a esse pensamento de Santos (2008). O chamado “Embuste de Sokal” é um exemplo que endossa estas críticas, pois consistiu na submissão de um ensaio, escrito por um físico teórico da Universidade de Nova Iorque, à principal revista de estudos culturais *Social Text*. No ensaio, o teórico estrategicamente se posiciona na defesa do paradigma pós-moderno, descredencia os cientistas ainda presos a uma visão ontológica e positivista de ciência, usa jogos de palavras, sentenças bem construídas, faz afirmações contestáveis do ponto de vista científico sobre descobertas científicas de disciplinas como a física e sobre princípios infundados da matemática, etc., tudo isso, verdade, para evidenciar as fragilidades do paradigma sob o ponto de vista do rigor científico. O ensaio foi publicado em 1996 em um número especial da revista completamente dedicado à refutação dos críticos aos estudos culturais, estudos acusados de orientarem investigações científicas fundamentadas em um relativismo pós-moderno. Ao revelar o sucesso de sua estratégia de evidenciar o que compreendia como problemático nos estudos culturais, criou-se uma polêmica em torno dos critérios de cientificidade e de comunicação científica do paradigma pós-moderno. No ensaio que indicamos, escrito a respeito desse acontecimento, é possível entender como se problematizou a ciência a partir desse “embuste”. Indicamos a leitura de Boghossian (1997).

entendimento de que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios, o que explica a ideia de que todo conhecimento científico é autoconhecimento, de que pressupostos metafísicos, sistema de crenças, juízos de valor são parte integrante da explicação científica. Interessante esse entendimento porque por ele se explica como se deu a legitimação da ciência moderna, ou seja, como a sua prática e o seu discurso orientaram as formas de ver o mundo e de, assim, orientarem para que não considerássemos outras explicações científicas possíveis.

Como última hipótese, Santos (1988, p. 69) defende que todo conhecimento científico visa constituir-se como senso comum. Talvez estejamos assistindo esse processo, que se realiza cada vez mais pelas práticas de popularização e da mediação da ciência. Talvez isso também explique o que ele assim pontua: “O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum” (SANTOS, 1988, p.70). O conhecimento científico, antes restrito a um limitado espaço de circulação e acessível a poucos, tem cada vez mais alcançado visibilidade³¹, principalmente por intermédio da mídia e, assim, vem se legitimando. A isso acrescenta que vivemos o processo que é a ciência, nessa fase de transição, com insegurança, a qual resulta do fato de nossa reflexão tecnológica ser muito mais avançada e sofisticada do que a nossa prática científica.

Para ele, isso deve ser entendido assim porque nessa fase de transição em que nos encontramos – do paradigma pós-moderno – predomina a insegurança resultante do fato de nossa reflexão epistemológica ser muito mais avançada e sofisticada do que a nossa prática científica.

Essas hipóteses de Santos (1988), como uma das vontades de verdade sobre a ciência, encontram resistência de outras vontades de verdade, como ocorreu no que se convencionou chamar de “guerras da ciência³²”, da qual o embuste de Sokal é exemplo.

Essas “guerras” se concentraram sobre algumas questões que ainda marcam esse momento de transição: qual a relação entre o conhecimento científico e a realidade que ele pretende conhecer? O conhecimento científico representa, descobre, cria ou inventa a realidade que pretende conhecer? Quais os critérios por que se afere a adequação ou a

³¹A tese de Flores (2016) trata dos espaços de enunciação dos blogs de divulgação científica escritos por cientistas brasileiros. Com isso, dá conta de aspectos que caracterizam as transformações sociais pelas quais a ciência vem passando, principalmente transformações tecnológicas constantes, que influenciam na visibilidade do conhecimento científico. A pesquisadora dá ênfase à experiência de ter constatado a rapidez em que os blogs surgiram e também diminuíram enquanto realizava a investigação sobre eles. Assim, podemos ter uma ideia da complexa dinâmica que envolve o fazer científico atualmente.

³²Essa expressão é usada para designar os debates entre cientistas e também entre intelectuais que incidiram sobre a natureza e a validade do conhecimento que produz e legitima as transformações do mundo por meio da ciência.

correção dessas relações? O conhecimento científico aspira à verdade, à eficácia, à verossimilhança, à coerência, à referencialidade? Se as verdades científicas de um dado momento histórico têm sido refutadas em momentos posteriores, há algo mais na verdade do que a história da verdade? O modo como a ciência está organizada e o modo como se realiza *na prática* interferem no tipo e na validade do conhecimento? Qual o verdadeiro papel do conhecimento científico? Como devem interagir os cientistas com “o resto da sociedade” nos processos de decisão?

São questões que evidenciam a ciência como e entre jogos de vontades de verdade, para as quais não há verdades racionais, já que a própria racionalidade da ciência é problematizada. De tudo, fica o conhecimento acerca da diversidade de perspectivas sobre a ciência, o conhecimento científico e o discurso científico.

Diversidade que é observada nos ensaios escritos por diferentes cientistas de diferentes disciplinas científicas e publicados por Santos (2004) no livro *Conhecimento prudente para uma vida decente*, no qual o papel central da argumentação em relação à ciência é ressaltado, sobretudo quando são tratadas as questões que se impõem nestes ensaios, dentre elas a questão da “racionalidade científica”. Esta, em vez de universal, deve ser entendida, conforme defende Regner (2004, p. 295), como uma “racionalidade em ação” e, enquanto tal, deve ser “situada”. Com essa abordagem sobre a “racionalidade situada”, entendemos em que se diferenciam os “argumentos retóricos” e os “argumentos científicos” e como estes últimos foram historicamente valorizados em detrimento dos primeiros.

Baseando-se na vertente da Retórica aristotélica, pouco explorada pela tradição, em que o conhecimento científico, com a demonstração necessária, consiste em saber usar adequadamente a linguagem e os recursos persuasivos, fazendo uma análise da “racionalidade situada” reconhecida nas investigações de Darwin, Regner (2004, p. 321) conclui que é preciso pensar as estratégias argumentativas dentro de seu contexto lógico-conceitual e histórico, de sua circunstancialidade, das suas intertextualidades. Isso significa considerar as seguintes questões: “ao argumentar, a quem queremos persuadir, a respeito do que, por quê, como”?

Essas questões representam a conclusão deste capítulo, pois elas guardam relação com os pressupostos da TS naquilo que importa ser considerado para a análise da argumentação do discurso científico.

O primeiro e fundamental pressuposto é o de que a argumentação se realiza conforme a situação de comunicação, cujas restrições constituem o contrato de comunicação que sobredetermina o *como dizer* do sujeito pesquisador. Nesse sentido, a argumentação desse

sujeito no discurso científico se realizará atualizando uma relação de poderes, de saberes e de vontades de verdade definida histórica e institucionalmente.

Essa relação pode ser apreendida com a observação de que instituições estão no controle em determinado momento histórico definindo vontades de verdade sobre ciência, sobre objetos de estudo, sobre quem pode ser sujeito pesquisador e sobre o que convém pesquisar.

A argumentação no ato de comunicação do sujeito pesquisador deve, portanto, ser realizada em função dessas instituições e de suas vontades de verdade. Isso nos orienta a definir as categorias de análise para representar as instituições e suas vontades de verdade a respeito da natureza e funcionamento do discurso científico, aqui tratadas como macrocategoria SGC, e também para representar a realização do discurso científico, abordadas como macrocategoria SEC.

Essas macrocategorias, bem como as categorias que as integram, serão consideradas em uma relação de interdependência, tal como ocorre entre as relações de poder, de saberes e de vontades de verdade que constituem todo discurso científico.

Tendo feitas essas considerações, que compreendem posicionamentos e definições teórico-metodológicas, dedicamos a seção seguinte à descrição da metodologia.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos o percurso metodológico definido para a realização desta pesquisa. Para tal, ressaltamos o que caracteriza o quadro metodológico da TS.

Charaudeau (2005) deixa claro que, do ponto de vista das ciências da linguagem, a análise do discurso não é experimental, mas empírico-dedutiva. Esse posicionamento possibilita entender que o analista do discurso parte de um material empírico, a linguagem, que já está configurada em uma certa substância semiológica (verbal). Essa configuração, com toda certeza única a cada enunciação, é objeto da observação do analista do discurso, que nela procede a recortes formais atuando de acordo com as categorias conceituais consideradas pertinentes.

A observação do analista do discurso deve ser orientada pelos objetivos de pesquisa considerados em relação ao tipo de objeto de estudo construído, bem como pela instrumentalização usada de acordo com os procedimentos escolhidos.

Sobre os objetivos da análise do discurso, Charaudeau (2005) chama atenção para um problema: deve ser objeto de pesquisa da análise do discurso “descrever as características gerais do funcionamento do discurso em geral ou as características particulares de um discurso particular, isto é, de um texto?”

Acerca das duas possibilidades ora em exposição, o teórico adota um posicionamento favorável a um determinado objetivo que especifica a TS:

Nosso objetivo de análise do discurso consiste em destacar as características dos comportamentos linguageiros (o “como dizer”) em função das condições psicossociais que os restringem segundo os tipos de situação de troca (os “contratos”). É uma dupla perspectiva, em relação de reciprocidade: que condições propiciam quais comportamentos linguageiros possíveis e quais comportamentos efetivos são propiciados por quais condições. É preciso, então, buscar os meios de estudar tais condições e tais comportamentos. (CHARAUDEAU, 2005).

Considerando, pois, a proposta teórico-metodológica da TS, tal como foi resumida, passamos a seguir a apresentar a metodologia definida para a presente tese. Nessa apresentação, explicamos os critérios e as decisões quanto à escolha do corpus e à definição dos procedimentos metodológicos.

4.1 Procedimentos de escolha da fonte dos documentos para análise da “situação global de comunicação” (SGC) científica da linguística

Como já ressaltado, na análise do discurso da TS, a análise do objeto de estudo deve ser orientada por uma dupla perspectiva – a descrição das condições psicossociais da

troca linguageira e os comportamentos linguageiros propiciados por essas mesmas condições. Em vista, sobretudo, dessa primeira possibilidade, orientamos a nossa escolha do corpus sobre cuja fonte passamos a explicar.

O nosso objeto de estudo é a argumentação concebida na perspectiva da TS. A implicação disso é que a argumentação se realiza como um modo de organização do discurso, estrategicamente desenvolvido e configurado segundo as condições de uma dada situação de comunicação. Tal situação de comunicação tem papel determinante sobre o contrato de comunicação que orienta como os discursos se realizam, por essa razão importa analisarmos tanto os dados externos quanto dos dados internos do contrato de comunicação, sobre os quais já explicamos no segundo capítulo.

Além disso, considerando as possibilidades de estudos previstas na TS, a análise da SGC e da SEC, também descritas no segundo capítulo, pode viabilizar o reconhecimento do contrato de comunicação sob estudo.

Por essa razão, inicialmente, a análise aqui definida partindo da identificação e da descrição de documentos de fontes variadas, mas considerados comuns por serem representativos da prática científica da linguística naquilo que concerne às instituições e às suas vontades de verdade sobre ciência, sobre *temas*, sobre *objetos* de estudo, sobre *quem* pode ser pesquisador e em razão de que *finalidade* as pesquisas podem/devem ser realizadas.

Com essa análise, podemos identificar as instituições que estão no controle da realização dos discursos, como se dá tal controle, o que essas instituições controlam, e, assim, podemos apreender como as relações de poder, de saberes e de vontades de verdade constituintes do discurso científico são atualizadas no contrato de comunicação analisado.

4.2 Procedimentos de escolha da fonte do *corpus* da “situação específica de comunicação” (SEC) da linguística

Para organizar o *corpus*, no qual objetivamos analisar a realização da argumentação no discurso científico, consideramos inicialmente a situação de comunicação em que o discurso científico da Linguística se realiza.

Com isso em vista, definimos como fonte o periódico da Revista da Associação Brasileira de Linguística, volume XIV, n. 2, de julho-dezembro de 2015 (Abralin, 2015). Trata-se de uma associação de reconhecida notoriedade no meio acadêmico-científico de estudos linguísticos do País, em cujo periódico as publicações são feitas obedecendo-se a padrões rigorosos de submissão e de avaliação.

O fato de ser um periódico de uma associação da área nos importa, principalmente porque associações desse tipo promovem sistematicamente um trabalho de debate intelectual e científico que tanto pode refletir quanto influenciar a prática científica e a prática discursiva do fazer científico nas áreas de Letras e Linguística no Brasil. É considerada uma instituição que atua em uma relação de interdependência com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os quais têm um papel de reconhecida importância sobre a prática científica do País.

A revista³³ da Abralín³⁴, associação que visa congrega os profissionais da Linguística, contribui para promover, desenvolver e divulgar entre os interessados os estudos da Linguística e da Linguística Aplicada. A Associação é composta de duas categorias de membros: efetivos e colaboradores. Os primeiros são aqueles que se dedicam direta ou indiretamente à pesquisa linguística ou exercem o ensino de Linguística ou de línguas em nível universitário. Os outros são aqueles interessados nos objetivos da Associação, mas que não atendem aos critérios exigidos de um membro efetivo.

A Abralín desenvolve um trabalho sistemático de promoção do debate científico mediante reuniões científicas, cursos, publicações e concessão de bolsas e de colaboração com entidades públicas ou particulares em programas de educação interessados em problemas de natureza linguística.

Para nos decidirmos por essa fonte, consideramos, portanto, as finalidades dessa Associação e a facilidade de acesso aos artigos científicos do seu periódico, disponível em formato digital, bem como o seu papel na circulação do discurso científico, por meio do qual é possível apreender os seus efeitos de sentido, os seus efeitos de influência.

4.3 Os documentos para a análise da “situação de comunicação global de comunicação” (SGC) científica da Linguística

Para a definição dos documentos para a análise da SGC científica da Linguística, consideramos o pressuposto teórico da TS, segundo o qual é da situação de comunicação que se origina o contrato de comunicação. Ela corresponde ao primeiro lugar de construção do domínio das práticas sociais em domínio de troca comunicacional (CHARAUDEAU, 2010),

³³ A edição da Revista sob estudo publicou 16 artigos, no entanto, dois estão publicados em língua estrangeira, razão pela qual não foram considerados para a análise.

³⁴ Informações extraídas do Estatuto Social da Abralín ([2015]).

para cuja descrição é preciso especificar, ainda que conceitualmente, as suas instâncias de comunicação, a sua finalidade discursiva e o seu domínio temático.

Em razão dessas imposições teóricas, definimos um conjunto de documentos relacionados às instituições de controle (FOUCAULT, 2011) da prática científica da Linguística, ou seja, que funcionam como instrumentos de controle tanto sobre a prática social quanto sobre a prática discursiva da ciência praticada em nosso País.

4.4 O *corpus* da “situação específica de comunicação” (SEC) da Linguística

Para a constituição do *corpus*, selecionamos 14 artigos científicos, publicados em português do Brasil, na Revista da Associação Brasileira de Linguística, volume XIV, n. 2, de julho-dezembro de 2015 (Abralin, 2015).

Trata-se de publicação semestral que tem o objetivo de publicar textos originais e inéditos (artigos, resenhas, retrospectivas, debates, questões e problemas) em teoria e análise linguística, em português, inglês, francês ou espanhol. No tocante exclusivamente aos artigos científicos, a submissão é livre, a indexação é obrigatória e a avaliação é feita por pelo menos dois avaliadores anônimos para julgamento de mérito.

4.5 Procedimentos e critérios de constituição dos documentos e do *corpus*

Neste subtópico, explicamos como e por que definimos os documentos e o *corpus* para a análise do que constituem a SGC e SEC.

4.5.1 Documentos relacionados à SGC científica da Linguística

No capítulo 2, apresentamos os pressupostos teóricos que definem a TS e tratamos de duas categorias conceituais, SGC e SEC. Essas situações em conjunto dão origem ao contrato de comunicação. Todo discurso só funciona em razão de seu contrato de comunicação, com isso em mente definimos os documentos para a análise da SGC científica da Linguística. São documentos que tratamos como instrumentos de controle sobre a prática científica da Linguística.

A análise destes documentos visa reconhecer os dados externos do contrato de comunicação: instâncias de comunicação e identidade dos sujeitos comunicantes, finalidade da situação de comunicação e propósito (domínio temático). Em outras palavras, esses

documentos cumprem aqui o papel dos discursos de representação de que trata Charaudeau (2013a) a partir dos quais se pode apreender aspectos da prática social em que os discursos se realizam.

Para a escolha desses documentos, consideramos a nossa própria experiência em relação ao que vivenciamos na nossa prática de pesquisa e também as mais recentes discussões³⁵ a respeito do que é pertinente à prática científica. O artigo de Alves (2016), a partir das reflexões sobre critérios de qualificação de periódicos na área de Letras e Linguística, também foi fundamental para ratificar nossas decisões.

Assim, decidimos considerar os documentos que integram o Quadro 3, apresentado na sequência.

Quadro 3 – Quadro de documentos de referência para a pesquisa científica

| |
|---|
| Histórico e missão da Capes e do CNPq |
| Avaliação de periódicos pela Plataforma Sucupira (antigo WebQualis) |
| Minuta ³⁶ de chamada pública para bolsas em Produtividade em Pesquisa - PQ |
| Relatório de avaliação de área da Linguística de 2013 |
| Entrevistas com linguistas |
| Nota do Editor e Apresentação da revista da Abralin, volume XIV, n. 2, de julho-dezembro de 2015. |
| Currículo Lattes dos autores dos artigos |

Fonte: Elaborado pela Autora

Quando tratamos do documento “entrevistas com os linguistas”, estamos nos referindo às entrevistas publicadas no livro *Conversando com linguistas* (2003). Para nós, esse livro representa um marco no estado de pesquisa da Linguística por duas razões: primeiro porque traz entrevistas realizadas com pesquisadores que se distinguem entre os seus pares pela experiência e pela contribuição para a prática científica no Brasil. Segundo porque as

³⁵As discussões a que nos referimos se tornaram muito evidentes no ano de 2016, muitas justificadas pelo contexto de transformação pelo qual passa a prática científica no Brasil, principalmente em relação ao corte de recursos. Essas discussões figuraram em redes sociais, em sites, e foram propiciadas por artigos publicados em sites dedicados ao debate sobre a ciência, a exemplo de *A qualidade da ciência brasileira exige realmente a volta do MCTI?*, de Nassar (2016) e *O ano em que o Brasil apequenou a ciência*, de Tuffani (2016).

³⁶Trata-se de uma chamada que não está no calendário regular do CNPq (BRASIL, 2016), mas é comum ser publicada com vistas a promover a valorização de pesquisadores de produção científica, tecnológica e de inovação de destaque em suas respectivas áreas do conhecimento e a incentivar o aumento dessas produções. Minuta disponível no site do CNPq.

entrevistas nos permitem interpretar as significações quanto à finalidade dessa ciência segundo o pensamento desses linguistas em um dado momento sócio-histórico.

4.5.2 *Corpus relacionado à SEC da Linguística*

O *corpus* relacionado a SEC da Linguística compreende 14 artigos científicos que realizam o discurso científico. Para a coleta dos artigos, adotamos os seguintes critérios:

1. critério de área de concentração: artigos científicos da área de Linguística;
2. critério de tempo: artigos científicos publicados mais recentemente, em 2015;
3. critério de idioma: artigos científicos publicados em português do Brasil.

Os artigos foram codificados segundo a ordem em que se apresentam na publicação e estão a seguir apresentados e identificados pelo código e pelo número da página do periódico.

Quadro 4 – Artigos da revista da Abralín

| |
|--|
| #1 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 31-40, jul./dez. 2015. |
| #2 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 41-49, jul./dez. 2015. |
| #3 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 53-71, jul./dez. 2015. |
| #4 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 73-91, jul./dez. 2015. |
| #5 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2015. |
| #6 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2015. |
| #7 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 123-147, jul./dez. 2015. |
| #8 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2015. |
| #9 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 171-192, jul./dez. 2015. |
| #10 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 193-214, jul./dez. 2015. |
| #11 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 2015. |
| #12 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 235- 254, jul./dez. 2015. |
| #13 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 255-270, jul./dez. 2015. |
| #14 O rizoma na base d'o trezinho do caipira. Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 289-312, jul./dez. 2015. |

Fonte: Elaborado pela Autora

Neste Quadro estão, portanto, apresentadas as identificações dos artigos que constituem o nosso *corpus* de análise com o qual objetivamos apreender os aspectos relacionados à SEC da Linguística e nos concentramos sobre a realização da argumentação. A seguir, tratamos dos procedimentos de análise.

4.6 SGC científica da Linguística: procedimentos de análise dos dados

Os procedimentos de análise aqui definidos devem ser pertinentes para o alcance do seguinte objetivo de pesquisa:

- ✓ Descrever o contrato de comunicação do discurso científico da Linguística.

Chamamos atenção para a relação de interdependência, que denominamos de relação de encaixamento entre a SGC e a SEC, bem como para o papel que essas duas situações de comunicação têm na constituição do contrato de comunicação.

Salientamos ainda como importa conceber a relação de interdependência mencionada. Entendemos que os discursos científicos da Linguística se realizam sob a influência de uma situação global de comunicação (SGC) científica em termos gerais, sob a influência de uma situação de comunicação científica da Linguística, com seus fundamentos epistemológicos gerais, os quais devem orientar a prática científica dessa área do conhecimento, e sob a influência de uma situação específica de comunicação (SEC) da Linguística, a qual define as vontades de verdades, os jogos de poderes e de saberes específicos em jogo.

Em função disso, apresentamos a seguir a ilustração de como o contrato de comunicação é teoricamente constituído em relação à SGC científica e à SEC científica da Linguística.

Figura 4 – Contrato de comunicação em relação à SGC e à SEC



Fonte: Elaborada pela Autora

Dessa ilustração podemos apreender a sequência de procedimentos adotada que consistem na análise da SGC científica da Linguística, ou seja, na análise de suas instâncias de comunicação, das identidades de quem pode realizar determinados discursos, da sua finalidade discursiva e do propósito (o seu domínio temático) a fim de definir os aspectos mais gerais da prática social da pesquisa científica da Linguística.

Em vista disso, concentramo-nos nos dados da SGC, que, em conjunto com a SEC, constituem o contrato de comunicação e podem ser visualizados na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Contrato de comunicação



Fonte: Elaborada pela Autora

Para a descrição da SGC científica da Linguística, observamos nos documentos as informações relacionadas às formas de controle usadas pelas instituições Capes, CNPq e pelos linguistas de destaque na prática científica brasileira.

São informações que tratam do que as instituições e os distintos pesquisadores concebem quanto à finalidade da prática científica da Linguística, de quais sejam as instâncias envolvidas e as identidades consideradas legítimas para essa prática e os temas que julgam relevantes para estudo.

4.7 Corpus relacionado à SEC da Linguística: procedimentos de análise dos dados

Este subtópico cumpre o papel de explicar os procedimentos de pesquisa adotados para o alcance dos objetivos seguintes:

- ✓ Descrever o contrato de comunicação do discurso científico em seus dados internos; e
- ✓ Analisar o funcionamento das condições de realização da argumentação.

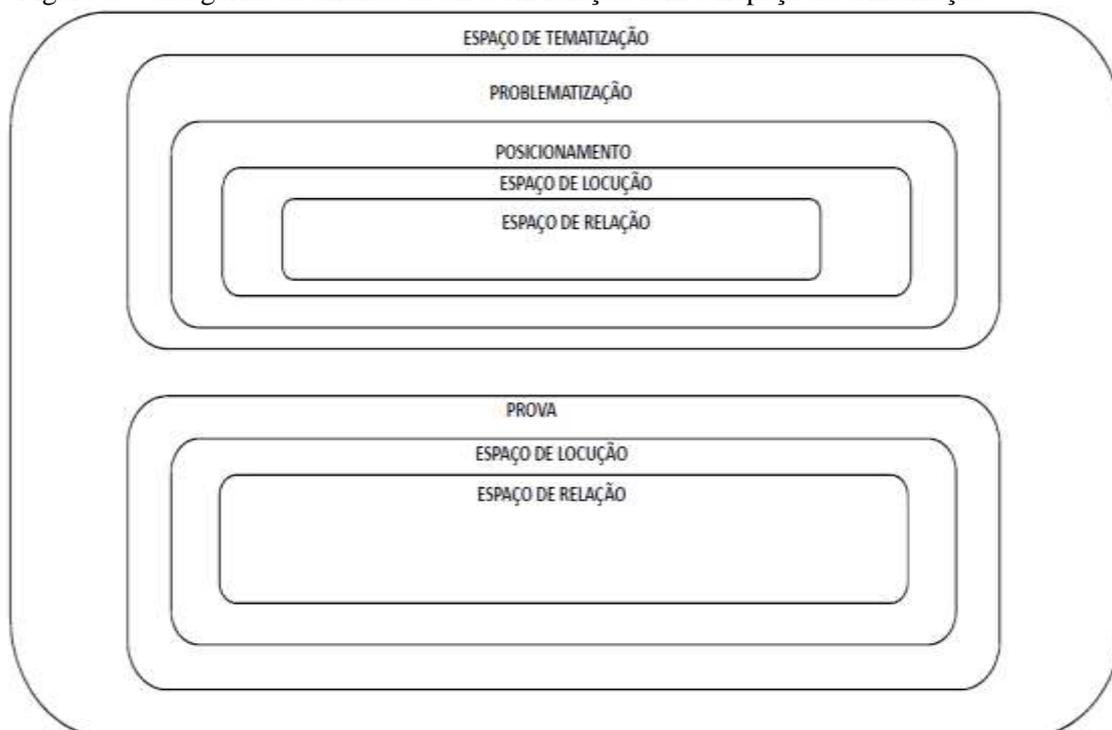
Em função do primeiro objetivo, definimos especificamente os procedimentos para a análise dos dados *espaço de locução*, *espaço de relação* e *espaço de tematização* que compreendem a SEC.

Para a análise desses espaços e das condições de realização da argumentação, adotamos como procedimento fazer recortes na materialidade textual dos artigos.

Para esses recortes, consideramos que um dado recorte textual pode compreender as nossas categorias de análise em uma relação de sobreposição. Por essa razão, partimos do reconhecimento das três condições de realização da argumentação – *problematização*, *posicionamento* e *prova* – para identificarmos na textualização dessas condições os *espaços de locução*, *de relação* e *de tematização*.

A leitura dos artigos nos revelou uma recorrência sobre como as nossas categorias de análise podem ser contempladas com a análise da materialidade textual. Isso nos orientou a definir que os recortes na materialidade textual fossem feitos considerando-se a inter-relação entre categorias, tal como ilustra a Figura 6, na sequência.

Figura 6 – Categorias de análise da SEC em relação com o Espaço de tematização



Fonte: Elaborada pela Autora

Para as categorias apresentadas na Figura 6, procedemos aos recortes na materialidade textual em que reconhecemos a *problematização* e, nesse recorte, analisamos os temas de estudo, o posicionamento e os procedimentos enunciativos (CHARAUDEAU, 2013a) adotados pelos sujeitos pesquisadores.

Para a análise das categorias *posicionamento* e *espaço de locução*, analisamos os procedimentos enunciativos que podem ser apreendidos pelo emprego de pronomes pessoais de primeira pessoa acompanhados de verbos modais, advérbios e de qualificativos que revelam a implicação do pesquisador e descrevem seu ponto de vista.

Para a análise das categorias de *posicionamento* e *espaço de relação*, analisamos os procedimentos enunciativos que podem ser apreendidos pelo emprego de pronomes pessoais de segunda pessoa também acompanhados de verbos modais, qualificativos e de outras denominações que revelam, ao mesmo tempo, a implicação do interlocutor, o lugar que lhe designa o pesquisador e a relação que se estabelece entre eles.

Em seguida, os procedimentos de análise da *prova* foram adotados observando-se os procedimentos discursivos (CHARAUDEAU, 2012) e os procedimentos enunciativos como forma de confirmarmos como se desenvolvem o *espaço de locução* e o de *relação*.

Uma vez realizada a análise das categorias da SEC, iniciamos a interpretação dos dados obtidos, observando a recorrência de efeitos de sentido considerando especialmente a inter-relação entre os efeitos de sentido apreendidos da SEC com os efeitos de sentido apreendidos da SGC, portanto, considerando os efeitos de sentido atualizados no contrato de comunicação do discurso científico dos pesquisadores da Linguística.

Essa etapa final de procedimentos de análise consiste na interpretação dos dados em sua totalidade para responder à nossa questão de pesquisa sobre como *funciona* a argumentação no discurso científico de pesquisadores da Linguística.

A noção de *funcionamento* implica considerarmos os efeitos de sentido que o contrato de comunicação sob estudo atualiza, portanto, tratar de *funcionamento* implica interpretar esses efeitos de sentido em relação à influência que os pesquisadores da Linguística pretendem exercer.

Uma vez apresentados os procedimentos, passamos a tratar no capítulo a seguir da análise dos dados obtidos.

5 ANÁLISE DOS DADOS: A ENCENAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO

No presente capítulo, retomamos o que é central na TS e principal referência da nossa tese. Todo ato de linguagem é um ato de comunicação que, analisado em uma problemática comunicacional e descritiva, deve ser considerado tendo em vista a relação entre linguagem e ação, uma relação que é ao mesmo tempo externa e interna ao ato de linguagem.

Com isso em mente, apresentamos a análise dos dados considerando duas etapas. Na primeira etapa, procedemos à análise da SGC científica da Linguística. Entendemos que os órgãos Capes e CNPq, com suas ações e instrumentos de ação, têm um reconhecido papel de influência sobre a prática acadêmico-científica do Brasil e, assim, exercem um papel determinante também sobre a prática científica da Linguística realizada, sobretudo, nos seus Programas de Pós-Graduação.

A análise de documentos tomados aqui como instrumentos de ação desses órgãos foi, então, realizada para tratarmos da SGC científica da Linguística. Para tal, concentramos a análise sobre as instâncias de comunicação, as identidades de quem pode realizar determinados discursos, a finalidade discursiva e o propósito (o seu domínio temático) dessa situação de comunicação a fim de definir os aspectos mais gerais da prática social da pesquisa científica da Linguística, entre os quais alguns estão os dados externos do contrato de comunicação.

5.1 Sobre a SGC científica da Linguística

A SGC e a SEC constituem o contrato de comunicação que orienta a realização do discurso científico da Linguística. Por essa razão, procedemos, nessa etapa, à análise dos da SGC com a qual é possível também reconhecer os dados externos do contrato de comunicação, sem fazermos uma separação precisa entre o que seria o contrato de comunicação das ciências em geral e o da Linguística.

A SGC compreende os dados externos do contrato de comunicação: finalidade, instâncias de comunicação e identidade, propósito e dispositivo.

5.1.1 Sobre a finalidade discursiva

O discurso científico de pesquisadores da Linguística é aqui tomado em seu aspecto externo com o objetivo de descrevermos a **finalidade** da situação de comunicação da

Linguística que deve orientar o sujeito pesquisador ao produzir um artigo científico e submetê-lo à publicação.

Para isso, procedemos à análise da SGC concentrando a análise nos documentos relacionados à SGC científica da Linguística. Trata-se de uma análise que visar da conta de questões como: o que imaginamos ou consideramos quanto ao fim a ser alcançado quando decidimos produzir e submeter um artigo científico para publicação; imaginamos ou consideramos que estaremos assim contribuindo com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, estaremos alcançando legitimação nesse campo de pesquisa, estaremos cumprindo normas estabelecidas para a prática científica desse campo, estaremos alcançando um conjunto de resultados inter-relacionados possibilitados pela prática científica da Linguística, compreendendo nisso a comunicação científica realizada por intermédio dos periódicos?

Do ponto de vista da análise dos documentos, a análise nos revela alguns aspectos que, em conjunto, podem constituir a finalidade da produção e da publicação da pesquisa científica realizada por meio de artigos científicos.

O poder Executivo brasileiro tem um papel determinante sobre a prática científica do País, em especial, por intermédio de órgãos como a Capes e o CNPq, por isso os reconhecemos como instâncias de controle que fazem parte da SGC. Ambos são caracterizados como símbolos do compromisso do Governo Federal com a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação como “elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira”.

O verbo mais recorrente na descrição das competências do CNPq, agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (atual MCTIC), é “promover”, usado em relação a finalidades como “formação de pesquisadores brasileiros”, “reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional”, “desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades do País”.

A Capes, fundação do Ministério da Educação (MEC), tem a sua razão de ser no desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação do Brasil, como se lhes atribuísse o compromisso de atingir as suas finalidades, tais como “mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento e pelas demandas da sociedade” e “busca de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais”.

O Qualis-Periódicos é um instrumento da Capes usado como um dos meios para alcançar as finalidades pretendidas por essa Coordenação, para avaliar e classificar a produção

científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Os critérios de avaliação são definidos de acordo com cada área de avaliação e aprovados pelos consultores especializados do Comitê Técnico-Científico (CTC), que procuram refletir a importância relativa dos periódicos para uma determinada área. Dessa forma, a classificação é feita pelos CTC de cada área de avaliação de acordo com os critérios gerais e específicos disponibilizados nos Documentos de Avaliação de cada área.

Segundo o Relatório de avaliação de área da Linguística de 2013, os critérios de avaliação Qualis-Periódicos são definidos visando fortalecer e consolidar os periódicos da Área de Letras/Linguística e propiciar a progressiva qualificação dos meios de divulgação científica e acadêmica da Área. Nesse sentido, são definidos parâmetros gerais e critérios específicos para classificação dos periódicos em estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C.

A análise ora descrita sobre as finalidades definidas pela Capes, pelo CNPq e pelo uso do instrumento Qualis-Periódicos nos permite interpretar os “efeitos de sentido” da finalidade concebida para a prática científica da Linguística: a busca pela qualidade da pesquisa. A palavra “qualidade³⁷” só tem o seu sentido apreendido no contexto de sua realização e, ainda assim, carece às vezes de esclarecimentos específicos. Como não temos uma definição específica para o que se designa como qualidade, consideramos o estrato A1 dos periódicos como referência do que seja o ideal de qualidade no âmbito da produção e da publicação de artigos científicos da Linguística no Brasil.

Disso entendemos que, do ponto de vista da SGC (externo), a finalidade que orienta a produção e a publicação de artigos científicos é a de promoção, de avaliação e reconhecimento ou não da qualidade da pesquisa científica. Logo, interpretamos que os pesquisadores da Linguística produzem e publicam artigos científicos orientados pela finalidade de promover a almejada qualidade da pesquisa científica e de ao atuarem em um processo de avaliação e de reconhecimento desta qualidade.

Charaudeau (2004) ressalta que cada situação de comunicação, em razão de sua finalidade, seleciona uma ou mais visadas, dentre as quais uma é dominante. Pressupõe (2008b) que a finalidade do discurso científico se caracteriza por uma visada *demonstrativa*, *um querer estabelecer* uma verdade, o que requer uma atividade de argumentação. O discurso científico do sujeito pesquisador deve, portanto, funcionar de maneira a demonstrar uma

³⁷Temos clareza de que a noção de “qualidade” em relação à ciência está implicada em um jogo de poderes, de saberes e, claro, de vontades de verdade. Logo, nesse âmbito, as definições de qualidade passam por questões de autoria, de temas, de lugares de produção, de circulação e de produtos da ciência. Na análise descrita no item 4.1, o termo qualidade pode ser entendido considerando-se o discurso científico quanto aos seus produtores e quanto aos lugares de sua produção e circulação.

verdade cuja pertinência só pode ser considerada em relação ao que é considerado “qualidade da pesquisa” para a SGC e a SEC da Linguística.

Para produzir e publicar seus artigos científicos, os pesquisadores da Linguística devem também considerar as finalidades dos periódicos a que submetem suas pesquisas, por isso consideramos ainda para análise da finalidade da situação de comunicação a *Nota do Editor* e a *Apresentação da revista da Abralín* vol. XIV, tal como exemplificamos no recorte apresentado a seguir no qual destacamos em negrito os trechos cujos sentidos são mais pertinentes para a análise ora realizada.

Em *Nota do Editor*, lemos:

*“É com muita alegria que socializamos ao **público leitor interessado em questões científicas de linguagem** a Segunda Edição de 2015 da Revista da Associação Brasileira de Linguística...”*

Ao que acrescenta:

*“**Trata-se de uma edição** organizada pelos Professores Roberto Leiser Baronas e Monica Baltazar Diniz Signori, ambos da UFSCar e se **debruça sobre os estudos discursivos: um dos campos mais profícuos das humanidades latino-americanas**. A edição em questão segue fielmente a política editorial da revista que é dar visibilidade e circulação irrestrita a pesquisa linguística **competentemente engendrada no Brasil**, pelos linguistas brasileiros, nas mais diversas escolas e domínios dos estudos linguísticos”*

Os recortes agora nos confirmam com precisão o que pode ser interpretado como qualidade na prática científica da Linguística. Observamos como, de fato, a SGC de pesquisa da Linguística define a finalidade de comunicação que, ao mesmo tempo, restringe os pesquisadores a produzirem e a publicarem os seus artigos com vistas a fazê-lo em favor de uma qualidade prevista pelas instituições e instrumentos de controle (Capes, CNPq, Qualis-periódico e política editorial da revista da Abralín).

A qualidade almejada nessa SGC pressupõe o tema – “questões científicas de linguagem” -, o campo disciplinar – “estudos discursivos” -, a identidade de quem está reconhecidamente legitimado para produzir e publicar artigos científicos – “pesquisa científica competentemente engendrada no Brasil”.

Como “efeitos de sentido”, interpretamos nessa parte da análise que a finalidade da situação de comunicação pode ser alcançada se os pesquisadores reconhecerem, ao produzirem seu discurso, o que devem abordar (tema), de que lugar, no âmbito dos estudos linguísticos (campo disciplinar), devem falar e o papel de suas pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos brasileiros (papel epistemológico da pesquisa).

5.1.2 Sobre a identidade

Para tratarmos da condição de **identidade** como dado externo do contrato de comunicação, também consideramos o pressuposto de Charaudeau (2008b), segundo o qual a **identidade** dos participantes da troca linguageira é a de pares, de sujeitos que supostamente têm as mesmas referências de saber especializado e partilham uma posição de neutralidade ideológica. A identidade concebida dessa forma influencia no “como dizer” do discurso, porque o sujeito pesquisador pode operar com um vocabulário mais especializado, pode ser mais conciso nas explicações, mas, ao mesmo tempo, pode se antecipar aos posicionamentos do sujeito-alvo (interlocutor) e, assim, ser mais criterioso quanto ao uso de definições, citações e esclarecimentos.

Para essa parte da análise, concentramos a nossa atenção sobre os mesmos documentos relacionados à SGC, mas também no documento que trata do Qualis-Periódico e a Minuta que trata da Produtividade em Pesquisa (PQ).

Para Charaudeau (2015) a identidade cultural não é uma essência e sim um processo de descoberta de si que depende de uma relação com o outro, em um dado contexto sócio-histórico, por isso - e também por considerarmos o ideal de qualidade já explicado no tópico anterior (5.1.1) - procedemos à análise da **identidade** a partir de uma perspectiva ideal sobre os sujeitos pesquisadores da Linguística.

Sob essa perspectiva, consideramos as características que podem definir essa identidade ideal observando as exigências dos periódicos classificados no estrato A1 e as previstas nos critérios de seleção de Produtividade³⁸ em Pesquisa (PQ).

³⁸A classificação, o enquadramento e a progressão do bolsista de Produtividade em Pesquisa, por categoria e nível devem obedecer aos critérios gerais: produção científica, formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação, contribuição científica e tecnológica e para a inovação, coordenação ou participação principal em projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência e tecnológica. Para ser classificado como bolsista de PQ na categoria 1, o candidato deve comprovar na ocasião da implementação da bolsa o tempo mínimo de oito anos de doutorado. Nessa categoria mais elevada, o candidato pode ser enquadrado em quatro níveis (A, B, C, D), que se diferenciam pela avaliação do Comitê com base nos critérios gerais, mas também pela avaliação da inserção nacional e internacional, a partir de palestras e assessorias ministradas *ad hoc* a revistas nacionais e

Os critérios de avaliação do estrato A1 relacionados aos sujeitos pesquisadores são estabelecidos com um ideal de pesquisadores que sejam “preferencialmente doutores, capazes de produzirem artigos de alta qualidade com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área, que publiquem em periódicos com indexação no Brasil e no exterior e em periódicos que sejam referência internacional para a Área”.

A PQ tem a finalidade de fomentar a pesquisa mediante a concessão de bolsas aos pesquisadores que se destacam entre os seus pares, conforme critérios normativos definidos pelo CNPq e outros específicos definidos pelos Comitês de Assessoramento (CAs) desse órgão.

Com base nisso, consideramos os critérios de avaliação do estrato A1 do Qualis-Periódico e da categoria 1A de PQ para analisarmos os currículos *lattes* dos sujeitos pesquisadores, autores dos artigos, observando: atuação no ensino superior, atuação no ensino em Programa de Pós-Graduação, título acadêmico, publicação em periódicos internacionais e classificação em PQ.

Consideramos que esses formam o espelho que os sujeitos pesquisadores brasileiros podem considerar como referência. Charaudeau (2015, p. 18) destaca que é somente ao perceber o outro como diferente que pode nascer a consciência identitária. Para a explicação desse entendimento, Charaudeau assim raciocina: “Ele é diferente de mim, logo, eu sou diferente dele, então eu existo.”

Há, assim, um jogo dialético entre o pesquisador real e o ideal. Do ponto de vista da SGC da realidade, os sujeitos são os autores dos artigos científicos publicados na revista da Abralin, cujo perfil apresentamos no quadro abaixo.

internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, além do envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou plenárias de congressos (BRASIL, 2015). Conforme tabela publicada no DOU de 12/04/2013, Seção 1, página 7, a bolsa destinada a um pesquisador de PQ 1A é de R\$ 1.500,00 mais R\$ 1.300,00 de adicional de bancada.

Quadro 5 – Perfil dos pesquisadores

| Perfil dos Pesquisadores | | | | | |
|-------------------------------|------------|---|--|----|---------------------------------------|
| Perfil do Pesquisador (autor) | Titulação | Professor de Instituição de Ensino Superior | Vinculação Com programa de Pós-Graduação | PQ | Publicação em periódico internacional |
| P. 1 | Dr. | S | S | 1B | 5 |
| P. 2 | Dr. | S | S | 1A | 12 |
| P. 3 | Dr. | S | S | N | 1 |
| P. 4 | Dr. | S | S | 2 | 6 |
| P. 5 | Dr. | S | S | 2 | 0 |
| P. 6 | Dr. | S | N | N | 0 |
| P. 7 | Dr. | S | S | N | 2 |
| P. 8 | Dr. | S | S | N | 4 |
| P. 9 | Dr. | S | S | N | 1 |
| P. 10 | Dr. | S | S | N | 1 |
| P. 11 | Dr. | S | S | N | 0 |
| P. 12 | Dr. | S | S | N | 7 |
| P. 13 | Graduando* | N | N | N | 0 |
| P. 14 | Dr. | S | S | N | 0 |

Fonte: Elaborado pela Autora

São 14 sujeitos-pesquisadores, 13 com título de doutor e atuação em instituição de ensino superior, 12 com atuação em programa de pós-graduação, somente 1 é bolsista PQ 1A, 1 é bolsista PQ 1B e 2 são bolsistas PQ 2, 9 deles têm publicação internacional.

Considerada com base nessas características, a identidade dos sujeitos pesquisadores da Linguística já pode ser considerada reflexo da chamada modernidade tardia (HALL, 2015) ou da pós-modernidade (SANTOS, 2004), marcada por transformações que se impõem sobre as vontades de verdade acerca de critérios de cientificidade e mudanças na vida pessoal desses pesquisadores.

Hall (2015) cita Laclau para enfatizar que as sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela “diferença”, são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito”, de identidades para os indivíduos. Por isso, o Quadro 5 ora apresentado nos faz ver que não temos mais como pensarmos o sujeito cientista universal, mas podemos pensar um sujeito pesquisador que, no caso da Linguística, deve se diferenciar não só pelas pesquisas científicas que realiza, mas também pela forma como se insere e como se diferencia na área, quanto ao paradigma e entre paradigmas epistemológicos: trata-se de considerar se é um pesquisador da categoria x ou y, se publica dentro ou fora do País, se atua ou não para impulsionar as pesquisas e como faz isso.

Alves (2016), conforme apresentamos na introdução dessa tese, reivindica critérios para a avaliação da produção acadêmica da área de Letras e de Linguística,

propondo, para a avaliação de periódicos³⁹, indicadores qualitativos que os diferenciem em termos de relevância e eficiência comunicativa. A partir de sua pesquisa na área de Literatura, conclui que não é comum na prática científica a consulta⁴⁰ de periódicos para a realização de estudos publicados nas dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação avaliados pela Capes. Tal constatação a leva a refletir sobre a relação entre o pesquisador e os inúmeros periódicos em circulação no País, o que nos faz presumir que há um ideal de identidade para o sujeito pesquisador de Letras e de Linguística, cujo conhecimento precisa ser publicado, compartilhado e avaliado no Brasil e no mundo.

Essa mesma constatação sobre a identidade ideal do pesquisador talvez explique por que os pesquisadores em formação (DA ROSA, 2013) não têm usado os periódicos da área como referência em seus estudos. Vimos que os periódicos pressupõem um ideal de pesquisadores que, conforme o contrato de comunicação do discurso científico (CHARAUDEAU, 2008a), devem falar para os seus pares.

A condição de que os pesquisadores mais experientes devam falar aos seus pares não implica em dizer que os pesquisadores em formação não tenham competência para serem os interlocutores dos pesquisadores que publicam nesses periódicos, mas revela um aspecto que pode caracterizar a prática científica da Linguística. Nessa prática há uma valorização dos periódicos da área? Os pesquisadores que neles publicam têm em vista essa prática considerando os possíveis interlocutores em sua totalidade: a graduação, a iniciação científica e os Programas de Pós-Graduação acadêmicos e profissionais? O próprio processo de produção e de publicação do conhecimento em Linguística está bem definido quanto ao papel científico dessa área de conhecimento?

Essa é uma reflexão que surge como resultado da análise da **identidade** dos pesquisadores da Linguística, que é marcada pela necessidade da legitimação e da produtividade.

Legitimação e produtividade são entendidas como restrições que, no espaço e no tempo previstos para publicações na revista da Abralín (2015), produzem efeitos sobre a

³⁹Segundo a pesquisa de Alves (2016), são mais de 1600 periódicos somados entre nacionais e estrangeiros de Letras e de outras áreas citados por professores credenciados nos Programas de Pós-Graduação da área (mais de 140) em suas rotinas de recolha de dados da produção científica para o relatório trienal (agora quadrienal) da Capes.

⁴⁰Na pesquisa em questão, constata-se uma prática em que é pouco comum: a pesquisa em artigos científicos nos periódicos da área para fundamentar dissertações e teses. Disso resulta a solução sugerida pela pesquisadora de que se crie um banco de dados para se acompanhar a relação entre a produção científica dos Programas de Pós-Graduação e os periódicos da área, paralelamente a um processo mais rigoroso de avaliação da qualidade dos periódicos considerada em sua relação com a área, na sua atualização editorial, no seu acesso facilitado e no devido reconhecimento de sua qualidade para a comunidade científica.

identidade dos pesquisadores. Estamos nos referindo à classificação na avaliação de Qualis-Periódico da Revista que está apresentada em um quadro apresentado na Figura 7, que segue.

Figura 7 – Avaliação de Qualis-periódico da revista da Abralín

| Qualis/Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| A1 | | | | | | |
| A2 | | | | | | |
| B1 | | | | | | |
| B2 | | | | | | |

Fonte: Elaborada pela Autora

Como “efeitos de sentido”, interpretamos com a análise da classificação do Qualis-periódico que a identidade prevista para a situação de comunicação científica da Linguística pode ser alcançada se os pesquisadores reconhecerem, ao produzirem o seu discurso, que devem assumir uma identidade de competência e de distinção. Do ponto de vista social, a construção dessa identidade compreende ações como atuar no ensino superior, atuar em Programas de Pós-Graduação, publicar em periódicos de reconhecida qualidade (com indexadores, com alto Fator de Impacto, nacionais e internacionais), e a produtividade implica a quantidade de publicações, de submissões de projetos, de atuação em eventos científicos, entre outros critérios.

5.1.3 Sobre o propósito

Charaudeau (2008b) pressupõe que o **propósito** do discurso científico é sempre objetivado, se inscreve em um macrotema geralmente constituído de um objeto que é definido segundo a disciplina de referência.

Para a análise do **propósito**, consideremos o livro *Conversas com linguistas* (2003) e nele tomamos como referência a pergunta⁴¹ *Para que serve a Linguística?*, a que faz

⁴¹A pergunta em questão faz parte do conjunto de entrevistas que compõem o livro *Conversas com linguistas*, cuja produção e publicação se deu com o interesse principal de “Mostrar a grande heterogeneidade em torno dos conceitos básicos que sustentam a linguística enquanto campo de estudo científico e divulgar o que é, como trabalha e para que serve a chamada ciência-piloto das ciências humanas [...]” (XAVIER; CORTEZ, 2003, p. 11).

parte de uma entrevista informal, mas padronizada, realizada com linguistas brasileiros com mais de 20 anos de experiência como professores e pesquisadores.

As entrevistas foram publicadas na primeira edição do livro, em 2003. Apesar do tempo, analisamos as respostas dos entrevistados observando o que é mais recorrente a fim de identificarmos um possível macrotema da área de Linguística. Assim o fizemos porque acreditamos não ter ocorrido nesse intervalo de tempo uma revolução científica (KUHN, 2013) capaz de modificar significativamente os temas de pesquisa da área.

Com a análise, observamos que a maioria dos linguistas entrevistados acredita que a Linguística *serve para* estudar a linguagem e, com isso, atingir outros fins. Está claro que a pergunta já foi elaborada sob o pressuposto de que a Linguística tem uma finalidade, de que os estudos empreendidos na área devem gerar algum resultado e/ou devem ter uma função, partindo, portanto, de um ponto de vista da sua utilidade/função científica. Isso fica evidente quando observamos a segunda maior recorrência nas respostas, que atribuem à Linguística o papel de estudar a linguagem *para* produzir conhecimentos para entender o homem, entender a interação humana, propiciar o ensino.

O macrotema que se advoga para a Linguística é a linguagem em relação ao que o seu estudo pode proporcionar em forma de conhecimentos. Disso apreendemos uma perspectiva de ciência utilitária, que deve servir para alguma finalidade.

Após a análise da pergunta sobre a finalidade da Linguística, passamos ao segundo momento, em que analisamos a revista da Abralín de 2015 (Vol. 2). Trata-se de uma revista temática que reuniu artigos sobre os estudos discursivos já apresentados em textos das conferências e mesas redondas do V Colóquio da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled), realizado no Brasil em maio/junho de 2014.

Com a definição dessa temática, a Revista perseguiu o objetivo de descrever as múltiplas possibilidades de novos canteiros de trabalho engendradas com base nas mais diferentes ferramentas dos estudos do discurso. Para tal, considerou a apresentação de 19 textos, dos quais 16 foram publicados em forma de artigos científicos na Revista.

Pela primeira vez, desde a primeira edição da Revista, em 2002, houve uma publicação integralmente dedicada a esse tema. Segundo os seus organizadores, Roberto Baronas e Mônica Signori, essa edição representa um recorte do que vinha sendo pesquisado à

época em termos de estudos discursivos⁴² no contexto brasileiro, no francófono e no espanhol americano.

A publicação foi organizada em cinco partes, cada uma representando metonimicamente alguns dos novos canteiros de trabalho com o discurso: “Discurso e Análise do discurso”, “Discurso e intervenção social”, “Discurso e novas materialidades”, “Discurso e Web” e “Discurso e novos diálogos teórico-metodológicos”.

A publicação da Revista ocorre no mesmo ano da publicação do livro de Maingueneau “Discurso e análise do discurso” (2015), em que ele enfatiza a diferença entre o campo dos “estudos de discurso” e o “campo da análise do discurso”, que opera com um ponto de vista específico sobre o discurso. Essa ênfase é fundamental para entendermos que a expressão “estudos do discurso” deve ser usada para se referir ao conjunto de pesquisas vinculadas às problemáticas do discurso e que a expressão “análise do discurso”, entendida como disciplina, deve ser usada para designar os estudos em que a análise se concentra sobre o discurso com atenção particular aos fatos da língua.

Somente a análise dos dados internos do contrato de comunicação, no caso o propósito, a tematização, permitirá precisar em que perspectiva o discurso foi problematizado nos artigos.

No momento, essa análise só nos permite afirmar que a definição da temática “estudos discursivos” não guarda estreita relação com os temas pensados pelos linguistas entrevistados quando responderam sobre a finalidade da Linguística.

Isso pode ser interpretado como um processo natural de toda prática científica, também como um processo de avanço da pesquisa em Linguística, porque novos temas implicam novas problematizações, novos conhecimentos e podem provocar mudanças no paradigma epistemológico ou fortalecê-lo.

Kuhn (2013) lembra que o paradigma é um objeto a ser melhor articulado e precisado em condições novas ou mais rigorosas. A revista da ABRALIN, ao definir a temática sobre “estudos discursivos”, está cumprindo o papel de contribuir para redirecionar o paradigma e o estado de pesquisas da área.

O físico (KUHN, 2013) também salienta que a articulação de paradigmas e a precisão quanto a outros objetos de estudo podem definir o sucesso do paradigma que domina uma dada prática científica. Para ele, uma ciência normal opera com a atualização da

⁴²A expressão “estudos discursivos” foi usada pelos organizadores na Apresentação da Revista, mas aparentemente sem a intenção de demarcar a diferença da “análise do discurso”, tal como Maingueneau propõe.

promessa de sucesso que é própria de um dado paradigma, atualização que se obtém com a ampliação do conhecimento daqueles fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando a correlação entre esses fatos e as previsões do paradigma e articulando ainda mais o próprio paradigma.

A temática dos estudos discursivos na revista da Abralín reflete um estado atualizado do paradigma da Linguística no que diz respeito aos estudos sobre os discursos. Se, em 2003, o paradigma operava com uma finalidade para o seu fazer científico considerando-se a finalidade geral da ciência linguística, em 2015, esse paradigma, dadas as restrições do contrato de comunicação, opera com um fazer em que é preciso estudar a linguagem, mas não para entender o seu funcionamento em si, mas sim para entender o seu funcionamento em relação a outras problematizações.

Entendemos que a análise de uma das edições da Revista da Abralín não é suficiente para afirmarmos que o estudo da linguagem na perspectiva dos estudos discursivos define o paradigma da Linguística, mas essa análise nos autoriza a afirmar que, no intervalo de tempo 2003-2015, a pesquisa em Linguística compreendeu dois momentos.

No primeiro, as problematizações feitas sobre objetos relativamente esotéricos (KUHN, 2013) se deram sob as restrições mais rígidas do paradigma, o que é essencial para o seu fortalecimento; no segundo, as novas problematizações só são possíveis com o afrouxamento das restrições do paradigma, o que provoca mudanças no comportamento dos cientistas quanto à natureza dos problemas de pesquisa.

No primeiro, foi preciso fortalecer o paradigma, por isso a Linguística era concebida pela sua função de explicar o funcionamento da linguagem e, disso, produzir conhecimentos para outros fins.

No segundo, o funcionamento da linguagem parece estar compreendido, descrito, por isso foi preciso pensar a linguagem em seu caráter multifacetado, por isso também os estudos se concentraram sobre o discurso e os linguistas impuseram a si e aos estudos linguísticos a reformulação das problematizações, o que certamente revela o caráter evolutivo da prática científica tanto em relação à Linguística quanto aos estudos discursivos.

Essa constatação nos faz pensar na questão sobre por que as problematizações da ciência mudam. Para Kuhn (2013) há três classes de fatos não necessariamente distintos que podem explicar a origem ou a razão das problematizações.

Há uma classe de fatos que o paradigma mostrou ser particularmente revelador da natureza das coisas. Ao serem empregados na resolução de problemas, o paradigma os torna merecedores de uma determinação mais precisa, numa variedade maior de situações. Isso

talvez corresponda ao estado da pesquisa linguística em que se fez preciso entender a linguagem em si, o seu funcionamento, para o que se fez necessário um investimento no uso da precisão, da segurança e do alcance dos métodos na realização dos estudos linguísticos.

Há uma segunda classe mais restrita de fatos relativos a fenômenos que podem ser estudados e comparados com as previsões da teoria do paradigma, ou seja, que podem confirmar o quanto a teoria se aproxima da realidade que visa descrever ou explicar. Por exemplo, ao se estudar a linguagem para conhecer o seu funcionamento e apontar como esse conhecimento pode contribuir para melhorar o ensino, para melhorar a comunicação humana, para entender a variação linguística, é possível ampliar a compreensão do funcionamento da linguagem e suscitar o estudo de outros fenômenos que esse funcionamento compreende.

Há uma terceira classe de fatos que as experiências e observações do paradigma já trataram, mas que deve ainda ser considerada em um trabalho empírico empreendido para articular a teoria do paradigma⁴³, resolvendo algumas de suas ambiguidades residuais e permitindo a resolução de problemas para os quais a teoria anteriormente só havia chamado a atenção. Trata-se de uma outra possibilidade de problematizações que o paradigma permite, que consiste na confirmação ou não das teorias já formuladas e estabelecidas por meio de estudos empíricos.

Em relação ao paradigma que orienta os estudos em Linguística, Gregolin (2005), destaca o que para Pêcheux é a marca da ciência Linguística. Pêcheux se posicionou acerca da história epistemológica da Linguística e defendeu que a transição é o que caracteriza a história dessa ciência.

Gregolin (2005) destaca também a posição de Pêcheux, o qual, ao considerar os estudos linguísticos no contexto observado no início de 80, classificou a história epistemológica da Linguística como uma alternância de *diásporas* reais e de *reunificações* enganadoras. Assim o fez porque identificou que as ideias linguísticas se desenvolviam na época em uma relação de retomadas e de negações do objeto língua.

Para Pêcheux (1982 *apud* GREGOLIN, 2005, p.102), a história das ideias linguísticas teve um estranho destino porque não se fez por um desenvolvimento autônomo, retilíneo e cumulativo de um núcleo de conhecimento do objeto língua, em vez disso, ““o próprio da língua” tornou-se um objeto residual da pesquisa linguística”.

⁴³Atualmente o paradigma da Linguística Textual tem sido objeto de reflexão quanto à feição que a Linguística Textual, em suas interfaces disciplinares e perspectivas teóricas, assume no Brasil. A realização do I Simpósio de Linguística Textual, como uma iniciativa do Grupo Protexito, é um exemplo de como as classes de fatos são tomadas para problematizações e como estas podem definir o paradigma.

O referido posicionamento de Pêcheux nos dá uma ideia de como os fatos vão se constituindo objeto de problematizações previstas em um dado paradigma (KUHN, 2013). O contexto observado por Pêcheux para tratar da história epistemológica da Linguística propiciava que determinados fatos poderiam integrar os estudos linguísticos e não outros.

Segundo Gregolin (2005, p. 102), Pêcheux defendeu que “o próprio da Linguística” é indissociável das “escolhas mediante as quais se constitui e se transforma a rede de suas alianças”, que resultam de determinações históricas. Com isso, entendemos que não podemos definir objetivamente o que é o objeto de estudo próprio da Linguística, pois esse objeto é definido pelo que Pêcheux designou como uma “trama histórica”.

A trama histórica mencionada foi o que, conforme Pêcheux, definiu o destino das pesquisas linguísticas em torno de aceitações e recusas às propostas saussureanas. Além disso, Gregolin afirma que esse teórico reconheceu o que para ele é primordial na doutrina saussureana: o fato de a proposta saussureana defender que a linguagem, sob qualquer ponto de vista estudado, é um objeto duplo. A partir desse reconhecimento, Pêcheux propõe que a língua deve ser pensada pela lógica de suas regras (o seu funcionamento em si) e pelo jogo sobre as regras (condições e modos de uso da língua), razão pela qual a Linguística precisa acolher a ambiguidade, a contradição e o jogo, os quais são propriedades intrínsecas ao seu objeto de estudo.

Esse caráter duplo da língua nos possibilita entender por que os linguistas entrevistados e citados no livro *Conversando com linguistas* (2003) posicionaram-se na defesa de que a finalidade da Linguística é o estudo do funcionamento da linguagem.

Certamente, se investigássemos sobre os temas definidos para os estudos linguísticos nesse contexto histórico que envolve o ano de 2003, observaríamos que os temas se concentravam sobre o funcionamento da linguagem, porque a trama histórica e epistemológica da época assim o determinava.

Recorremos ao posicionamento de Pêcheux para tratarmos do que pode ser definido como o *propósito* da SGC da Linguística, ou seja, como possíveis temas de estudo na Linguística. Disso nos ficou claro que, se em 2003, os principais linguistas do País defendiam que o papel da Linguística era o de explicar o funcionamento da linguagem, é porque certamente a escolha de temas dessa natureza para estudos era influenciada por certas determinações históricas (sociais e epistemológicas), então, podemos presumir que os temas desenvolvidos nos artigos científicos que analisamos também foram definidos pelo mesmo tipo de determinação.

Do que lemos em Gregolin (2005) acerca dos posicionamentos de Pêcheux sobre a história epistemológica da Linguística, interpretamos que o *propósito*, os temas de estudo dessa área são definidos considerando-se a linguagem como um objeto duplo, razão pela qual o estudo de temas concentrados tanto sobre o funcionamento da linguagem quanto sobre as condições que propiciam tal funcionamento são possíveis nessa área de estudo.

Assim, como síntese dessa parte da análise, concluímos que a SGC científica da Linguística orienta a produção dos discursos dos pesquisadores segundo as seguintes restrições: instâncias de comunicação, as relações instauradas entre essas instâncias, a finalidade discursiva visada pela SGC e o domínio temático a ela filiado.

Em outras palavras, trata-se de uma situação na qual se relacionam instâncias de comunicação que reconhecemos como instâncias institucionais, como são exemplos a Capes e o CNPq, os Programas de Pós-Graduação, as associações, tal como a Abralín, e as Universidades. Essas instâncias atuam em um processo de interdependência com fazeres e poderes específicos que as permitem exercer influência uma sobre as outras.

Quanto à finalidade discursiva da SGC da Linguística, observamos que convém a essa área do conhecimento se desenvolver a fim de produzir conhecimentos sobre a linguagem conforme as determinações históricas e epistemológicas em questão. Essas determinações são fundamentais para entendermos por que não podemos precisar objetivamente o domínio temático sobre o qual a Linguística se concentra, mas podemos concluir que a Linguística tem o papel de problematizar a linguagem seja em seu funcionamento seja naquilo que condiciona este funcionamento.

O reconhecimento das instâncias de comunicação envolvidas na SGC da Linguística nos permite ainda concluir que identidades são previstas para os sujeitos falantes dessa situação. Observamos que instâncias institucionais como Capes e CNPq impõem restrições que fundamentam a prática científica do País e, conseqüentemente, a prática científica da Linguística, sobretudo, por meio das determinações impostas aos Programas de Pós-Graduação. Isso nos permite concluir que se impõe sobre os pesquisadores dessa área uma exigência de legitimação e de produtividade, o que, em outros termos, significa que, para se legitimarem, os pesquisadores precisam realizar determinadas conquistas relacionadas a publicações, a experiências profissionais e científicas reconhecidas conforme os valores e critérios institucionais.

Em síntese, são as restrições supracitadas que constituem a SGC da Linguística, área de conhecimento que se desenvolve com o estudo da linguagem conforme toda a abrangência e complexidade que envolve esse objeto de estudo. Para tratarmos dos aspectos

mais específicos, a seguir, apresentamos a análise da SEC da Linguística considerando-se os artigos científicos que constituem o nosso *corpus*.

5.2 Sobre a SEC dos pesquisadores da Linguística

Nesta seção, apresentamos a análise das condições de realização da argumentação, o que requer considerarmos os procedimentos de análise do *corpus*. Conforme prevê a TS, a argumentação se realiza segundo a sobredeterminação de um contrato de comunicação, o qual compreende dados ou condições externas, sobre os quais tratamos na análise da SGC da Linguística, e dados ou condições internas, sobre os quais tratamos nesse tópico sobre a SEC dos pesquisadores da Linguística.

Para a análise que ora apresentamos, realizamos recortes nos artigos científicos a fim de nos concentrarmos sobre as partes do texto em que identificamos a realização das condições que constituem a SEC. Nessa situação, podemos reconhecer como efetivamente se dá a realização do discurso, por isso temos condições de analisarmos especificamente que finalidade discursivas orientam a realização dos discursos apreendidos nos artigos científicos, bem como as identidades sociais e discursivas assumidas nessa situação e o domínio temático desenvolvido nos artigos científicos sob estudo.

Com a leitura dos artigos científicos, observamos nos trechos recortados no texto determinadas sobreposições que tornaram a nossa análise mais prática. Por exemplo, na análise dos textos, ao mesmo tempo em que pudemos reconhecer as finalidades discursivas também pudemos reconhecer a condição de realização da argumentação designada na TS como problematização. Do mesmo modo, ao procedermos à análise do domínio temático, também pudemos reconhecer as especificidades dessa situação de comunicação e a condição de realização da argumentação designada na TS como provas.

Como já pressupõe a TS, o domínio ou *espaço de tematização* é desenvolvido segundo um modo de organização definido segundo a finalidade da situação de comunicação. Com isso, torna-se claro que o tema é textualmente desenvolvido quando o pesquisador problematiza, se posiciona e prova a verdade que deve ser demonstrada na realização de um discurso científico.

Com isso em mente, procedemos à análise concentrando-nos na leitura completa dos artigos, no desenvolvimento do tema a fim de reconhecermos o tema sob estudo, a realização da problematização, do posicionamento e das provas e das identidades convocadas pelos pesquisadores.

Por essa razão, organizamos esta seção tratando inicialmente dos temas desenvolvidos nos artigos científicos, depois, tratando da problematização realizada, do posicionamento assumido pelo pesquisador e da função que a problematização tem na realização do discurso científico da Linguística.

Em seguida, conforme os exemplos que apresentamos, explicamos como se realizam as provas na atividade argumentativa dos artigos científicos.

Importa ressaltar que a análise de como o tema é textualmente desenvolvido nos artigos científicos nos possibilitou também tratar dos chamados procedimentos enunciativos. A análise desses procedimentos viabiliza a análise dos chamados espaços de locução e de relação, ou seja, os espaços que também constituem os dados internos do contrato de comunicação.

5.2.1 Tipos de temas observados na problematização

A *problematização* de que tratamos aqui consiste em uma das três condições de realização da argumentação. Conforme já explicamos no segundo capítulo, trata-se da atividade discursiva com a qual o sujeito falante propõe ao outro um domínio temático que pode ser questionado por outro sujeito interlocutor.

Para a análise e para a discussão dos resultados obtidos, primeiro identificamos as problematizações e, depois, procedemos ao reconhecimento da função que essas problematizações desempenham na realização dos artigos científicos de pesquisadores da Linguística.

Esse reconhecimento se deu observando-se em que consistem as problematizações, que denominamos de problematizações argumentativas, realizadas nos discursos científicos e como podem ser interpretadas quanto ao seu papel na atividade científica de que fazem parte.

Por exemplo, no artigo identificado como #2 Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 41-49, jul./dez. 2015, observamos que a problematização consiste na proposição apresentada pelo pesquisador acerca de quais são os objetos de estudo dos analistas do discurso do Brasil. Ao fazer essa demonstração, o pesquisador apresenta o retrato das pesquisas brasileiras realizadas no campo da análise do discurso e se posiciona expondo as limitações científicas que identifica, tal como apreendemos de um trecho do texto: "Diria que há menos interesse em "descobrir verdades" do que em fortalecer grupos".

Com base nesse exemplo, interpretamos que a problematização argumentativa realizada pelo pesquisador tem a função de especificar a pesquisa em análise do discurso que é praticada no País, ou seja, a problematização consistiu na especificação dos estudos em análise do discurso tal como eles são realizados no Brasil.

O procedimento de análise apresentado com esse exemplo foi seguido na análise de todo o *corpus*, por isso apresentamos a seguir o Quadro 6, no qual constam as funções das problematizações argumentativas reconhecidas na realização do discurso científico dos pesquisadores da Linguística para todos os artigos científicos analisados.

Quadro 6 – Função da problematização na realização do discurso científico da Linguística

| Função da problematização na realização do discurso da Linguística |
|--|
| 1 - delimitar/especificar o campo disciplinar segundo as suas linhas de pesquisa |
| 2 - delimitar/especificar o campo disciplinar na prática científica brasileira segundo as pesquisas realizadas no Brasil |
| 3 – demonstrar os aspectos constituintes de um dado fenômeno intrínseco ao uso da linguagem segundo posicionamento de teóricos consagrados em determinada corrente de estudos do campo disciplinar |
| 4 – fornecer contribuições teóricas e sociais resultantes de estudos discursivos a partir de um posicionamento teórico assumido em uma dada corrente do campo disciplinar |
| 5 – realizar uma inovação com a escolha de um objeto de estudo incomum em dada corrente de estudo do campo disciplinar |
| 6 – realizar uma inovação com a escolha de <i>corpora</i> incomum em dada corrente de estudo do campo disciplinar |
| 7 – apresentar um resultado de pesquisa realizada sobre um objeto de estudo comum no campo de estudo, a partir de uma escolha teórica também recorrente neste campo disciplinar |
| 8 - realizar uma inovação com a escolha de um objeto de estudo pouco comum no campo disciplinar a partir de pressupostos desenvolvidos por teóricos específicos |
| 9 – realizar uma inovação com o estudo de um objeto rico em possibilidades de investigação, ainda pouco estudado no campo disciplinar e considerado à luz de uma corrente teórica específica do campo disciplinar e em diálogo com outras propostas teóricas desse campo |
| 10 – realizar uma inovação na escolha do objeto de estudo, na realização de uma interface entre posicionamentos teóricos específicos e na escolha de uma abordagem teórica pouco |

| |
|--|
| comum no campo disciplinar |
| 11 – realizar uma inovação na forma de problematização do objeto de estudo e com fundamentação em diferentes estudiosos uma dada corrente teórica do campo disciplinar |
| 12 – realizar uma inovação a partir da proposta de uma interface entre campos disciplinares em favor dos estudos no campo disciplinar |
| 13 – realizar uma inovação na problematização proposta para o estudo do objeto a partir da abordagem teórica de uma corrente teórica específica no campo disciplinar |
| 14 – realizar uma inovação na escolha do objeto de estudo a partir da interface entre campos e correntes disciplinares |

Fonte: Elaborado pela Autora

Essa parte da análise evidenciou a relevância de considerarmos o que é uma problematização em uma atividade científica e o que é uma problematização em uma atividade argumentativa.

Tratando-se do discurso científico, observamos que, nos artigos científicos analisados, os pesquisadores inicialmente investem na problematização dos objetos de estudo, ou seja, na etapa de escolha e de definição de um dado problema de um tema geral, o que implica esclarecimento de conceitos, delimitação do próprio problema e estabelecimento das linhas gerais do referencial teórico e metodológico de análise (CHIZZOTTI, 2010).

Nessa etapa da problematização, recorrentemente realizada na introdução dos artigos científicos analisados, já é possível reconhecer a condição discursiva da argumentação a qual Charaudeau (2008a) denomina de problematização.

O quadro 6, anteriormente apresentado, compreende o conjunto de funções que as problematizações da argumentação exercem na problematização enquanto etapa da pesquisa científica. Nesse quadro, estão apresentadas as funções das problematizações com as quais os pesquisadores precisam os seus objetos de estudo em relação à perspectiva teórica assumida, à abordagem teórico-metodológica definida e, sobretudo, em relação ao conhecimento que propõem como verdadeiro acerca destes objetos.

Sobre o que sintetizamos no quadro 6, devemos esclarecer que, na maioria das problematizações, os pesquisadores realizam a delimitação do tema e também se posicionam ao apresentarem o que Fumerton (2014) chama de conhecimento *proposicional*, isto é, o conhecimento que possibilita saber algo, algo que é verdadeiro ou falso.

É essa necessidade, própria da prática científica, de se apresentar um conhecimento *verdadeiro* que leva os pesquisadores a investirem nas provas que devem constituir a argumentação. Em razão disso, observamos que a problematização argumentativa se realiza como parte da problematização científica na qual também podemos reconhecer o posicionamento como parte dessa argumentação e, na realização deste, o conhecimento *proposicional*, cuja construção é a razão de ser da pesquisa empreendida.

A seguir apresentamos um exemplo de parte da problematização científica em que a problematização argumentativa se realiza:

#6. Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2015:

“Neste artigo, **pretendo tratar da** relação linguagem/discurso **a partir da** perspectiva teórica da análise do discurso francesa, **mais especificamente, a partir de** algumas postulações de Dominique Maingueneau. **O intuito primordial será demonstrar** a produtividade dessa teoria no tratamento de *corpora* de natureza não verbal.

(...)

A abordagem que conduzirá as considerações em torno dessa composição **se dará a partir de uma problemática específica**, a saber de que modo objetos teóricos do campo da música – como melodia, harmonia, timbre polifonia – podem ser reinterpretados pelo viés de uma teoria de discurso de base enunciativa, que assume o discurso como prática e como vetor de posicionamento”

Quando o pesquisador afirma “pretendo tratar da”, “a partir da perspectiva...”, “mais especificamente, a partir...”, ele está, ao mesmo tempo, delimitando o tema de seu estudo e se posicionando em relação à sua e não a outra proposta. Poderia tratar de um sem-número de coisas, mas o pesquisador se posiciona sobre a viabilidade de tratar de determinado tema circunscrito na abordagem de determinada teoria e não de outras.

Julgamos importante ressaltar esse aspecto que observamos na realização das problematizações científica e argumentativa, porque a problematização como condição de realização da argumentação, ao mesmo tempo em que cumpre a função de apresentar a delimitação do tema, exerce também o papel fundamental de evidenciar retoricamente a singularidade da pesquisa.

Trata-se de uma singularidade que, retoricamente, é realizada com a apresentação da escolha do objeto de pesquisa, do tipo de problematização científica realizada, da abordagem teórico-metodológica adotada, da proposta de interfaces teóricas entre correntes de

estudo do campo disciplinar da análise do discurso, da fundamentação teórica escolhida, dos posicionamentos teóricos selecionados, ou seja, da decisão particular do pesquisador.

O investimento nessa singularidade pode ser interpretado como o atendimento a uma das condições de cientificidade, que é descrita por Eco (2014) como a necessidade de a pesquisa científica dizer sobre o objeto de estudo algo que ainda não foi dito ou de a pesquisa científica rever sob uma óptica diferente o que já se disse a respeito desse objeto.

Considerando-se o investimento nessa singularidade, interpretamos, portanto, que a problematização argumentativa é retoricamente realizada como parte constitutiva da problematização científica, podendo, inclusive, ser reconhecida em alguns casos como sendo a própria problematização científica. Por isso, interpretamos que a problematização argumentativa cumpre a função tanto de atender a condições de cientificidade quanto, ao mesmo tempo, de contribuir para a construção de um caráter inovador da pesquisa científica no âmbito do campo disciplinar dos estudos discursivos.

Com isso, constatamos também o quanto a realização da argumentação desenvolvida na maioria dos artigos científicos analisados foi orientada pela ⁴⁴situação de comunicação cuja finalidade foi a de se tratar do tema Análise do “Discurso: novos canteiros de trabalho?”

5.2.2 Tipos de posicionamento na problematização

Já afirmamos no tópico anterior que a problematização como etapa da atividade científica compreende tanto a problematização argumentativa quanto o posicionamento, que é a segunda condição discursiva de realização da argumentação. Reconhecemos a realização textual-discursiva do posicionamento quando textualmente nos é apresentado o conhecimento *proposicional*. Ao problematizarem científica e argumentativamente, os pesquisadores já se posicionam.

Nos termos semiolinguísticos, o posicionamento consiste em assumir uma posição em relação à problematização argumentativa realizada, posto que tal problematização é apresentada sob uma “condição de disputabilidade” (CHARAUDEAU, 2008a), ou seja, a problematização pode ser objeto de questionamento, de discordância, o que, na prática

⁴⁴ Conforme já explicamos, os artigos científicos que compõem o nosso *corpus* foram escolhidos entre as pesquisas científicas apresentadas no V Colóquio da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED Brasil, cujo tema foi Análise de Discurso: novos canteiros de trabalho?, realizado na Universidade Federal de São Carlos, de 29 a 31 de maio de 2014.

científica, pode exigir do pesquisador o investimento na validade do ato argumentativo e, conseqüentemente, da pesquisa científica em si.

A problematização científica em si e a perspectiva de inovação de que se reveste a problematização argumentativa nos artigos científicos analisados nos permitem apreender o posicionamento assumido pelos pesquisadores.

No exemplo a seguir apresentado, expomos recortes feitos em um dos artigos científicos a fim de esclarecer como reconhecemos a condição posicionamento.

#11 - Revista da Abralin, v. 14, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 2015:

“Considerando nosso interesse de pesquisa, **estabelecemos como recorte o discurso político, cujas mutações respondem tanto a questões histórico-ideológicas como às novas formas de circulação desse discurso.**

(...)

A construção discursiva das atividades políticas são (*sic*) produzidas na conjunção do marketing político e nesta fórmula produzem o acontecimento. **Essas são nossas preocupações, em especial, observar e analisar como as coerções desencadeadas pelas formas de circulação do discurso político produzem mutações neste discurso.”**

Com o exemplo ora apresentado, observamos como a problematização científica nos permite identificar em que, exatamente, a proposta de pesquisa apresentada consiste, o que constitui a problematização argumentativa. Do mesmo modo, nos permite apreender o posicionamento argumentativo quando, no exemplo, o pesquisador afirma que pretende “observar e analisar como as coerções desencadeadas pelas formas de circulação do discurso político produzem mutações neste discurso”.

Com essa afirmação, o pesquisador evidencia o seu posicionamento em defesa da existência de mutações no discurso político resultantes de coerções que as formas de sua circulação causas. Além disso, o objetivo de pesquisa orientado pelo interesse de observar e analisar “como” se dão as coerções também permite apreendermos o conhecimento *proposicional* cujo alcance o pesquisador se propõe a demonstrar.

Podemos dizer que o posicionamento está também relacionado à condição de cientificidade segundo a qual um trabalho é científico se, além de outras condições, acrescentar algo novo ao que a comunidade científica já sabia (ECO, 2014).

Disso, constatamos que, como a situação de comunicação científica não prevê neutralidade na posição do pesquisador, convém que ele defina um objetivo de pesquisa e o

desenvolve, do contrário, não atenderá às expectativas impostas pela situação de comunicação.

Charaudeau (2008a), no entanto, pressupõe uma posição de neutralidade do sujeito argumentante, a qual consiste em ponderar um ponto de vista por outro e examinar os diferentes posicionamentos. Esse caso pode ser identifi-co na argumentação de ordem explicativa a qual se realiza em situações de comunicação com finalidade explicativa, como é exemplo o discurso didático.

Até mesmo em casos em que as problematizações não são realizadas a partir de uma perspectiva de inovação explícita podemos observar um claro posicionamento do pesquisador, conforme mostra o exemplo a seguir.

#7 - Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 123-147, jul./dez. 2015:

“Diante do exposto, neste trabalho, **adotando a perspectiva da Análise do Discurso Francesa, analisamos** capas de obras de autoajuda para mulheres, **procurando identificar as cenas ilustradas nas capas, bem como as imagens de mulheres inseridas nessas cenas**. Desse modo, **pretendemos colaborar** com os estudos discursivos que se dedicam ao discurso de autoajuda e ao feminino”.

Nesse exemplo, o posicionamento é observado em favor da validade (pretendemos colaborar) da proposta de estudo (procurando identificar as cenas ilustradas nas capas...) e da escolha teórica (adotando a perspectiva da Análise do Discurso Francesa). Além disso, observamos que, com o posicionamento, o pesquisador aponta para o conhecimento *proposicional* que pretende construir para, assim, contribuir com a comunidade científica, o que confirma a condição de cientificidade apresentada por Eco (2014) sobre a necessidade de as pesquisas científicas serem úteis às demais.

Problematização e posicionamento, ambos são realizados nos artigos científicos analisados a partir da orientação do paradigma científico da ciência moderna, porque, conforme ressaltamos, os investimentos retóricos feitos pelos pesquisadores evidenciam o quanto as decisões teórico-metodológicas dos pesquisadores se dão com vistas a atender às condições de cientificidade.

Em termos de recorrência, a maioria dos posicionamentos observados na problematização científica se dá em favor da validade da pesquisa científica, sobretudo, na escolha dos objetos de estudo e das escolhas teórico-metodológicas, pois essas escolhas são determinantes para a construção do conhecimento científico (*proposicional*).

A forma de realizar discursivamente o posicionamento é prevista nos dois paradigmas epistemológicos que dominam o campo de estudo das ciências sociais e humanas (COUTINHO, 2014): o interpretativo e o crítico.

Tanto no paradigma interpretativo quanto no paradigma crítico, os pesquisadores são orientados, respectivamente, por finalidades investigativas de *compreender*, *interpretar*, *descobrir significados*, *descobrir hipóteses de trabalho* e de *libertar*, *emancipar*, *melhorar*, *transformar*, *criticar*, *identificar mudanças* razão pela qual realizam as suas pesquisas a partir de posicionamentos prévios.

Essa constatação nos remete à teoria de Kuhn (2013) sobre o processo de realizações científicas que se dão entre fases de normalidade e de crises. Quando as leis, os conceitos, definidos em dado paradigma, permitem ainda explicar os fatos e fenômenos, a ciência se encontra em sua fase de normalidade, mas se surgem novos fatos e fenômenos que o paradigma não garante os meios para explica-los, então, o paradigma pode entrar em crise e, em decorrência disso, novos princípios, novos conceitos podem surgir para dar origem a um novo paradigma.

No caso do que observamos na forma de realização da problematização e do posicionamento, podemos afirmar que os discursos científicos foram realizados sob uma perspectiva de inovação a qual pode representar um progresso do paradigma que orienta os estudos discursivos, mas não chega a caracterizar uma crise deste paradigma.

No entanto, trata-se de um progresso tímido, apesar de relevante, se considerarmos os acontecimentos científicos necessários para causar uma crise do paradigma e, processualmente, disso resultar uma revolução científica (KUHN, 2013).

O progresso de que falamos pode ser observado pontualmente na problematização científica, tal como constatamos na escolha dos objetos, nas interfaces teóricas propostas, no conhecimento *proposicional* visado, mas as teorias e os critérios de validade que orientam a problematização científica realizada são aqueles já tradicionalmente reconhecidos pela comunidade científica em questão.

Com essa parte da análise, concluímos que as duas condições discursivas da argumentação exercem a função, ao mesmo tempo, de atenderem às chamadas condições de cientificidade e de marcarem um progresso do paradigma, que, no caso, é o paradigma que orienta a Análise de Discurso praticada no Brasil, o que se deu conforme a situação de comunicação determinava com a definição do tema “Análise de Discurso: novos canteiros de trabalho”.

5.2.3 Tipos de prova

Charaudeau (2008a) deixa claro que é a situação de comunicação que dá força de validade ao ato argumentativo. Como o ato argumentativo só se realiza sob as três condições de argumentação, das quais as provas fazem parte, importa explicar neste tópico como as provas são desenvolvidas nos artigos científicos analisados.

Devemos lembrar que as provas são os meios que o pesquisador deve apresentar para justificar o seu posicionamento. Essas provas devem necessariamente ser coerentes com as condições impostas pela situação de comunicação, de modo que devem ser realizadas de modo a justificarem que os pesquisadores demonstraram a produção do conhecimento *proposicional* e o fizeram sob a orientação do paradigma reconhecido pela comunidade científica.

Para a análise dos tipos de prova, consideramos os dois tipos de operação a que o sujeito pesquisador pode proceder: operações de raciocínio e escolha dos argumentos de valor.

Em termos de recorrência, um aspecto se mostrou bastante saliente na nossa análise. Tal como Charaudeau (2011) salienta, a abordagem nas pesquisas em ciências humanas e sociais é dupla: empírico-descritiva e hipotético-dedutiva, o que é comprovado na análise das provas.

Charaudeau (2012) elenca os tipos de dedução e esclarece que a dedução se trata de um modo de raciocínio baseado em uma asserção A1 para se chegar a uma conclusão A2. Köche (2005), ao apresentar a tese holista de Duhem, argumenta em defesa do papel sobredeterminante que as teorias têm em todo o processo de investigação científica, o que significa dizer que a interpretação dos dados e, portanto, a apresentação das provas é toda orientada pela teoria adotada pelo pesquisador.

Disso, podemos concluir acerca do que é recorrente na realização das provas analisadas: se, à luz de determinada teoria, certo fato ou certo fenômeno é explicado de tal forma, então, a análise de certo fato ou de certo fenômeno permite ao pesquisador concluir que certo fato ou certo fenômeno confirma ou não o conhecimento *proposicional* proposto pelo pesquisador acerca desse fato ou desse fenômeno

O modo de raciocínio dedutivo que ora apresentamos é dominante nos artigos científicos, o qual recorrentemente se realiza por meio de uma análise empírica e descritiva de um dado *corpus* e com o uso de argumentos considerados tradicionalmente compartilhados pela comunidade científica de pesquisadores da Linguística e, mais especificamente, do campo disciplinar de estudos de discurso.

Trata-se de procedimentos discursivos que funcionam nos artigos analisados como argumentos com valor de verdade para a comunidade científica em questão. São procedimentos como definição, citação, comparação e descrição narrativa.

O uso da descrição como argumento com valor de verdade é bastante recorrente nos artigos porque a maioria deles apresenta o conhecimento *proposicional* a partir do estudo de *corpus*, o que exige um trabalho empírico e descritivo, como prevê Charaudeau (2011).

O recorte que apresentamos a seguir é, ao mesmo tempo uma prova do que queremos demonstrar quanto um de como a análise empírica e descritiva se realiza.

#6 - Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2015:

“Sabemos que as transformações acerca do caminho trilhado pela locomotiva não se dão subitamente, mas gradualmente. **Esse efeito de gradação é possível**, dentre outros recursos, pelo fato de que as paisagens desse caminho são sempre reveladas por indícios, **como o caso dos apitos**, que podem ser aqui vistos como signos indiciais da parada ou da diminuição, tanto quanto da progressão rítmica.”

O recorte foi feito na materialidade textual de um artigo científico cuja proposta de estudo tem uma forte tendência à inovação pela escolha do objeto de estudo, pela natureza da problemática, pela interface teórico-metodológica proposta. Para isso, os pesquisadores precisam investir em um rigoroso processo de argumentação em que apresentar exemplos e explicá-los é, ao mesmo tempo, fundamental e funcional. Ao convocar aportes teóricos incomuns na tradição de estudos do campo disciplinar, o uso desse tipo de prova se faz determinante para o alcance do objetivo de pesquisa, porque funciona no discurso como uma espécie de guia que orienta a leitura, que define para o leitor o que é importante e, sobretudo, envolve o leitor no processo de compreensão dos aspectos teóricos e metodológicos desenvolvidos na pesquisa.

Por se tratar de pesquisa em que o tratamento teórico e metodológico envolve muitas categorias em diferentes etapas, o argumento realizado com o procedimento discursivo chamado de descrição narrativa (CHARAUDEAU, 2012) tem a função de permitir aos pesquisadores apresentarem precisão e clareza na análise dos dados.

Escolhemos esse recorte para exemplificar e explicar que o uso dos argumentos, designados na TS como *provas*, ao mesmo tempo em que são recorrentes como tipos na prática discursiva da área de Linguística são também específicos em sua funcionalidade.

A descrição narrativa que se dá como com o uso de um tipo de raciocínio dedutivo e do explicativo cumpre um papel específico em cada discurso, uma vez que é realizada em função do projeto de dizer dos pesquisadores. Por essa razão, delimitamos a análise dos tipos de prova como meio de identificarmos aqueles que são mais usados no contrato de comunicação que descrevemos.

Com essa parte da análise, interpretamos que a *prova* é realizada pelos pesquisadores de acordo com a tradição de pesquisa da área. Embora não tenhamos adotado um procedimento comparativo entre áreas, podemos concluir que os argumentos mais recorrentes guardam relação com a finalidade de pesquisa da Linguística, tal como a escolha dos verbos que compõem os objetivos de pesquisa demonstram: responder, mostrar, analisar, promover, demonstrar, analisar, refletir, contribuir, etc. Esses verbos sinalizam para um paradigma epistemológico interpretativista, o que justifica o uso dos argumentos de citação, de definição e de descrição narrativa.

5.2.4 Espaço de locução

Para a análise do espaço de locução, analisamos os procedimentos enunciativos nos recortes em que reconhecemos a problematização e a prova.

Com isso, observamos que os procedimentos enunciativos são mais significativos nas problematizações, o que era previsível, porque a problematização é a parte central de toda a argumentação científica, sem a qual a finalidade de demonstração da situação de comunicação não é alcançada.

Identificamos também que, em termos de recorrência, empregam-se os procedimentos enunciativos com o uso de pronomes na primeira pessoa do plural, seguido de casos de pronomes na primeira pessoa do singular e poucos casos de impessoalidade. Os pesquisadores, portanto, se engajam em seu dizer principalmente pelo uso de pronomes e o fazem para marcarem o seu papel na inovação que presumem realizar principalmente quando delimitam os temas de pesquisa.

Apesar da preferência por pronomes de primeira pessoa do plural, observamos uma clara distinção quanto aos efeitos de sentido quando o pesquisador prefere usar a primeira pessoa do singular (EU) e não a primeira pessoa do plural (nós), que é o caso mais recorrente.

É o tipo de saliência para a qual chamamos a atenção não pela recorrência, mas pelo efeito de sentido que o uso da primeira pessoa pode produzir, conforme exemplificamos a seguir.

#2 - Revista da ABRALIN, v. 14, n. 2, p. 41-49, jul./dez. 2015:

“O que **penso** que **me autoriza** a arriscar este esboço são algumas práticas, especialmente duas: a de leitor profissional, especialmente por dois aspectos, que **considero** relevantes, quais sejam a de membro de comitês editoriais, papel que **me** leva a ler anualmente um bom número de artigos submetidos; e a de ex-membro do Comitê de Letras e Linguística do CNPq, situação que **me permitiu** não só conhecer projetos de pesquisa individuais e coletivos, como também os pareceres emitidos por eles.

Charaudeau (2013b) explica que o espaço de locução deve ser ocupado pelo dizer do sujeito de modo que ele possa justificar por que tomou a palavra, impor-se como sujeito falante, tal como ocorre na enunciação do pesquisador cujo artigo científico foi apresentado no exemplo supracitado.

Salientamos, no entanto, que locução desse tipo, capaz de gerar efeitos de sentido de evidente autoridade, de imposição e de autonomia em relação a teorias dominantes no paradigma de estudos de discurso, são também observados no conjunto de discursos analisados.

Quando observamos o uso da primeira pessoa do plural, constatamos exemplos do tipo apresentados a seguir:

#3 - Revista da ABRALIN, v. 14, n. 2, p. 53-71, jul./dez. 2015:

“Em trabalhos diversos, apontamos o fato de que os diferentes estudos do texto e do discurso trouxeram novas posturas e objeto aos estudos da linguagem a partir da segunda metade do século XX, e de que o fizeram com fundamentos diferentes, em quadros teóricos diversos.”

O exemplo ora apresentado nos permite concluir que o uso da primeira pessoa do plural tem um papel realmente enunciativo de marcar quem fala no texto, é usado com vistas a produzir efeitos de sentido relativos à autoridade que dá legitimidade ao pesquisador em relação ao seu direito de fala e, sobretudo, em relação à inovação que propõe com a problematização científica realizada.

Esse é o caso mais recorrente na análise, razão pela qual interpretamos que, embora os pesquisadores se encontrem em uma posição de legítima autoridade, porque produziram e publicaram os seus artigos científicos na condição de convidados, primeiro no evento do campo disciplinar, em seguida, na edição da Revista, a impressão de uma autoridade no uso dos procedimentos enunciativos é considerada discreta, ou seja, é realizada como recurso discursivo que marca o pesquisador enquanto especialista na abordagem do tema com a qual oferece contribuições para o campo disciplinar.

Interpretamos disso também que os pesquisadores talvez reconheçam na própria situação de comunicação a legitimação que a identidade social, de pesquisadores experientes, lhes confere. Além disso, no primeiro caso apresentando, em que há evidente marca de autoridade na enunciação, os procedimentos enunciativos empregados são circunstanciais, ou seja, são usados em função do projeto de dizer mais do que em função da situação de comunicação.

O espaço de locução é pensado no interior da TS principalmente em relação à situação de comunicação, em que o sujeito falante precisa se apresentar ratificando o seu direito de dizer; trata-se de um “quem sou” que me autoriza a tomar a palavra.

Importa destacar ainda que o uso da primeira pessoa, do singular ou do plural, não compromete as condições de cientificidade que podem ser apreendidas na realização dos discursos. O que fica evidente, como Köche (2005) destacou, é que a cientificidade é desenvolvida sobretudo na apresentação de uma tese, de uma proposta seguida da verificabilidade ou de sua justificação, a depender da teoria que orienta todo o processo de pesquisa, desde a definição do seu objetivo até a interpretação dos dados.

Na tese de Coracini (1991, p. 110) sobre o discurso subjetivo da ciência, a ausência dos pronomes pessoais se dava como tentativa de marcar a objetividade considerada critério fundamental de cientificidade. A compreensão de ciência que orienta esse tipo de relação entre o discurso da ciência e a prática da ciência se tem fundamentado no paradigma epistemológico positivista, cujo pressuposto é o de que o pesquisador é capaz de descrever a realidade fielmente e o faz isento de qualquer forma de subjetividade.

A ideia de que a prática científica se realiza sob essas condições influencia na realização do discurso da ciência, no qual o ideal de objetividade deve ser apresentado com a ausência de marcas de subjetividade.

Coracini (1991), no entanto, constatou que o uso de tempos verbais funcionava nos discursos analisados como recursos argumentativos, os tempos verbais e as formas modais revelavam a subjetividade no discurso, a qual é determinada pela própria situação de

comunicação científica, de modo que a sua tese de subjetividade no discurso científico foi demonstrada.

A parte da análise ora apresentada nos permite interpretar que os pesquisadores enunciam a partir de uma perspectiva subjetiva e situada, razão pela qual empregam ou não os pronomes pessoais como uma escolha pessoal segundo o seu projeto de dizer e segundo a visão que têm acerca da situação de comunicação em que tomam a palavra. Por essa constatação, podemos concluir que as orientações pedagógicas recorrentes nos programas de ensino de metodologia científica (KÖCHE, 2005), ao partirem de pressupostos epistemológicos gerais, de fato podem influenciar no entendimento de que os critérios de cientificidade são universais, e, por isso, devem ser marcados nos discursos científicos pela objetividade mediante o uso da impessoalidade.

5.2.5 Espaço de relação

Para a análise do espaço de relação, consideramos os recortes relativos à problematização e à prova. Adotamos o mesmo procedimento da análise do espaço de locução, porque esses espaços são concebidos na TS em sua inter-relação.

Para ocupar o espaço, os pesquisadores precisam se comportar discursivamente construindo uma identidade para si e para o seu interlocutor estabelecendo com ele uma relação que pode ser de força, de aliança, de exclusão, de ajuste, etc.

Em um discurso monológico, o próprio pesquisador argumenta com base no seu projeto de dizer e no conhecimento que tem do jogo de expectativas que reconhece em relação à situação de comunicação, ao seu interlocutor, à identidade que reconhece de si e à que pressupõe ser a do outro, aos conhecimentos que pressupõe serem comuns, etc.

Nesse caso, considerando o jogo de expectativas em questão nos discursos dos pesquisadores, já podemos presumir que a tradicional implicação do sujeito interlocutor não deve ocorrer. Ao falamos da tradicional implicação, referimo-nos ao uso de pronomes de tratamento, ao uso de verbos no imperativo, pelos quais a interpelação ao outro é marcada.

A análise nos confirma que os pesquisadores não implicam de forma marcada os seus interlocutores no discurso, ou seja, os pesquisadores não recorrem a formas tradicionais de implicação do interlocutor, mas esse comportamento discursivo de relação é realizado independentemente das marcas enunciativas, porque implica uma relação de identidade.

Com essa compreensão, essa parte da análise nos permite concluir que o espaço de relação é realizado por uma relação que chamamos de ajustamento. Entendemos que,

apesar de os pesquisadores considerarem-se legitimados em sua identidade social e científica pela situação de comunicação, como autoridades, eles realizam os seus discursos de maneira a conduzirem a leitura/compreensão de seus interlocutores.

Importa destacar ainda que, apesar (e talvez por isso) de os pesquisadores problematizarem em favor da inovação em suas propostas, eles estabelecem uma relação de ajustamento perceptível em um conjunto de comportamentos textuais e discursivos - processo⁴⁵ referencial, organização, heterogeneidades discursivas e denominação das seções, tipos de provas) – em favor de uma relação equilibrada, de aliança com seus interlocutores.

O recorte apresentado a seguir representa um exemplo do que estamos falando.

#5 - Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2015:

“Ao assumir o supracitado sintagma – mesmo quando ilustramos nossa pesquisa, **vista como um todo**, com excertos de autobiografias ou biografias – **estamos querendo demarcar** um território que não coincida forçosamente com o de pesquisadores que só buscam dados concretos referentes a datas e acontecimentos na vida *daquele-que-se-conta*. **É claro**, não descartamos o fator *tempo e espaço* em nossos estudos; **apenas queremos dar** uma maior ênfase aos atos de linguagem construídos por certos narradores que têm como objetivo primeiro o de alinhar diferentes partes de suas vidas em uma tentativa de formar um todo mais ou menos coerente, que possa ser transmitido a alguém; e, como objetivo segundo, todo um leque de opções, conforme os diferentes casos: narrar sua vida para realizar um balanço de acontecimentos de uma existência e verificar se ela valeu a pena (...)”

Destacamos no recorte os exemplos em que o pesquisador realiza uma relação de ajustamento com seus interlocutores por meio de um processo referencial, destaques em negrito, e por meio de heterogeneidade discursiva, destaques em itálico, todos usados como forma de guiar a leitura e a interpretação dos interlocutores.

Com essa parte da análise e, considerando as recorrências, podemos concluir com a interpretação de que os pesquisadores realizam seus discursos a partir da identidade de autoridades, reconhecem-se como tais em razão da situação de comunicação e das problematizações apresentadas e, também em razão disso, reconhecem os seus interlocutores

⁴⁵Em razão dos nossos objetivos de pesquisa, não apresentamos a descrição dos fenômenos identificados na realização do espaço de locução, mas, para outras finalidades de estudo, remetemos às pesquisas desenvolvidas pelos membros do Grupo Prottexto.

como pares, mas é a relação de ajustamento que domina o discurso dos pesquisadores se comparada com a relação de equilíbrio.

A relação de ajustamento domina, conforme exemplificamos, por meio de recursos que funcionam para orientar, guiar, esclarecer os interlocutores quanto a aspectos de ordem textual e discursiva, enquanto uma relação de equilíbrio funciona por meio da economia na apresentação de informações, de definições, de antecipação a possíveis interpretações dos interlocutores.

Nossa interpretação nesse sentido remete à questão da relação de poder que constitui o discurso científico e à questão de vontades de verdade sobre concepções de ciência, que, no caso da posição de relação, pode nos orientar para dois sentidos principais.

A identidade de autoridade que é presumida para ambos – pesquisador e seus interlocutores – é confirmada na relação construída, então as relações de poder não se revelam assimétricas, são subjacentes ao discurso, não se mostram evidentes.

A concepção de ciência que parece fundamentar a prática científica desses pesquisadores também não é objeto de disputa no campo de estudo, não constatamos variação na forma de relação entre pesquisadores e interlocutores e isso pode ser interpretado como um sinal de que os pesquisadores reconhecem nos seus pares a mesma competência que revelam ter quanto à problemática, à prova e à natureza dos fatos e fenômenos sobre os quais pesquisam. O ajustamento, principalmente no uso de heterogeneidades discursivas, revela que os pesquisadores orientam a sua prática científica com uma noção de cientificidade segundo a qual a noção de verdade é relativa, de modo que uma mesma realidade pode ser analisada, descrita, interpretada de diferentes maneiras.

Trata-se, pois, de mais um dado que pode relacionar a prática de pesquisa dos pesquisadores da Linguística, os pesquisadores dos estudos de discurso no Brasil, nesse contrato de comunicação, ao paradigma epistemológico interpretativista.

Em face do que analisamos, passamos ao subtópico que deve finalizar este capítulo com a interpretação fundamental para respondermos à nossa questão de pesquisa.

5.2.6 Interpretação dos dados

Nas seções anteriores que compõem este capítulo, apresentamos as nossas interpretações em relação aos dados que constituem a situação global de comunicação (SGC) da Linguística e a situação específica de comunicação (SEC).

Nosso objetivo é retomar brevemente nesta seção os resultados dessas interpretações para respondermos sobre como funciona a argumentação no discurso científico de pesquisadores da Linguística.

5.2.6.1 Interpretação dos dados da SGC científica da Linguística

Nesta subseção apresentamos a síntese da análise da SGC científica da Linguística, abrangendo a *finalidade da situação de comunicação, da identidade e do propósito*.

Para alcançarem a finalidade prevista nesta situação, os pesquisadores precisam delimitar os seus temas de estudos com base nas questões científicas da linguagem, com ênfase nos estudos discursivos sem orientação prévia sobre uma disciplina desse campo de estudos ou de uma corrente de estudo específica.

Os pesquisadores também podem construir suas identidades tendo como referência uma identidade social que compreende um ideal de competência e distinção observado pela expectativa em relação à produtividade e à legitimação. Considerados os instrumentos das instituições de controle, os pesquisadores podem orientar a sua prática científica com base nessas expectativas que, certamente, são determinantes para a construção de suas identidades.

No que diz respeito ao propósito, os pesquisadores precisam ter em mente que não podem apenas situar os seus estudos no âmbito dos estudos linguísticos, nos estudos discursivos, compete-lhes também ter clareza sobre as determinações históricas sociais e epistemológicas que constituem o estado de pesquisa de sua área de estudo e de seu campo disciplinar, o que impõe tratar os temas de pesquisa de acordo com o paradigma que domina na comunidade científica de que fazem parte.

Assim, sintetizamos as nossas interpretações acerca de parte do contrato de comunicação – a SGC científica da Linguística.

5.2.6.2 A SEC científica da Linguística

Na continuidade, apresentamos a síntese da análise da SEC científica da Linguística: os dados internos do contrato de comunicação e as condições de realização da argumentação.

A *problematização* científica compreende o posicionamento e os espaços de locução e de relação. É com a problematização que os pesquisadores delimitam os temas de seus estudos que são desenvolvidos com vistas a inovar/renovar o/no campo disciplinar de estudos discursivos.

Os pesquisadores produzem os seus discursos com pertinência em relação à finalidade da situação de comunicação e ao seu projeto de dizer, porque se posicionam em favor da inovação do campo disciplinar. Esse *posicionamento* funciona também em favor da identidade, da imagem deles, uma vez que, ao mesmo tempo em que propõem inovações, os pesquisadores as realizam em seus estudos conforme requeria o Colóquio do qual participaram.

Quanto às *provas*, identificamos que é mais recorrente o tipo de prova *de descrição narrativa* com o uso de raciocínios dedutivos e explicativos, que cumprem a função de dar validade à demonstração proposta nas pesquisas, sobretudo, na demonstração do alcance do conhecimento *proposicional*. As provas desempenham funções específicas no discurso e não podem ser considerados apenas como tipos universais que podem ser indistintamente empregados.

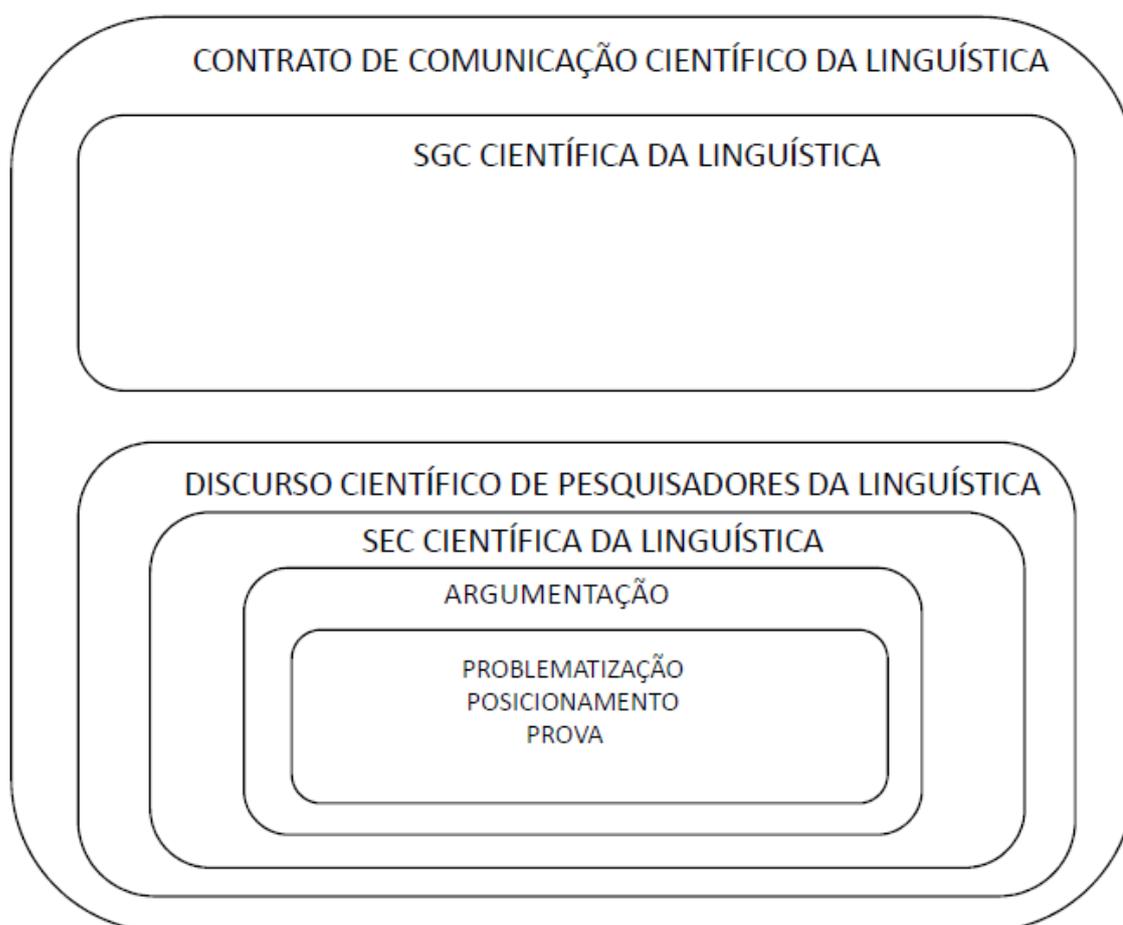
O *espaço de locução* é realizado no discurso dos pesquisadores com base na situação de comunicação, o uso recorrente da primeira pessoa do plural marca a enunciação com a função de situar quem são as pessoas do discurso, mas não é interpretado como marca de autoridade, porque esta já é pressuposta. Esse espaço é realizado, então, a partir de uma perspectiva subjetiva e situada e não guarda relação direta com a concepção de que a impessoalidade é uma forma de garantir o caráter científico das pesquisas.

O espaço de relação, por sua vez, é realizado em uma situação de comunicação em que os pesquisadores e seus interlocutores podem interagir em uma relação simétrica, estabelecida entre pares. Os pesquisadores assim se reconhecem pela identidade de autoridades, mas estabelecem uma relação de ajustamento com seus interlocutores, porque usam recursos textuais e discursivos para orientarem a leitura/interpretação de seus interlocutores.

As duas sínteses representam a descrição do contrato de comunicação de pesquisadores da Linguística, portanto, correspondem ao alcance do nosso primeiro objetivo específico.

A Figura 8, apresentada na continuidade, representa tanto o contrato de comunicação de pesquisadores da Linguística quanto a posição que a argumentação ocupa nesse contrato.

Figura 8 – Contrato de comunicação científico da Linguística



Fonte: Elaborada pela Autora

Nossa questão de pesquisa se concentra no funcionamento da argumentação no discurso científico da Linguística quanto aos efeitos de sentido que esse discurso pode produzir. Com isso em mente, importa destacar que a argumentação funciona no discurso científico contribuindo para a interpretação dos sentidos relativos à *delimitação do tema*, ao *posicionamento dos pesquisadores em relação à sua proposta de pesquisa*, às *provas selecionadas em função do projeto de dizer*, em função da *relação delimitação do tema-posicionamento*, à *forma como eles tomam a palavra* e à *maneira como estabelecem relação com os seus interlocutores em função da identidade que constroem para si e sobre o outro*, tudo isso tendo em mente os aspectos que devem ser considerados na finalidade da situação de comunicação científica: área de pesquisa, campos disciplinares, correntes de estudo, determinações históricas sociais e epistemológicas.

A seguir, sintetizamos a nossa interpretação sobre o funcionamento da argumentação quanto aos efeitos que o discurso científico produz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que ora finalizamos se realizou em uma situação de comunicação que inicialmente nos impôs um desafio acadêmico e científico: a compreensão do que consiste a argumentação na TS.

O uso da expressão “modos de organização do discurso” (CHARADEAU, 2012) causava determinadas dúvidas para nós que nos iniciávamos nos estudos sobre o fenômeno da argumentação. Trata-se de um fenômeno abordado sob diferentes perspectivas teóricas e abordado na TS como um modo de organização discursivo. Talvez o uso da palavra “organização” influenciava o entendimento de alguns de nós no sentido de pensar essa organização em termos de configuração textual.

Além disso, o estudo da TS entre nós era ainda incipiente, tanto é que uma das dúvidas observadas em nosso grupo de estudo era quanto à classificação de Charaudeau como um teórico da argumentação.

As dúvidas e os desafios de que falamos deram origem aos nossos objetivos de estudo, dos quais o principal foi o de analisar como funciona a argumentação no discurso científico de pesquisadores da Linguística.

Considerados os pressupostos da TS, um estudo com esse objetivo implica a análise do contrato de comunicação que orienta a realização desse discurso bem como a análise de como se realizam as condições discursivas de argumentação, que são a problematização, o posicionamento e a prova.

Com esses objetivos em mente e à luz de abordagens teóricas acerca do que subjaz à realização dos discursos (FOUCAULT, 2011), à prática científica (RAJAGOPALAN, 1991; CORACINI, 1991; KÖCHE, 2005; KUHN, 2013) e à prática científica da Linguística (GREGOLIN, 2005), foi possível interpretar que a argumentação tem a função de realizar no discurso científico dos pesquisadores da Linguística o investimento retórico desses pesquisadores, o qual é orientado por dois projetos psicossociais.

Conforme analisamos, os artigos científicos analisados resultaram de uma situação de comunicação em que se realizou um evento da ALED, cujo objetivo científico pode ser interpretado como uma espécie de marco do campo disciplinar de estudos discursivos.

O tema desse evento foi bastante provocativo do ponto de vista científico, considerado o caráter inovador esperado quanto aos estudos que pudessem lançar luz sobre os

estudos discursivos com a demonstração de novos canteiros de trabalho, portanto, de novas possibilidades de investigação científica.

Conforme nos mostrou a análise, a argumentação nos discursos científicos produzidos para esse evento foi realizada como um verdadeiro investimento. Primeiro como um investimento orientado pela finalidade que, de fato, as investigações propostas fossem singulares quanto à forma de problematizar e de abordar os objetos de estudo. Segundo porque os pesquisadores, dado o contrato de comunicação que orientava a realização de seus discursos, deveriam apresentar as suas propostas de investigação com a identidade de especialistas, de cientistas reconhecidos pela comunidade científica.

Quando destacamos os dois projetos psicossociais, fazemos alusão à problemática da influência sob a qual a argumentação, em termos semiolinguísticos, deve se realizar. A argumentação foi organizada pelos pesquisadores em questão com vistas a apresentarem propostas de investigação inovadoras no e para o paradigma que orienta os estudos discursivos e a promoverem-se como especialistas inovadores no campo disciplinar em questão.

Nesse sentido, temos que a argumentação funciona no discurso analisado como um meio para se alcançar a finalidade prevista pela situação de comunicação e, como tal, é objeto de controle de quem pode dominá-la.

Foucault (2011) advoga que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm a função de conjurar seus poderes e perigos. Destaca ainda que o discurso não é o que oculta o desejo, ele próprio é o objeto do desejo, da disputa. O domínio do discurso é a razão pela qual se luta, é poder do qual nos queremos apoderar.

Essa luta pelo domínio do discurso que pode ser reconhecido pela comunidade científica dos estudos discursivos praticados no Brasil é observada principalmente na problematização científica realizada. Mesmo sob a orientação dos mesmos princípios, das mesmas teorias, conceitos e categorias analíticas, os pesquisadores realizam a sua argumentação com o fim de influenciarem o paradigma do campo disciplinar.

Essas constatações são relevantes para entendermos o pressuposto semiolinguístico acerca das implicações do contrato de comunicação sobre a realização da argumentação e para entendermos que a prática científica é também orientada e situada.

Köche (2005), apesar de se concentrar sobre a ciência física, nos orienta para a conclusão de que existem os critérios de racionalidade, de cientificidade (ECO, 2014), os

quais orientam as práticas científicas, que, segundo interpretamos, funcionam como um contrato de comunicação da ciência.

No entanto, conforme Köche (2005) problematizou, esses critérios não podem ser adotados de forma apriorística e prescritiva, porque não há critérios absolutos e universais para serem aplicados na avaliação da validade científica de uma pesquisa.

Trata-se de critérios que mudam conforme evoluem as teorias científicas, são, pois, critérios que mudam conforme mudam lenta e gradualmente os conceitos, as hipóteses, as teorias e os métodos utilizados em uma dada ciência, em uma dada disciplina, em um paradigma.

Chamamos a atenção para esses posicionamentos, porque nos foram salientes alguns aspectos do paradigma que orientou as pesquisas científicas praticadas no Brasil no campo dos estudos discursivos, o que confirmou o posicionamento de Maingueneau (2015) acerca da necessidade de termos clareza sobre o que constituem os estudos em Análise do Discurso e o que constituem os estudos discursivos.

Os artigos científicos analisados representam o campo dos estudos discursivos, no entanto, dois artigos se apresentam com a função de esclarecer algumas questões relacionadas à necessidade de ainda delimitar esse campo de estudos, o que nos autoriza a afirmar que a prática científica concentrada sobre os estudos do discurso no Brasil ainda se encontra em um processo de definição e de redimensionamento.

As reflexões de Maingueneau (2015) acerca das questões sobre a delimitação dos estudos do discurso são fundamentais para orientar a definição de estudos futuros que se concentrem mais especificamente sobre a sistematização dos aspectos que constituem o paradigma de estudo desse campo disciplinar.

O fato de termos nos concentrado sobre a realização da argumentação no discurso analisado impôs restrições no sentido de só tratarmos de alguns aspectos relacionados ao paradigma desse campo de estudo e de não fazê-lo com a profundidade que o tema exige. Em vista disso, concluímos enfatizando que os estudos realizados nesse campo foram orientados pelo projeto de influência pretendido pelos pesquisadores acerca de que problemas importam para a comunidade científica e acerca de que papel estes pesquisadores podem ter nessa comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ida. **A qualificação de periódicos na área de Letras**. Revista da Anpoll, Florianópolis, v. 1, n. 40, p. 204-210, jan./jun. 2016.
- AMOSSY, Ruth. **O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos**. Filologia e Linguística Portuguesa, n. 9, p. 121-146, 2007.
- _____. **É possível integrar a argumentação na análise do discurso?** Problemas e desafios. ReVEL, edição especial, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.
- ANDERY, Maria Amalia Pie Abib *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA – ABRALIN. **Estatuto Social**. [2015]. Disponível em: <<http://abralin.org/site/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- BOGHOSSIAN, Paul. **O que o embuste de Sokal nos deve ensinar: as consequências perniciosas e as contradições internas do relativismo pós-moderno**. Disputatio, n. 2, p. 1-14, 1997.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. CNPq. **Bolsas Individuais no País**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132#PQ>. Acesso em: 10 set. 2016.
- _____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. CNPq. **Chamadas Públicas**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/chamadas-publicas>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- CHARAUDEAU, P. **L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit**. Revue Le français aujourd'hui n° 123, Association Française des enseignants de français. Paris, 1998.
- _____. **Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática**. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, Dezembro, 2011.
- _____. **O discurso entre a ação e a comunicação**. 2002. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004. p. 13-42. (Análises Discursivas, v. 7)

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIOKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI, Sigrid (Org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

_____. **De l'argumentation entre les visées d'influence de la situation de communication**. *In*: BOIX, Christian (Org.). *Argumentation, manipulation, persuasion*. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 13-33.

_____. L'argumentation dans une problématique d'influence. **Revue argumentation et analyse du discours (AADD)** n° 1, L'analyse du discours au prisme de l'argumentation, em ligne, 2008a.

_____. **La médiatisation de la science: clonage, OGM, Manipulations génétiques**. Bruxelas: De Boeck-Ina, 2008b.

_____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. *In*: STAFUZZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (Org.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**. Uberlândia, MG: Edufu, 2010. p. 34-47.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização do discurso**. Tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Discurso Político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013a.

_____. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013b.

_____. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. *In*: LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-29.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Michel. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. da Trad. Fabiana Komesu. 2. Ed, 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

COUTINHO, Clara. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2014.

DA ROSA, Marluza Terezinha. **O discurso universitário-discursivo na contemporaneidade: marcas e implicações na constituição identitária do pesquisador em formação**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

DA SILVA, Maurício J. Rodrigues. ***Habemus doctorem?***: considerações sobre processos de subjetivação no campo acadêmico contemporâneo. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, SP, 2015.

DAMASCENO, Francisco Roterdan Fernandes. **A argumentação sob o prisma da problemática da influência no processo de extradição de Cesare Battisti**. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FLORES, Natália Martins. **Entre o protagonismo e a divulgação científica**: estratégias discursivas de constituição do *ethos* discursivo do cientista blogueiro em blogs de ciência brasileiros. 2016. 285 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

_____. Mesa redonda com Michael Foucault. *In: A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Trad. Sofia Inês Albornoz Stein e Ramon Felipe Wagner. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Michel Pechêux e a História epistemológica da Linguística**. Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, n. 1, p. 99-111, jun 2005.

_____. **Michael Foucault: uma análise de discursos que remonta á história para retorizar a filosofia**. Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (III Sediari). Ilhéus-Bahia: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016, v. 1, p. 3213-3223.

_____. **Michel Pechêux e a História epistemológica da Linguística**. Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, n. 1, p. 99-111, jun 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

INDEXAÇÃO das revistas do portal. **Univerciência.org**, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/noticia/pages/view/indexacao>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

KÖCHE, José Carlos. **Pesquisa científica**: critérios epistemológicos. Petrópolis, RJ: Vozes; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAURINDO, Hildenize Andrade. **O percurso histórico-discursivo do gênero anúncio publicitário em jornais de Fortaleza dos séculos XIX e XX: entre recorrências, variações e transgressões**. 2015. 322 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.

MACHADO, Ida Lúcia. **A narrativa de vida como materialidade discursiva**. Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2015.

_____. A análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, Dylia (Org.). **Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de análise do Discurso; Carol Borges, 1998. p. 111-122.

MACHADO, Ida; MENDES, Emília. **A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização**. Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso, v. 13, p. 7-20, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

NASSAR, Nagib. **A qualidade da ciência brasileira exige realmente a volta do MCTI?** Direto da Ciência, 21 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2016/06/21/qualidade-ciencia-brasileira-exige-volta-mcti/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Prefácio. *In*: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991. p. 11-16.

REGNER, Anna Carolina. Uma nova racionalidade para a ciência? *In*: SOUSA, Santos Boaventura (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 291-324.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA – ABRALIN. Paraná: Universidade Federal do Paraná, v. 14, n. 2, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução**. *In*: _____ (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-56.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STRECK, Lenio Luiz. **O Direito e três tipos de amor: o que isso tem a ver com subjetivismo?** Revista Consultor Jurídico, 15 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-dez-15/senso-incomum-direito-tres-tipos-amor-isto-ver-subjetivismo>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

TUFFANI, Maurício. **O ano em que o Brasil apequenou a ciência**. Direto da Ciência, 30 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2016/12/30/o-ano-em-que-o-brasil-apequenou-a-ciencia/#comment-1500>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana (Org.). **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.